



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**PROSTITUIÇÃO FEMININA NEGRA:
UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA RACIAL E DE GÊNERO
NA TRAJETÓRIA DE VIDA**

Alyne Isabelle Ferreira Nunes

Recife

2015

Alyne Isabelle Ferreira Nunes

Prostituição Feminina Negra:

Uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profª Drª Liana Lewis.

Recife

2015

Catálogo na fonte
Biblioteca Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

N972p Nunes, Aylene Isabelle Ferreira.
Prostituição feminina negra : uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida / Aylene Isabelle Ferreira Nunes. – Recife: O autor, 2015.
119 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Liana Lewis.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Prostituição. 3. Negras. 4. Racismo. I. Lewis, Liana (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-118)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA 31 DE AGOSTO 2015.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze (2015), às 14 horas, na sala de seminários do 12º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação intitulada "Prostituição feminina negra - uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida" da aluna **ALYNE ISABELLE FERREIRA NUNES**, na área de concentração mudança social, sob a orientação da Profa. Liana Lewis. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRA em Sociologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 17 de julho de 2015, na sua sétima Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.032042/2015-16 em 31/07/2015, composta pelos Professores: Dra. Liana Lewis (Presidente/Orientadora), do Departamento de Sociologia da UFPE; Dra. Eliane Veras Soares (Titular Interna), do Departamento de Sociologia da UFPE e Dra. Denise Maria Botelho (Titular externa), do Departamento de Educação da UFRPE. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção Aprovado da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 31 de Agosto de 2015.

Karine Mendes da Silva
Secretária do Programa de
Pós-graduação em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Liana Lewis

Profª Drª Eliane Veras Soares

Profª Drª Denise Maria Botelho

Agradecimentos

A escrita de uma dissertação é um processo difícil, mas, em virtude do apoio recebido, das reflexões, da troca de afetos e solidariedade o agradecimento, será a etapa mais fácil.

Primeiramente quero agradecer aos meus pais. Ambos sempre foram entusiastas do meu crescimento dando-me apoio incondicional em todas as etapas do mestrado, sempre preocupados com meu bem estar foram grandes facilitadores na escrita. A preocupação e devoção de Dona Bene e Seu Weser é comovente. Todo meu amor e gratidão por vocês.

Ao meu irmão Weber que, mesmo distante, sempre buscava acompanhar o desenvolvimento do trabalho torcendo por mim a cada conquista obtida.

Aos meus companheiros do curso de História que sempre tiveram que suportar minha insatisfação por não estudar as questões de gênero. Em especial Pedro Lima e Alex Ribeiro que me acompanham até os dias atuais com uma amizade sólida e a mesma paciência de 10 anos atrás.

Aos meus amigos de longa data e às novas conquistas que além de entusiastas foram extremamente compreensíveis a minha ausência em nossos momentos de confraternização. Preciso destacar algumas pessoas, Amanda, Kedma, Lidiane, Dani, Lucas, Aristóteles, Ísis, Elis, Ricardo e Mariano, cada um de vocês com afeto e apoio me ajudaram muito.

Às novas amigas feitas no curso do mestrado, destaco Pedro e Natália, quero que saibam que aprendi com cada um de vocês e até mesmo no final do processo permanecemos unidos na conclusão da dissertação. E em especial Juliana, a amizade-parceria que construímos nesses dois anos foi decisiva nas principais mudanças que vivenciei, nossa cumplicidade foi o elemento chave nesse processo de crescimento. Sou eternamente grata por cada gesto de amor que trocamos e que estarão gravados em minha memória para sempre.

Aos amigos do doutorado, em especial Fernando, Jamerson e Ronald Oliveira, pelo o carinho, apoio e abraços para sempre estarão em minha memória.

A todos os professores do PPGS-UFPE pela postura receptiva com os alunos dos distintos departamentos e universidades, além da abertura para discussão das mais variadas temáticas tão pertinentes para análise da nossa sociedade.

Em especial, à Prof^a. Dr^a Liana Lewis que aceitou o desafio de orientar uma pesquisa com uma temática tão difícil. Suas palavras, conselhos, orientações, apoio e crença foram

fundamentais nesse processo. Reitero as palavras ditas outrora, devo meu processo de reconhecimento e empoderamento as suas orientações. Meus mais sinceros agradecimentos!

E, finalmente, às mulheres que aceitaram participar da pesquisa relatando suas experiências de vida, expondo seus sofrimentos e desejos de futuro. Admiro cada uma de vocês pela resistência frente às opressões que vilipendiam vocês cotidianamente. Desejo que os sonhos partilhados comigo em nossa conversa sejam alcançados.

À FACEPE, pelo financiamento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa nesses dois anos de crescimento profissional.

Gratidão a todos vocês por acreditar em mim!

RESUMO

O debate sobre a violência racial e de gênero tem produzido inúmeras reflexões acerca da manutenção das desigualdades que atingem as mulheres negras. Os meios de comunicação de massa, o sistema educacional e as representações que são produzidas das mulheres negras acabam por essencializar os espaços que elas devem ocupar. Nessa perspectiva as representações da prostituição acabam por ser um espaço essencialmente feminino, e principalmente negro. É através do mito da democracia racial freyreano que o Brasil vai negar o reconhecimento positivo da população negra. Nesse discurso falacioso os índices de exclusão, de acesso e permanência na escola, a baixa remuneração, as estruturas familiares e afetivas contradizem com o modelo harmônico defendido pelo mito. As mulheres negras a partir de um discurso racista e sexista são reduzidas aos seus corpos e a sua sexualidade. Partindo dessa realidade, problematizamos as experiências de vida dessas mulheres buscando compreender a construção da subjetividade das mesmas e como a escolha pela prostituição se torna uma possibilidade real de escolha. Através da trajetória de vida nos foi possível apreender como opera a violência racial e de gênero para as mulheres negras, considerando que apesar de reconhecer a agência das mesmas às limitações do próprio sistema de opressão em que elas estão inseridas acabam por reduzir as possibilidades, tanto de reconhecimento como de sobrevivência.

Palavras-chaves: Prostituição. Mulher negra. Racismo. Trajetória de vida.

ABSTRACT

The discussion concerning racial violence and gender has produced countless reflections over the maintenance of inequality that afflicts black women. The mass media, Educational System and the produced depiction of women lead to the sealing of places they should achieve. Within that perspective, the depiction of prostitution tends to be a mainly female space, specially for the black ones. Through the myth of racial democracy brought by Freyre, the positive recognition of the black population is denied in Brazil. According to this fallacious myth, the exclusion, access and permanence at school indexes, low income and the family and emotional structures go against the well balanced model proposed by the myth. Due to the sexist and racist discourses, black women are relegated to their bodies and sexuality only. Given this scenario and the life of those women, some questions were risen in order to understand the construction of their subjectivity and how prostitution has become a real choice possibility. According to their life experience, we managed to understand the way racial and gender violence happens to black women, despite of recognizing the limits of the system of oppression in which those women are inserted. The possibilities of being recognized and surviving are reduced.

Key-words: Prostitution. Black Woman. Racism. Life story.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo1 Metodologia e contextualização do campo	16
1.1 Reflexões iniciais.....	24
1.2 Contextualização das zonas de prostituição no Recife.....	26
1.3 Acessando o campo.....	28
1.4 Apresentação das prostitutas.....	35
Capítulo 2 Prostituição e a mulher negra: sexualidade sem entraves?.....	36
2.1 Análise histórica da prostituição no Brasil.....	37
2.2 Discussão acadêmica sobre a prostituição.....	44
2.3 O mito da democracia racial e a naturalização dos espaços.....	47
2.4 Mulher negra e a “hipersexualização” dos corpos.....	55
Capítulo 3 Racismo e outras violências: vivências de exclusão e o caminho para a prostituição.....	59
3.1 Infância, trajetória escolar e identificação.....	60
3.2 Adolescência, (des)afetos e abandono.....	65
3.3Mulher negra pobre e prostituta: escolha ou <i>opressão</i> ?.....	70
Capítulo 4 “Nós ‘morenas’ somos mais quentes, mais quentes, mais sei lá”: o processo de reconhecimento da prostituta negra e a falácia do discurso racial.....	76
4.1 Violência no cotidiano da prostituição.....	77
4.2Duplo fetiche: mulher negra e prostituta.....	80
4.3Racismo na prostituição.....	84
4.4Dimensão estética: corpo, cabelo e identificação.....	88
4.5Afeto, filhos e expectativa de futuro.....	93
Considerações Finais.....	100
Referências.....	104
Anexos.....	115
Anexo I: Roteiro de entrevista semiestruturada.....	115
Anexo II: Termo de consentimento (entrevistada).....	118
Anexo III: Termo de consentimento (pesquisadora)	119

Introdução

As questões de gênero sempre foram um campo atraente de investigação. Desde a graduação em História as tentativas de articular os debates de gênero na perspectiva histórica foram incansáveis e, muitas vezes, rejeitadas. A estrutura do curso desconsidera as questões pertinentes a gênero, raça e sexualidade, garantindo assim a manutenção dos privilégios da heteronormatividade branca.¹ Pensar a História através do protagonismo da população negra e, principalmente, das mulheres é desafiar uma estrutura que sobrevaloriza a percepção dos vencedores em detrimento dos vencidos. Percebi, perante minhas necessidades profissionais e pessoais, que para aprofundar minhas discussões sobre tal temática precisava dialogar com outras ciências. A sociologia trouxe inúmeras possibilidades de ampliar o debate não só sobre gênero, mas particularmente, sobre raça.

A discussão racial nunca esteve presente em minha vida acadêmica, mas as experiências racistas em meu cotidiano me incomodavam. Seguindo a lógica do racismo minha postura sempre foi de negação. Negação da cor, negação do cabelo, negação dos traços, negação. Não havia espaço para tal reflexão, nem a nível pessoal e nem a nível acadêmico, entendendo que meu olhar sobre mim já era de rejeição. A partir de um processo desejado de empoderamento, as questões raciais passam a ser centrais dentro da minha dinâmica profissional que atinge, conseqüentemente, o pessoal. A angústia de vivenciar em sala de aula, através dos materiais didáticos e pelos meios de comunicação de massa, percebi que o racismo vai além do indivíduo. Decidida a lutar contra a violência racial e de gênero, busquei trabalhar no mestrado uma das dimensões perversas do racismo e que a mim sempre incomodou: a objetificação da mulher negra.

A escolha por pesquisar a temática da prostituição partiu da mesma lógica de como o racismo opera em relação às mulheres negras, ser prostituta é possuir uma sexualidade diferenciada. Sendo a prostituição, no senso comum, um espaço de permissividade e de uma sexualidade descontrolada (RAGO, 2014) e a mulher negra dotada de uma “hipersexualidade” a análise conjunta dessas duas percepções, mulher negra e prostituta, potencializam as análises sobre a violência racial e de gênero. A priori a discussão se centraria na construção da identidade, a relação com o corpo, o fetiche e o cotidiano dessas mulheres enquanto

¹Termo que designa como norma a supremacia masculina do homem branco e heterossexual. Autores que discutem tal termo, são Saffioti (1987), hooks (1995;2000), Stoclke(2004), etc.

prostitutas. As mudanças de perspectivas ocorreram com o aprofundamento das leituras e a entrada no campo.

O primeiro desafio com qual me deparo é a inexistência de produções acadêmicas sobre prostituição feminina negra, era necessário a partir dessa realidade construir um corpo teórico para analisar meus dados. Percebi que trabalharia com duas temáticas tabus, racismo que é assunto, dentro da perspectiva do mito da democracia racial², já superado e limitado apenas ao cotidiano das piadas “inofensivas” e a prostituição que acaba por ser tratado da mesma maneira, com seus preconceitos e visão essencializada. Segundo Fábregas-Martínez (2000),

A prostituição – e conseqüentemente as pessoas que se prostituem – ao desafiar as práticas e representações que são socialmente legítimas sobre a sexualidade, o gênero, as relações afetivas, a constituição da família, o trabalho, etc., torna-se alvo de discriminação e estigmatização social. (FÁBREGAS-MARTÍNEZ, 2000, p. 9)

Dialogar com as prostitutas negras mudou, significativamente, minha leitura sobre a dimensão da violência racial que elas sofriam e minha dissertação precisava abordar esses outros níveis de violência, não se limitando apenas ao debate sobre o corpo, sexualidade e identidade. Foi no campo e com a primeira tentativa de realizar as entrevistas que senti as dificuldades da temática com a qual me propus trabalhar, o contato com as dores dessas mulheres atuou na revisão dos privilégios que possuo. A maior dificuldade que tive, em relação ao campo, foi uma entrevista que não consegui concretizar. Embora tenha sido meu primeiro contato, a história de vida de Maria³ dificultava nosso encontro.

Tive meu primeiro e único contato com Maria através de um amigo que facilitador. Por conta dos problemas de Maria com as drogas não foi possível um segundo encontro para conhecê-la melhor. Pude me apropriar um pouco da sua trajetória de vida através desse meu amigo que a conhece há vinte anos. Mesmo não concretizando a entrevista, Maria apareceu em cada fala das mulheres que conheci. Ela retrata o perfil da mulher negra, pobre, com

² De acordo com Munanga (2008, p.77) “A democracia racial – encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e ‘convertidas’ em símbolos nacionais pelas elites dirigentes”.

³ Nome fictício. Assim como Maria a maioria das entrevistadas que participaram dessa pesquisa pediram para não ter seu nome revelado. Utilizando o mesmo método de Barreto (2013) sugeri que elas mesmas indicassem os nomes fictícios que eu usaria na escrita.

estrutura familiar comprometida, relacionamentos afetivos violentos, maternidade na adolescência e dependência química.

Diante dessa realidade e do recorte dado para essa pesquisa as bibliografias sobre a prostituição se apresentavam pouco diversificada na compreensão desse fenômeno. Embora reconheça o valor desses estudos é possível identificar que o recorte racial nunca é uma opção de análise, centrando apenas nas questões de gênero e classe. A realização dessa pesquisa foi um constante processo de construção e desconstrução, acessei ao campo com os estigmas e preconceitos em relação à prostituição baseados no senso comum deparando-me com mulheres que são desumanizadas em suas representações e no cotidiano. A narrativa das entrevistadas, para além da teoria acessada, foi central na avaliação dos desdobramentos do racismo que atingem as mulheres negras e pobres que se prostituem.

Diferente da realidade sobre as produções em relação à prostituição, algumas pesquisas foram produzidas discutindo as questões que permeiam a realidade da mulher negra. Desde a discussão sobre saúde, educação, corpo e sexualidade, violência e mais recentemente a afetividade e solidão, tais leituras pretendem compreender como opera a violência racial e de gênero na subjetividade dessas mulheres. Um dos aspectos mais trabalhados é a discussão sobre a sexualidade, tanto o movimento feminista negro como as produções acadêmicas que trabalham com tal temática visam a desconstrução do mito da hipersexualidade da mulher negra. Refutando os modelos concebidos, teóricas e militantes, criticam as representações e a reprodução de uma iconografia de corpos (hooks⁴, 2005) que exaltam uma sexualidade “inata”. (GONZALES, 1984; MOUTINHO, 2004; GIACOMINI, 2006) Nesse escopo de representações a mulher negra acaba por ser desumanizada, sendo reduzida a uma parte. Tal prática é denominada por Hall (1997) de fetiche. Segundo Santos (1983)

A superpotência sexual é mais um estereótipo que atribui ao negro a supremacia do biológico e, como os da resistência física e “sensibilidade privilegiada”, reafirma a representação de animalidade no negro, em oposição à sua condição histórica, à sua humanidade. (SANTOS, 1983, p. 31)

A sexualidade também é relevante ao se tratar sobre a prostituição. A partir da percepção do senso comum as prostitutas são portadoras de uma sexualidade transgressora e

⁴ bell hooks, nascida Gloria Watkins, assina suas obras em minúsculo e requer suas referências tal e qual, com o argumento de que ela mesma não se reduz a um nome e seus textos não devem ser lidos em função deste. (PINTO, 2002)

acabam sendo essencializadas em sua ocupação. As diferentes perspectivas que tratam do tema partem de diversos modelos explicativos sobre a entrada, permanência e saída dessas mulheres da prostituição (LAGENEST, 1973; FREITAS, 1985, GASPAR, 198, LUCIA, 1987). A polarização dos debates ainda é muito recorrente ao estudar sobre fenômeno, segundo Piscitelli (2006)

Assim, a prostituição é vista como caso de extremo exercício abusivo do sexo, portanto quem oferece serviços sexuais é inerentemente percebido como vítima de violência.[...] No outro polo há posições que, ao contrário, considerem a vinculação das mulheres como o sexo fonte do seu poder. Assim, a prostituta seria um símbolo de autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres. Outras, mais cautelosas, pensam no sexo como um terreno de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder (PISCITELLI, 2006, p. 228).

Rompendo com essas leituras dicotômicas algumas produções se debruçam na análise da construção da identidade, nas outras dimensões que constituem essas mulheres e nos diferentes perfis que compõem o mercado do sexo (FONSECA, 1996; PASINI, 2000; BLANCHETTE e SILVA, 2005; ALVES, 2012). As pesquisas sobre prostituição vem, paulatinamente, desconstruindo com a percepção hegemônica sobre a prostituta e seu cotidiano, mas ainda mantém uma postura de distanciamento em relação a alguns recortes. É possível identificar que grande parte dos conteúdos possui o recorte de gênero, sendo trabalhado transversalmente às questões sobre saúde, família, parceiros, clientes, violência, cotidiano, etc. O recorte racial nessas produções é pontual ou inexistente, assim como no cotidiano a violência racial na academia é tratada como questão menor. Embora reconheça a relevância da dimensão de gênero para discutir a opressão que as mulheres sofrem, ele se torna insuficiente para explicar todas as outras opressões. Analisar as relações de gêneros pela ótica da opressão do patriarcado é uma forma de manutenção das outras opressões (SAFFIOTI, 1987; BARRETO, 2013).

Dentro desse contexto, o recorte racial na prostituição feminina trouxe novos olhares para a compreensão tanto do fenômeno quanto do poder de escolha, ou seja, a agência dessas mulheres. Para Piscitelli (2006, p.228) a escolha pela prostituição parte das “noções e às leituras complexas sobre distribuições diferenciadas de poder que, além de considerar diversas dimensões do poder, levando seriamente em conta os contextos, retiram dele o caráter de fixidez.” Existem inúmeras justificativas para o ingresso na prostituição, muitas se resumem as necessidades financeiras emergenciais, entendendo que a dinâmica permite um

ganho rápido tal ocupação se configura como a possibilidade mais viável em momentos de dificuldades.

Os desdobramentos propostos nessa pesquisa é uma tentativa de problematizar como a violência racial, assim como a de gênero, é determinante na escolha das mulheres negras e pobres que se prostituem. De acordo com La Caze (2005, p.308) “A cegueira para a cor institui os valores do grupo dominante, deixa de permitir a autodefinição dos oprimidos de diferentes raças e ignora a realidade da discriminação cotidiana.” Na prostituição a mulher negra representa o imaginário dos estereótipos divulgados nos meios de comunicação de massa contemporâneos (hooks, 1995), referente aos papéis destinados a mulher negra Nascimento (2003) afirma,

A mulher negra, cuja disponibilidade sexual era obrigatória no cativo, via seu papel de mucama perpetuado no serviço doméstico. A subordinação e a disponibilidade sexual da mucama transferiram-se primeiro à doméstica e depois à mulata, numa sociedade voltada para o projeto de “melhorar a raça” (NASCIMENTO, 2003, p. 126).

Citada pela autora acima uma das dimensões da violência racial que hipersexualiza a mulher negra é a “mulata”⁵, através desse estereótipo ocorre a personificação de uma sensualidade diferenciada. Essa representação se torna perversa, pois consegue manipular um discurso extremamente violento e transformá-lo em elogio (SAFFIOTI, 1987). A opressão racista e sexista presentes na trajetória e cotidiano das mulheres negras e pobres as destitui de reconhecimento positivo, pensando nas representações que valorizam um padrão de beleza ocidental europeu em detrimento dos traços negros (AGUIAR, 2007; GOMES, 2002), dificultam o acesso a saúde são as mais vulneráveis ao aborto de risco (DINIZ e MEDEIROS, 2012), são as que mais sofrem com abandono e solidão, pois não são o modelo para o “mercado dos afetos”, mas para o “mercado do sexo” (hooks, 2006; PACHECO, 2013) além dos baixos índices educacionais e as piores remunerações no mercado de trabalho (DIEESE, 1999; CARNEIRO, 2011).

Todos esses dados supracitados revelam, estruturalmente, que as possibilidades para as mulheres negras e pobres são mais difíceis. A escolha pela prostituição, a partir desse recorte,

⁵ De acordo com Corrêa (1996) “No âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como ‘mulato’ é uma categoria extremamente ambígua e fluida, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro” (CORRÊA, 1996, p. 50).

não pode ser compreendido apenas pelo viés das necessidades econômicas, é preciso reconhecer que outros fatores contribuem para tal escolha e pela permanência das mesmas na prostituição. Através das narrativas das entrevistadas foi possível identificar as questões que as levaram a optar pela prostituição apreendendo as múltiplas influências que a violência racial e de gênero tem sobre elas. A prostituição feminina negra confirma o que Elza Soares canta “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.⁶

No capítulo 1, desenvolvo a metodologia e contextualizo o campo, expondo as dificuldades encontradas para iniciá-lo. Entre minhas preocupações centrais estava associada ao fato de nunca ter trabalhado com prostituição, a angústia de acessar um universo ainda tabu gerou muitas expectativas. O campo permitiu que eu repensasse constantemente minhas estratégias, a fim de gerar empatia e uma relação de confiança mínima com as mulheres e, principalmente, revisse meus privilégios. Mostro como a realização do campo não foi linear, embora enfrentando as adversidades impostas pelo próprio cotidiano delas a realização das entrevistas foi bem sucedida. Tentei viabilizar o encontro com as entrevistadas através da APPS⁷ e por conta própria, me deslocando até seus pontos de prostituição. Faço um breve relato sobre a configuração da prostituição de rua na capital Recife e o dado racial em sua distribuição a partir dos bairros, físico das mulheres e valores. Apresento o perfil das entrevistadas, citando características básicas de apresentação, tais como: idade, estado civil, filhos, escolaridade, valor cobrado por “programas”⁸ e cor/raça.

No capítulo 2, trago a perspectiva teórica utilizada na construção da dissertação, analiso a problemática da violência racial na trajetória das mulheres negras que se prostituem. O capítulo se divide em quatro partes. Na primeira parte faço uma análise sobre a abordagem histórica da questão da prostituição no Brasil e as mudanças que ocorreram a partir da década de 70 até os dias atuais, buscando compreender como o dado racial é percebido na prostituição. Problematizo, também historicamente, como a academia aborda a prostituição sendo responsável por construir saberes generalizantes que não representam todas as realidades. Na segunda parte trabalho o mito da democracia racial que elide as discussões sobre o racismo em nossa sociedade e como a percepção da violência racial é ignorada, tanto na sociedade como nas produções acadêmicas. Para a desconstrução do mito dialogo com a

⁶ Acesso a letra da música A Carne de Elza Soares: <http://letras.mus.br/elza-soares/281242/>

⁷ Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo.

⁸ De acordo com Freitas (1985), “O ‘programa’ é a unidade elementar da atividade da prostituta. Sua execução requer acordos prévios sobre três itens: as práticas, ou o conteúdo do serviço que será prestado; o preço deste serviço e o tempo disponível pela prostituta.” (FREITAS, 1985, p. 30).

perspectiva de Frantz Fanon (2008) sobre a violência colonial, e como a mesma solapa o processo reconhecimento e a construção de uma identidade racial positiva interferindo em aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em seguida analiso o processo de construção da identidade, problematizando como a violência racial e de gênero são centrais no reconhecimento de si e do Outro. Por último, parto da perspectiva do feminismo negro, onde trabalho com o conceito de *opressão* de bell hooks (2000) que entende que a discriminação sofrida pelas mulheres negras está relacionada a falta de oportunidade. A partir das discussões das feministas negras brasileiras trago o debate sobre a construção do estereótipo da mulher negra, pautado num discurso que “hipersexualiza” nossos corpos, além de compreender a dinâmica das exclusões a partir da violência racial, como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, a dimensão do afeto para a mulher negra e perspectiva de futuro.

A experiência do campo foi dividida entre os capítulos 3 e 4. No capítulo 3, entendendo que as mulheres negras que se prostituem possuem outras dimensões além de ser prostituta, faço um resgate das experiências que elas tiveram na infância, na adolescência e os motivos da entrada na prostituição. Na infância é possível perceber a presença, em sua memória, da violência racial sofrida em casa e na escola, as lembranças de dor e a falta de um referencial afetivo para lidar com tais discriminações. Na adolescência, iniciada precocemente, as entrevistadas vivenciam o início da vida sexual-afetiva com parceiros mais velhos, enxergavam no casamento a possibilidade de autonomia e independência, passando pela frustração da traição, agressões e abandono. Por último, abordo a entrada na prostituição que ocorre nesse contexto de abandono e necessidade financeira, embora tivessem buscado outras alternativas para seu sustento, a prostituição acaba se configurando como a alternativa viável de ganho rápido para suas necessidades. Faço uma análise dos aspectos que levaram essas mulheres negras à prostituição, questionando se há espaço para uma leitura a partir da dicotomia: submissão x empoderamento.

No último capítulo analiso como ocorrem as interações no cotidiano da prostituição. Dividido em cinco tópicos onde serão trabalhados: violência no cotidiano da prostituição, duplo fetiche, racismo na prostituição, a dimensão estética e, por último, a dimensão afetiva da mulher negra. Esses aspectos são centrais para trabalhar a subjetividade e o processo de identificação que influenciam diretamente em suas escolhas de vida, bem como garantem a manutenção dos espaços destinados às mulheres negras e pobres. Achei relevante trabalhar a dinâmica delas a partir das variadas experiências, a violência acaba sendo uma das narrativas mais constantes, ignorá-la é invisibilizar algo central no cotidiano delas. No segundo tópico

busco compreender outra manifestação violenta que elas sofrem que é a prática do fetiche, a prostituição é endossada por um discurso que classifica a sexualidade das prostitutas como transgressora e nesse cenário ser mulher negra prostituta é potencializar essas representações. O racismo no cotidiano delas também é uma constante, para além dos insultos faço uma análise de como o mercado do sexo é um espaço de privilégios para a mulher branca. A dimensão estética será trabalhada a partir da percepção da negação dos seus traços e, por último a dimensão afetiva discutirá como os/as filhos/as para essas mulheres são centrais para a tomada de suas decisões, sendo capazes de por eles suportar as adversidades e os riscos da prostituição de rua. Partindo dessa devoção em relação aos filhos/as planejam seu futuro, e principalmente, a saída da prostituição.

Capítulo 1

Metodologia e contextualização do campo

Pensar a ciência como um campo que defende um conhecimento objetivo, apesar de trabalhar com atores que carregam uma experiência histórica, social e cultural é no mínimo questionável. Ignorar a subjetividade como parte essencial na constituição humana é manter a postura dos pesquisadores tradicionais que viam na neutralidade, na objetividade e no distanciamento a maneira de fazer ciência.

Na década de 1970 o *modus operandi* de fazer ciência foi repensado a partir da virada linguística e dos próprios movimentos contra-hegemônicos, principalmente o movimento feminista que vai trazer à luz uma forma de repensar estratégias para fazer ciência. A premissa de que a realidade é construída através da linguagem e que esta não é um meio transparente de pensamento e sim um agente estruturador, modificará a relação com outro dentro e fora do campo científico. A metodologia feminista que surge nesse contexto de repensar essas relações neutras e objetivas, se apropria de um discurso onde a realidade segundo Terragni (2005, p,144) é “multiforme, rica de sujeitos, de indivíduos sexuados.” O debate mais atual vai além e contextualiza essa ideia de construção, a fim de evitar o niilismo e o relativismo extremo onde nada pode ser comparado, defendendo um construtivismo fraco em que se reconhecem as disputas dentro dessas relações e onde novas narrativas são construídas para ser possível dialogar (TERRAGNI, 2005).

A escolha do objeto de pesquisa, a forma como se relaciona com os sujeitos envolvidos, a coleta e tratamento dos dados são posturas políticas defendidas pela metodologia feminista. A mudança de perspectiva onde se recusa uma relação mecânica entre pesquisador-pesquisado foi a contestação central ao modelo tradicional. Sandra Harding (1987) propõe uma reflexão ao repensar um corpo de conhecimento que considera os homens como a norma, para isso sugere uma pesquisa feita pelas e para as mulheres e não apenas sobre as mulheres. A metodologia feminista vai propor uma mudança de paradigma adotando uma postura ativa na produção do conhecimento, posicionando as mulheres como sujeitos ativos em toda esfera da pesquisa reconhecendo a nossa capacidade de entender a sociedade e sua estrutura. Sandra Harding (1988) em seu artigo *Existe um método feminista?*⁹ chamava atenção para a postura das pesquisadoras feministas que

⁹ Publicado originalmente em inglês com o título *Is there a method feminist?* (1988)

“Escutavam atentamente ao que as mulheres informantes pensam acerca de suas próprias vidas e as dos homens, e mantém posições críticas frente às concepções dos cientistas sociais tradicionais sobre a vida dos homens e mulheres. Observam também alguns comportamentos de mulheres e homens que, desde a perspectiva dos cientistas sociais tradicionais, não são relevantes.” (HARDING, 1988, p. 11) (tradução minha)¹⁰

Para além de todas as mudanças ocorridas a experiência será ressignificada como forma de empoderamento, como forma de conscientização política, ou seja, a categoria analítica central da metodologia feminista é a experiência reconhecida para que essas mulheres se tornem sujeitos na produção e repasse do conhecimento, a socióloga ou sociólogo que não conecta sua experiência à pesquisa realizada tende a limitar a compreensão da proposta metodológica feminista. Stanley e Wise (1983) acrescentam que a experiência conhecida, estudada, revelada facilita a compreensão da opressão sofrida pelas mulheres, “omitir o pessoal significa omitir parte essencial da pesquisa” (STANLEY e WISE, 1983, p. 195 em Terragni). Dentro de uma perspectiva tradicional de fazer ciência a história de vida das mulheres sempre foi silenciada, sendo assim “as feministas argumentam que as epistemologias tradicionais excluem sistematicamente, com ou sem intenção, a possibilidade de que as mulheres sejam sujeitos ou *agentes do conhecimento*”¹¹ (HARDING, 1987, p. 14). Discordo da autora apenas quando cita a intencionalidade, a manutenção das relações de poder e da hegemonia é intencional. As estratégias utilizadas são construídas através de um discurso que visa garantir e fixar os atores em cada espaço.

A objetividade e o distanciamento dentro da metodologia feminista são posturas “impraticáveis”, mas também como um limitador do processo de conhecimento (TERRAGNI, 2005, p.147). A própria relação pesquisador - pesquisado se horizontaliza recusando a ideia de que são entidades distintas onde o primeiro ocupa um espaço, um lugar de autoridade em relação ao outro, esse Outro será igualmente ressignificado dentro dessa lógica tendo sua relevância centralizada na construção do processo científico. Nessa relação pesquisador – pesquisado a confiança será pontuada como central para o funcionamento da pesquisa e para tal uma relação ética deverá ser estabelecida. A ética para além da teoria e enquanto prática

¹⁰ “Escuchan muy atentamente lo que las mujeres informantes piensan acerca de sus propias vidas y de las de los hombres, y mantienen posiciones críticas frente a las concepciones de los científicos sociales tradicionales sobre las vidas de hombres y mujeres. Observan también algunos comportamientos de mujeres y hombres que desde la perspectiva de los científicos sociales tradicionales, no son relevantes. (Texto original em inglês. Tradução para o espanhol feita por Gloria Elena Bernal.)

¹¹ Las feministas argumentan que las epistemologías tradicionales excluyen sistemáticamente, con o sin intención, la posibilidad de que las mujeres sean sujetos o *agentes del conocimiento*. (Texto original em inglês. Tradução para o espanhol feita por Gloria Elena Bernal.)

vem coroar a pesquisa qualitativa como sendo a postura diferencial e correta, a transparência na relação durante o processo de pesquisa é fundamental para o funcionamento do diálogo, o pesquisado deve saber que seu espaço, opinião e privacidade serão respeitados, enquanto pesquisador todos os detalhes deverão ser previamente esclarecidos, o objetivo da pesquisa, por quem e como os dados serão utilizados, para qual instituição se trabalha, todas essas medidas visam estabelecer uma relação de confiança entre as partes interessadas (PUNHC, 1998). Na metodologia feminista para que se estabeleça uma relação de confiança valoriza-se que o pesquisador encontre mais de uma vez o pesquisado (COTERILL in TERRAGNI, 1992), esse tipo de interação demonstra ao pesquisado o interesse em sua experiência de vida para o pesquisador, embora as circunstâncias do desenvolvimento de cada pesquisa é que definem a quantidade necessária de encontros. Apesar da possibilidade de criar uma relação de confiança, gerada através da empatia, o pesquisador precisa ter em mente que ocupa um lugar de privilégio, precisa verbalizar de “onde fala”, qual seu lugar e seu objetivo, existe ainda assim uma relação de poder mesmo em pesquisas que adotam a metodologia feminista. De acordo com Reinharz (1983) citado por Terragni (2005) valoriza-se um pesquisador que mantém uma postura de “estudante” que acredita na possibilidade de aprendizado constante estabelecendo uma relação de troca e experiência.

Para estabelecer o diálogo, as teóricas feministas propuseram um formato de fazer pesquisa baseada nas ideias do próprio movimento. Defendem a priori uma preparação do pesquisador, formulação do problema e que este seja de interesse pessoal e profissional, pois sua experiência de alguma maneira se conecta com as questões abordadas. O processo de produção se dá a partir da coleta e “digestão” dos dados que contam com o *feedback* compartilhado (REINHARZ, 1983 em TERRAGNI, 2005) devendo ser esclarecido que a escrita e a pesquisa são de propriedade do pesquisador. Como é uma pesquisa que tende ao particular, a universos mais pontuais a pesquisa feminista opta por entrevistas como técnica de pesquisa. A entrevista é uma possibilidade de valorização oral da história de vida das mulheres, no contexto normativo de produção científica as mesmas tiverem pouco ou nenhum espaço para relatar suas experiências e percepções, a escolha por tal método reforça o caráter político da metodologia (HELD, 1996; OAKLEY, 1981 em TERRAGNI; 2005).

Em geral são entrevistas semiestruturadas para que o pesquisado tenha possibilidade de relatar os fatos de sua vida com mais fluidez, valoriza-se o contexto de vida do pesquisado sendo preferível realizar a pesquisa dentro do seu ambiente. Todas essas condições são igualmente relevantes para o próprio corpo da pesquisa, fazendo uma etnografia para dar

significado às experiências pessoais e/ou coletivas. Entendendo que as escolhas pelas práticas propostas pela metodologia vão de acordo com as interesses e objetivos da pesquisa, não há necessariamente um engessamento ao modelo.

Novos olhares, novas experiências e novos sujeitos são os interesses da metodologia feminista que faz uma crítica aos saberes tradicionais, contribuindo para a visibilidade de histórias de vidas esquecidas pela normativa sexista do mundo acadêmico. Embora seja uma metodologia que romperá com saber científico tradicional, a metodologia feminista assim como o movimento sofrerá críticas por parte das próprias feministas e outros grupos. Donna Haraway (1995) epistemóloga feminista em seu texto *Saberes Localizados – A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* demonstra insatisfação com os intermináveis debates feministas sobre a objetividade dentro da tradição científica e amplia sua inquietação sobre a questão do construtivismo, ressalta que as feministas têm que insistir numa melhor explicação do mundo, não basta demonstrar que tudo é socialmente e historicamente construído para evitar cair no niilismo. Haraway (1995) parte do pressuposto que todo saber tem um objetivo, nada na ciência é imparcial e seus saberes são mediados, pois se há alguém que os fabrica há também interesses específicos. Propõe como saída para esse debate a ressignificação da visão enquanto metáfora. A civilização ocidental claramente valoriza a visão como o sentido de percepção neutro, Haraway (1995, p.22) discorda dessa postura e analisa que a visão como qualquer outra forma de perceber a ciência tem sua localização, mas chama atenção para o uso de uma visão corporificada e não aquela que promete transcendência e não-responsabilidade. De acordo com autora “olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida”.

Embora concorde com a postura feminista que valoriza a perspectiva do Outro, Donna Haraway (1995, p. 23) alerta para uma tendência muito comum nesse tipo de pesquisa: cair na interpretação romantizada, “mesmo por aqueles que alegam ver desde sua posição” e conclui

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’ (HARAWAY, 1995, p. 36).

Todas as etapas da pesquisa desde a escolha do problema à apresentação dos dados devem ser problematizadas. Outra crítica à postura epistemológica feminista parte das próprias feministas negras,

Um desenvolvimento político paralelo à análise de gênero como sistema simbólico se encarregou de reintroduzir as experiências concretas de mulheres reais em contextos de poder e desigualdade, nas teorias de gênero. Nos anos 1970 se organizam as feministas negras nos EUA para denunciar a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe a que estão submetidas todas as mulheres negras em contraste com suas companheiras brancas (STOLCKE, 2004, p. 91/92). (*tradução minha*)¹²

A crítica surge tanto em relação ao movimento social quanto à militância acadêmica, espaços que se mantiveram hegemônico em sua representação, mulheres brancas de classe média que enxergavam a opressão vinda de um único lugar, o sexismo. Desde o surgimento do movimento feminista pouca foi à preocupação em se dialogar com as variadas formas de opressão sofrida pelas outras mulheres. As militantes do feminismo negro não se identificaram com as pautas da luta das mulheres brancas, pois estas, inicialmente, lutavam pelo acesso ao espaço público, direito ao voto e ao trabalho. Em contrapartida as feministas negras militavam por maior atenção do Estado quanto às questões reprodutivas, melhores salários, educação e moradia para família, combate ao índice de violência física e psicológica e pelo fim e/ou punição do racismo, sendo este reconhecido como prática criminosa. Chamavam a atenção das feministas brancas para a existência e transformação do feminismo em Feminismos substituindo a simplificada classificação de gênero por “classe-raça-gêneros” (KELLER, 1989 em TERRAGNI, 2005) fortalecendo a postura política que caracteriza a metodologia feminista.

Atualmente têm sido questionadas as produções acadêmicas que pesquisam sobre o Outro, posicionando-o de maneira distante, fixa e estereotipada. Michelle Fine (1998) em seu texto *Trabalhando os Hífens – reinventando o Eu e o Outro*¹³ demonstra inquietação em relação à postura dos pesquisadores diante dos sujeitos que estudam ao manter uma relação de distanciamento que se traduz no *Self- Other*. A tendência da modernidade em fixar as identidades inquieta a autora e traz em seu texto a reflexão sobre a fluidez entre o Eu e o

¹² Un desarrollo político paralelo al análisis de género como sistema simbólico se encargará de reintroducir las experiencias concretas de mujeres concretas en contextos de poder y desigualdad, en las teorías de género. En los años 1970s se organizan las feministas negras en EEUU para denunciar la opresión racial, sexual, heterossexual y de clase a que están sometidas todas las mujeres negras en contraste con sus compañeras blancas.(Textooriginal)

¹³ Título original em inglês: *Working the Hyphens – Reiventing Self and Other in Qualitative Reserach*

Outro, colocando que essa relação binária não é tão fixa como se acredita. Reflete sobre o empenho com que Stuart Hall (1991) tenta desconstruir a ideia fixa dessa relação, mas critica a forma binária como o mesmo coloca esses atores, Hall como cita Fine (1998, p.134) “ironicamente reproduz a separação e desvia ao longo da investigação o que está entre”. A autora conseqüentemente defende o trabalho crítico desse hífen onde devemos negá-lo trabalhando junto aos que tem sido Outrificado, entrando na luta a fim de revelar as estruturas que fixam essas identidades. Segundo Oakley (1981) citado por Terragni (2005, p. 155) “se o pesquisador não é capaz de colocar-se em jogo ele mesmo, a entrevista perde o valor”. A postura política de auto crítica do pesquisador (a) deve ser uma constante em toda pesquisa.

A maneira crítica de rejeitar essa Outrificação depende dos objetivos traçados pelo pesquisador (a), ao realizar uma pesquisa que tem como fim capturar a “essência” do Outro ou privá-los de algum tipo poder, estereotipando-o e/ou fixando-o em algum espaço o cientista social assume a responsabilidade de se aliar ao opressor. Trabalhar o hífen é engajar-se na luta do que foi e continua sendo subalternizado, mesmo compreendendo a dimensão dessa relação onde as relações de poder existem. Reconhecer que não é possível se colocar no lugar do Outro, mas que podemos através da pesquisa romper com as barreiras existentes.

Em uma sociedade onde a norma, o saber científico e a ideologia são espaços de domínio do homem branco, o discurso é o principal aliado na manutenção do poder. Capaz de construir realidade, o discurso é utilizado a favor do grupo dominante. Para Norman Fairclough (2001, p. 16) “condições sociais determinam as propriedades do discurso”. Deter o poder do discurso é deter o poder de estabelecer normas, padrões e criar supostas verdades sobre um determinado grupo. As reproduções desse conjunto de supostas verdades endossam visões distorcidas de uma dada realidade que tendem a prejudicar grupos específicos que são, na maioria das vezes, impossibilitados de compartilharem suas perspectivas.

A produção do discurso, geralmente, é combinada a outros discursos. Estes potencializam as informações que visam atingir grupos minoritários, Fairclough (2001) esclarece

Ao dizer que discurso desenha sobre tipos de discurso (e prática sobre tipos de prática), tenho tentado evitar qualquer sugestão de uma relação mecânica entre os dois. Embora devamos ter convenções, a fim de ser capazes de se engajar no discurso, esta não é simplesmente uma realização ou implementação da primeira. De fato, um discurso particular pode muito bem ser desenhado sobre dois ou mais tipos de discursos, e as possíveis formas em que podem, em princípio, ser combinados são inumeráveis (FAIRCLOUGH, 2001, p. 25).

Especificamente o discurso destinado às mulheres negras em uma sociedade patriarcal sexista e branca é construído fortalecendo os estereótipos. Como bem pontuou acima Fairclough (2001), a construção dos discursos é de longe um processo isolado, agregar vários discursos em um só viabiliza o alcance dos objetivos. Nesse esquema deter o poder do discurso é garantir a perpetuação da ideologia dominante sendo um espaço de “relações de poder desiguais”. A utilização da linguagem aliada a ideologia faz do discurso um espaço de poder que pode tanto manter a ordem ou causar mudanças sociais, o grande entrave se concentra em deter o poder desse espaço que é hegemônico contra as questões sociais e, conseqüentemente, contra as mudanças. O discurso como elemento de dominação sustenta e legitima as relações existentes de poder, a possibilidade de ressignificar o discurso dominante é entrando na luta para combater as desigualdades, participar das mudanças facilita a entrada nessa disputa e rompe com a hegemonia do discurso.

Ao trabalhar com experiências de vida de mulheres que estão à margem da sociedade, a metodologia feminista é a que melhor percebe as complexas estruturas da sociedade. Ao reconhecer as prostitutas negras como sujeitos, ativas no processo de construção e problematização das questões que as constituem, propomos um exercício de romper com o modo tradicional de fazer ciência.

Reconhecer o privilégio perante essas mulheres é crucial para estabelecer uma relação onde as condições que nos afastam sejam trabalhadas, de acordo com Michelle Fine (1998, p.139): “Quando optamos, na verdade entrar na luta social com aqueles têm sido explorados e subjugados, trabalhamos o hífen, revelando muito mais sobre nós mesmos, e muito mais sobre as estruturas da Alterização.” A partir dessa perspectiva diante do indivíduo estudado devemos, apesar da empatia, evitar a romantização problematizando as percepções do campo (FAIRCLOGH, 2001). A partir do artigo de Claudia Fonseca (1996) *A dupla carreira da mulher prostituta (1996)* a autora reconhece as possíveis situações que enfrentaria na pesquisa tanto a nível teórico quanto prático. Embora me reconheça como mulher negra não vivencio a condição de prostituta, mas minha experiência cotidiana me aproxima das mulheres entrevistadas por mim, no que tange a violência racial sob nossos corpos e subjetividade. De acordo com Fonseca (1996)

É indubitavelmente mais fácil escrever sobre nós mesmos do que sobre os outros – e mais confortável (e menos pretensioso) analisar nossos preconceitos sobre a prostituição do que tentar descrever as prostitutas. Porém seria um equívoco considerar estes dois objetos como inteiramente separados um do outro. A eficácia

da autocrítica pode ser medida em termos do novo olhar que ela nos abre quanto à realidade alheia (FONSECA, 1996, p. 8).

O racismo se apoia na linguagem e, conseqüentemente, no discurso para se empoderar, tanto Fanon (2008) como Van Dijk (2010) são categóricos em atribuir a relevância do discurso para manutenção do racismo. Fanon (2008, p.50) percebe a linguagem como uma arma, se apropriar da mesma é “assumir um mundo, uma cultura”. Utilizaremos a análise do conteúdo no processo de consumo desse discurso (FAIRCLOGH, 2001), para compreender como essas prostitutas percebem o racismo e como o mesmo afeta sua prática. Além dos significados que elas atribuem a si, aos seus pares, aos clientes e à sociedade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com cinco prostitutas negras, onde os aspectos gerais e específicos foram utilizados para compreender os processos de construção identitária dessas mulheres e principalmente como o discurso racista é determinante na trajetória de vida das mesmas. O contato com as prostitutas foi realizado através da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS)¹⁴ que atua na conscientização contra a violência, prevenção das DST'S, construção e valorização da identidade racial e a luta pelo reconhecimento da prostituição como profissão. Além desse contato institucional entrevistamos prostitutas nos bairros da Imbiribeira e em Boa Viagem, zonas conhecidas como espaços de prostituição com o intuito de realizar um estudo comparativo das falas e experiências associada à questão socioeconômica. Apesar da questão racial ser central no pesquisa, o fator idade e condição social são pertinentes para as análises. O perfil da prostituta para esse estudo são mulheres negras, com baixo rendimento escolar e faixa etária dos 20 aos 47 anos. Mulheres negras na condição de prostituta que, apesar de não se conhecerem, se aproximam sob um discurso geral com a presença de um histórico de violência, abandono, baixa escolaridade, limitadas oportunidades de trabalho, filhas/os com parceiros que ignoram a paternidade e expectativas frustradas. Sendo este um perfil recorrente entre as mulheres que estão na prostituição de rua, o fator racial dialoga com essas questões potencializando as discriminações sofridas por essas mulheres negras.

As entrevistas¹⁵ contaram com uma estrutura de perguntas organizadas por assuntos de interesse, são eles: perfil (onde foram abordados aspectos gerais, tais como, idade, outra

¹⁴ A Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2002, que atua em defesa das prostitutas de Pernambuco. Texto extraído da página:

<https://www.facebook.com/appspe>

¹⁵ Ver anexo.

ocupação, estado civil, escolaridade, religião, cor, renda mensal, etc.), infância (onde foram abordadas as relações familiares e como estas foram determinantes nesse processo de entrada na prostituição, trabalhei a questão do abandono, a afetividade, violência e abusos, relação com a comunidade e amigas/os), prostituição e cotidiano (espaço onde foi questionada prática em si, a inserção na prostituição, relação com os clientes, valores, perfil do programa, expectativas e anseios de estar nessa condição) e por fim aspectos gerais (como violência policial, contato com a APPS, drogas, prevenção e anseios para o futuro). As entrevistas foram gravadas sendo garantido total anonimato dos nomes, localização específica de trabalho e todas as informações que elas solicitaram sigilo. Além da fala, outros aspectos foram analisados: pertencimento racial (a identificação e associação com a mesma), a postura, o silêncio, o choro, a exaltação, a recusa diante de algumas perguntas e as contradições no discurso. A partir das leituras sobre pesquisas que trabalhavam com prostituição a dinâmica das entrevistas contavam com dois ou mais encontros (GASPAR, 1985; FREITAS, 1985; BARRETO, 2013), no entanto em apenas um encontro a coleta dos dados foi satisfatória. O processo de identificação e confiança foi gerado, propiciando a abordagem dos temas mais simples aos mais delicados.

1.1 Reflexões Iniciais

A escolha da temática parte, principalmente, da minha experiência e posicionalidade. Como mulher negra meu corpo sofre a violência racial no que tange a “hipersexualização”. Busquei compreender as dinâmicas e os processos a partir de um espaço, a prostituição, em que são potencializadas as discriminações racistas e sexistas. Além da escolha específica do caráter racial na pesquisa onde eu deveria tratar as questões pertinentes à opressão do racismo, repensei as estratégias para me aproximar das entrevistadas e conseguir gerar empatia ao ponto de realizar uma entrevista onde elas se sentissem acolhidas e a vontade para relatar sua trajetória de vida. Ocupando o espaço do modelo que critico, a ‘morena’ tipo exportação¹⁶, tive receio que gerasse nas entrevistadas algum tipo de competição, mesmo reconhecendo meu lugar, meus privilégios e as diferenças que nos separam.

¹⁶ Conceito que faz referencia a um padrão criado da mulher negra que atende a uma demanda do mercado dos desejos. A mulher negra “tipo exportação” conhecida como “mulata” é um categoria desconstruída em várias obras (GONZALES; 1984); (CARNEIRO; 2001); (PISCITELLI; 1996); (GILLIAM e GILLIAM; 1995); (GIACOMINI; 2006); (CORRÊA; 1996); (MOUTINHO; 2004); (MUNANGA; 2008).

Além de portar toda a documentação exigida ao realizar esse tipo de pesquisa de campo como o termo de consentimento¹⁷ explicando detalhadamente os interesses, os objetivos e garantia do anonimato além dos meus contatos pessoais para caso de desistência ou esclarecimento, pensei igualmente nas vestimentas. Analisando a experiência Ribeiro (2013) que utilizou dessas mesmas estratégias em sua pesquisa, embora o contexto da prostituição¹⁸ investigada por mim defira daqueles considerando que trabalhei,

Andar nas boates e nos bares sempre “bem vestida”, no sentido de usar roupas longas, sem decotes ou justas, dava margem para as mulheres perceberem que eu não trabalhava lá, mas também para fazer diferentes interpretações, como ser lésbica, estar querendo conhecer os locais para começar a trabalhar, mas sobretudo ser policial ou repórter” (RIBEIRO, 2013, p. 25).

Escutei das entrevistadas em Boa Viagem perguntas sobre minha identidade profissional, pois frequentemente elas sofriam com a invasão do espaço delas pelas equipes de reportagem que as filmavam sem consentimento e as exibiam nas matérias apenas com a imagem embaçada, mas mesmo assim era possível identificá-las pela forma do corpo, o jeito de vestir e os trejeitos. Todas questionaram se eu pretendia tirar fotos e em que espaços a fala delas seria utilizada. Garanti que o único recurso que eu precisaria utilizar era um gravador, prevendo que nosso diálogo se estenderia por vários minutos e não queria desviar da atenção para anotar suas respostas.

Temia igualmente pela minha integridade física, sendo Recife uma das capitais mais violentas do Brasil, tive que lançar mão de estratégias para abordá-las garantindo minha segurança, recorri a ajuda de amigos e facilitadores. É importante reconhecer que a violência que estava exposta é a rotina dessas mulheres.¹⁹ Apesar de muitos amigos se disponibilizarem para fazer a abordagem, pois tinham igual curiosidade de conversar com as meninas, apenas um de fato encarou as ruas semidesertas da Avenida Conselheiro Aguiar, meu amigo, ajudante e entusiasta da pesquisa Ronald Oliveira, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE.

¹⁷ Ver anexo.

¹⁸ A pesquisa de Fernanda Ribeiro (2013) é centrada na discussão da subjetividade das prostitutas do Ceará que rompe com as correntes dicotomizadas que tratam sobre a prostituição. Para além da perspectiva abolicionista e do *sex radicalism*, a pesquisadora, embora reconheça as opressões existentes e a estrutura entende que a agência dessas mulheres sobressai esses debates dicotômicos, em que há uma complexa rede de necessidades que está para além da questão financeira a escolha dessas mulheres pela prostituição.

¹⁹ No capítulo 3 tratarei dos casos de violência ocorridos na prostituição.

1.2 Contextualizando as zonas de prostituição no Recife

Aqui faço uma contextualização das zonas escolhidas para a realização do campo. Recife é considerada uma das capitais no roteiro do turismo sexual. Situada no Nordeste brasileiro, a capital pernambucana mantém o padrão das outras capitais que são rotas para o turismo sexual. Recife atrai pelo clima, belas praias, rede de hotéis, restaurantes e prostituição de rua em locais turísticos como no Bairro de Boa Viagem. Apesar desse bairro ser conhecido pela prostituição noturna com suas casas de show e ter os espaços geográficos demarcados para tal atividade, outros bairros do subúrbio e centro também convivem com tal atividade.

Bairros como Santo Amaro, São José, Imbiribeira, Pina, Piedade, Candeias, Areias são espaços antigos e reconhecidos como zonas de prostituição. Minha escolha por alguns bairros foram entre tantos fatores: o fácil acesso, o horário de realização da atividade, evitando por em risco minha integridade física e por oferecerem diversidade de perfil físico e financeiro das prostitutas.

Os bairros escolhidos para a realização do campo foram: São José no centro da cidade, Boa Viagem na zona sul da cidade e Imbiribeira na zona sul. O bairro de São José que se situa no Recife Velho no centro do Recife, é um bairro é considerado reduto de prostituição desde o reconhecimento de Recife como porto (LÚCIA, 1986). Outras localidades do centro do Recife já foram zonas de prostituição, tais como: Rua da Palma, Rua da Guia e a mais conhecida Avenida Rio Branco. Na experiência de Amara Lucia (1986, p.24) como prostituta na década de 1980: “A Avenida Rio Branco seria, sem dúvida alguma, o verdadeiro cenário de inúmeros personagens a cruzar meu caminho.” Atualmente a Praça do Diário, Praça Joaquim Nabuco e os Cais de Santa de Rita são os locais mais conhecidos para ter acesso às prostitutas. As condições de higiene, de segurança e anonimato são praticamente inexistentes. Facilmente é possível identificar as mulheres que se prostituem, na Praça do Diário o perfil das prostitutas são mulheres de idade avançada chegando até aos 60 anos, algumas usuárias de crack, outras usuárias de cola que cobram em média de 5 a 40 reais por programa. Na Cais de Santa Rita observa-se, ainda, a prostituição infanto-juvenil, meninas e meninos usuários de crack e cola cobram de uma refeição até 20 reais²⁰. A situação do Cais é particularmente deprimente e preocupante pelo seu contexto de abuso de menores: onde os pais usam seus filhos e filhas

²⁰ Informações obtidas através de taxistas e comerciantes locais.

para garantirem o sustento da família. Embora o foco da minha pesquisa seja sobre mulheres negras que se prostituem, é obrigatório assinalar que todas essas crianças do Cais de Santa Rita são negras. E, por fim, a Praça Joaquim Nabuco onde o perfil muito se assemelha ao da Praça do Diário diferenciado apenas, aparentemente, pela inexistência de usuárias de crack.²¹

Em ambos os espaços, as atividades começam cedo, a partir das 6 horas, acompanhando a movimentação do comércio. Nas praças as prostitutas são facilmente identificadas, pois ficam sentadas em grupo de três ou quatro conversando como em uma roda de amigas, possuem um comportamento polido e repreendem qualquer manifestação de exposição aos pedestres, de acordo com Luiza,

Tem umas que são muito ‘depravada’, não sabe ser mulher. Fica com aqueles ‘palavrão’, fica drogada demais, chama ‘aqueles’ ‘palavrão’, não respeita as ‘criança’ que passa, ‘as’ mulher casada, porque vamos ser (*prostituta*), mas vamos se dar o respeito. Porque antigamente ‘as’ mulher era de classe, as prostitutas ‘tinha’ classe, ela vivia mais, como se diz, mais na dela. Num demonstrava tanto e as pessoas que julgava. Hoje em dia julga porque elas demonstram ser julgadas.
(Destaque meu)

Apesar de fácil identificação, o imaginário da prostituta com roupas provocantes, saltos e maquiadas é desconstruído a partir do perfil dessas mulheres do Centro. Fonseca (1996, p.16) relata em sua pesquisa que as prostitutas que ela entrevistou “usavam roupas simples ao estilo usadas pelas donas-de-casa” e segue “não eram jovens, aparentemente muitas usavam tinta no cabelo, mas não exageravam na maquiagem”. As mulheres entrevistadas no centro cobram 40 reais em média, o programa inclui: o sexo oral com camisinha e o “papai e mamãe”, durando em média 20 minutos o programa. O perfil dos clientes é constituído por homens mais velhos, casados, aposentados que sempre andam pelas praças e redondezas e comerciantes locais.

Em Boa Viagem, as três Avenidas que compõem o bairro são zonas de prostituição. A Avenida Boa Viagem é conhecida pela prostituição de michês²², a Avenida Conselheiro Aguiar é área das transgêneros e transexuais e Avenida Domingos Ferreira é a zona de prostituição feminina (cis)²³. Pelo foco da minha pesquisa todos os contatos foram feitos na

²¹ Dados das próprias entrevistadas, elas mesmas rechaçam as usuárias de drogas que se transferem para a Praça do Diário ou para o Cais de Santa de Rita.

²² Homens que se prostituem.

²³ Cis é a designação usada para definir a pessoa designada com um gênero ao nascer e se identificam com ele. Fonte: <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>

última Avenida citada. Diferente do Centro, a “batalha”²⁴ em Boa Viagem inicia à noite por volta das 21 horas, nesse espaço as prostitutas assumem o estereótipo do imaginário, com as roupas, maquiagens e adereços. O perfil das mulheres em Boa Viagem difere significativamente das mulheres do centro, são mais jovens, expõem corpos bem cuidados, são atentas à vaidade, sempre bem vestidas com roupas provocantes, maquiagem e salto alto para atrair os clientes, que geralmente são empresários, homens casados, estrangeiros ou locais com condições financeira tranquila. Há um padrão no valor cobrado nessa zona que varia de 100 a 200, entendendo que esses valores são todos negociáveis de acordo com o critério das prostitutas, o tipo do cliente e as exigências que o mesmo faz. Em relação a esses acordos esclarece Freitas (1985, p. 35) “as práticas de conteúdo bem definido e de fácil verbalização, o preço e o tempo, são itens que podem ser objeto de acordos prévios.”

No bairro da Imbiribeira a prostituição ocorre na Avenida Mascarenhas de Moraes, dividem esse espaço transgêneros, transsexuais e mulheres (cis). A movimentação inicia por volta das 8 horas em várias localidades da citada Avenida. A faixa etária varia entre 30 a 70 anos e em sua grande maioria são mulheres negras, são um pouco mais vaidosas que as prostitutas do centro da cidade e estão costumeiramente acompanhadas de outras colegas dividindo um “ponto”²⁵ como uma forma de garantir a segurança, mas é possível identificá-las, pois estão sempre paradas em alguma esquina e olham fixamente quem passa estabelecendo uma interação com os possíveis clientes ou buscando identificar os carros dos clientes mais assíduos.

Durante a realização da entrevista percebi que Gê olhava fixamente para um carro que passava dando voltas pelo ponto que ela fica. Ao identificar pelas características do carro e pela placa que era seu cliente me alertou que se ele desse mais duas voltas teria que ir, pois era seu dinheiro garantido do dia. E como previsto não consegui fazer a última pergunta do roteiro da entrevista. **(Trecho do diário de campo)**

1.3 Acessando o campo

A pesquisa foi inicialmente pensada com a fala de vários atores. Prostitutas negras e brancas, e homens que utilizam do serviço. A ideia inicial de incluir prostitutas brancas era para fins comparativos da fala, das experiências e da percepção do racismo. Mas percebi que tinha em mãos uma pesquisa extremamente densa. Trabalhar com a opressão racial, de gênero

²⁴ Batalha é o termo que as prostitutas usam para fazer referência ao trabalho realizado por elas.

²⁵ Local onde as mulheres esperam seus clientes.

e o estigma da prostituta na sociedade renderia um material estafante para uma dissertação. Mesmo compreendendo que as relações de poder que permeiam o racismo são relacionais²⁶ minha pesquisa foca na fala e na experiência das mulheres negras que se prostituem. O primeiro espaço onde tive contato com a prostituição foi através de sites de acompanhante²⁷ ou garotas de programa.

Percebi imediatamente na estrutura do site e em sua catalogação que as mulheres são divididas de acordo com o tempo de entrada no mesmo dando destaque para as novatas. Quanto à distribuição racial as desigualdades também são visíveis nesse espaço, sendo majoritária a presença de mulheres brancas. Nessa busca o que chamou minha atenção foi para os valores e descrições das mulheres, a maioria delas com ensino superior ou cursando, falam pelo menos o inglês, cobram por programa uma média de 300 a 500 reais, sobre as características físicas elas têm corpos bem malhados, cabelos lisos e longos (até mesmo as pardas e pretas). Em média cada site trabalha com um “cardápio” de 40 a 60 mulheres, entre os nove sites pesquisados cinco tinham mulheres pretas e pardas, desses cinco sites apenas um tinha uma garota de programa que rompia com o padrão da “mulata tipo exportação” e ainda assim se apropriava do eufemismo “moreninha” para identificar a cor da acompanhante. As descrições das demais garotas iam de “criola safada”, “morena sensual”, “preta devassa” e “moreninha exótica”. Todas as descrições das mulheres exaltam sua sexualidade, de acordo com Piscitelli (1996, p.26) ao analisar os comentários em textos da mídia brasileira sobre gênero e “raça” observa que “os atributos associados com as garotas brasileiras são apresentados como características de temperamento.” No mercado do sexo o que é vendido é uma fantasia e as adjetivações que cabem as mulheres negras fazem referência sempre a sabor, cor e cheiros (CORRÊA, 1996; HAUDENCHILD, 2011; PISCITELLI, 1996; GILLIAM e GILLIAM, 1995).

A realidade da oferta dos sites contradizia ao perfil das mulheres que estavam nas ruas, trafegando por alguns locais de prostituição, exceto no bairro de Boa Viagem na zona sul do Recife, é possível perceber que a grande maioria é mulheres negras. A constatação que

²⁶ Trabalharei essa questão no capítulo 2.

²⁷ São consideradas acompanhantes mulheres que prestam serviço para além do contrato sexual, são contratadas muitas vezes para figuração ao lado de empresários em eventos de importância. Sites pesquisados: <http://www.closesderecife.com.br/>, <http://www.gatasderecife.com/principal.html>, <http://servicos-adultos-sexo.vivanuncios.com/acompanhante-erotico+recife>, <http://www.eliterecife.com/principal.html>, <http://www.asgatinhas.com/recife.htm>, <http://www.coelhinhasdobrasil.com.br/recife.htm>, <http://www.deliciastropical.com.br/>, <http://www.viciosdoprazer.com/parceiros.html>, <http://garotasrecife.com.br/>.

pode ser feita mediante tal análise é que até na hierarquia econômica do mercado do sexo a questão racial é dominante, ou seja, o mercado de luxo do sexo segue o padrão de preferências pelas mulheres brancas em detrimento das mulheres negras. A escolha por trabalhar com as prostitutas negras de rua para além de querer compreender as opressões que elas sofrem, é perceber como a escolha pela prostituição se configura como um espaço real de reconhecimento e como opera a violência racial e de gênero em suas decisões.

Estendendo minha curiosidade para outros espaços que oferecem tais serviços resolver os anunciados dos classificados dos jornais locais. Através de um sucinto texto a mulher tem que descrever suas qualidades e atributos para convencer o cliente, diferente dos sites que oferecem a possibilidade de olhar os atributos físicos em um ensaio sensual, as anunciantes dos jornais têm que convencer através da escrita e aguçar a imaginação. Dos 50 anúncios que compõem a parte de acompanhantes de um jornal local do dia 16 de novembro de 2014 nenhuma delas se auto declara negra, todas se apropriam dos eufemismos racistas. Utilizam em suas divulgações:

Alana: Morena Safadinha.

Cacau: Linda Ninfeta Bronzeada

Dandara: Mulata dominadora

Os adjetivos nos jornais também seguem o padrão no mesmo contexto dos sites, a utilização dos eufemismos para cor negra associados aos atributos que caracterizam as mulheres negras caracteriza o padrão utilizados por elas na venda dos seus serviços.

Acessar as zonas de prostituição e as prostitutas não é tarefa simples, assim como Gaspar (1985), Freitas (1985), Barreto (2013), Ribeiro (2013) contaram com a ajuda de facilitadoras/es, pessoas próximas às prostitutas. Minha primeira inserção ao campo se deu através de um facilitador, frequentador assíduo de casas de prostituição, vive em um bairro na periferia do Recife e convive com amigas que se prostituem. Ao conversar com ele sobre minha dificuldade de acesso a tais ambientes, e o perigo latente que sofreria ao abordá-las na rua ele prontamente se ofereceu para fazer o contato com sua vizinha, amiga de infância que se prostituía no bairro da Imbiribeira. Além de explicar para sua amiga o que eu pretendia com a pesquisa, reforçou, principalmente, que eu era uma pessoa “bacana” e de confiança que não teria problemas em ela falar comigo. O contato foi breve, mas suficiente para estabelecermos uma relação e marcarmos um encontro para realizar a entrevista. Observando

o desenvolvimento do nosso diálogo meu amigo chamou minha atenção para um detalhe fundamental: minha fala.

Amigo facilitador: Minha irmã se ligue como fala, ela não entendeu nada do que tu disse. Esquecesse que ela é analfabeta? Maria não tem estudo e tu precisa simplificar o modo de falar, porque senão ela não vai entender nada. E ela não sabe escrever também, traz tinta para ela assinar esse teu documento.

Revi a partir desse primeiro momento algumas questões práticas da pesquisa. Repensei o questionário, minhas vestimentas, meus modos e até os possíveis locais que iria convidar as mulheres para realizar a entrevista. Principalmente minha fala, pois a partir de Maria percebi que não caberia espaço para formalidades, e deveria ser objetiva e direta entendendo que a questão do tempo era fundamental para elas. Foi necessário esse contato com Maria para rever vários dos meus privilégios, apesar de ser mulher negra e ter uma vivência da violência racial no cotidiano, eu ocupo um espaço diferente do dela. No tocante aos privilégios que possuo, a questão socioeconômica é a mais relevante, a experiência de vida de Maria e de todas as outras entrevistadas traz uma limitação em suas escolhas e possibilidades de reconhecimento.

Apesar do fracasso inicial, por não conseguir a entrevista com Maria, mantive a estrutura inicial de realizar 5 entrevistas e decidi, a partir desse número, fazer uma distribuição geográfica das zonas de prostituição. Entrevistei prostitutas do Centro, Boa Viagem e Imbiribeira, cada zona dessa tem suas particularidades, desde o perfil das prostitutas, valores cobrados e clientela.

Recorri, igualmente, a APPS (Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo) na tentativa de facilitar o diálogo, a atual presidenta da associação Nancy Feijó²⁸ demonstrou pouca disponibilidade em me ajudar, justificou “*abro sempre as portas da casa e não dão nenhum retorno, continuam usando a gente da mesma forma, a partir de agora vou começar a cobrar visita, tem que ser agendado e com tempo porque a gente sempre ajuda e ninguém dá nada em troca*”. Entendi pela fala dela que muitos procuram a associação para obter informações, dialogar com as prostitutas e o retorno desses trabalhos feitos não acontece. Após insistentes tentativas, o contato foi estabelecido com a facilitação da ativista e feminista negra Vera Baroni, que dialoga com a APPS realizando trabalhos em conjunto com Nancy. Prontamente Nancy Feijó me informa de uma atividade que iria ocorrer na Praça Joaquim

²⁸ Ex-prostituta fundou a APPS juntamente com o apoio de Gabriela Leite em 2002, período em que a visibilidade pelos direitos das profissionais do sexo ganha respaldo nas discussões políticas.

Nabuco. Ao chegar me identifiquei para Vânia (facilitadora da APPS) que indicou a mulher que ela estava atendendo *“olha aqui uma negra maravilhosa para você conversar, espere só um pouquinho que já já ela fala com você viu?”*

Luzia²⁹ se aproxima e ao sentar explico quais eram minhas pretensões, exponho minha pesquisa, meus objetivos, garanto o anonimato, a liberdade que ela tem de não querer responder alguma pergunta ou mesmo desistir da entrevista e como vou usar os dados que ela me fornecerá. Ao concordar com os termos, iniciei minha primeira entrevista. Vivenciar o campo torna obrigatória a reflexão sobre a conduta da pesquisa. Na entrevista com Luzia percebi que não poderia seguir o roteiro de maneira fixa. Por ser uma entrevista semiestruturada diversos assuntos eram abordados em questões distintas, o imprevisto tornou-se meu aliado para lidar com tal situação.

Apesar da abordagem de assuntos delicados foi possível dissipar a tensão inicial que ocorreu em todas as entrevistas. Diferente do que esperava as mulheres ao lembrar os casos de violência modificaram a postura e passaram a ter uma empatia comigo, com as perguntas seguintes estabelecemos uma relação de confiança (GASPAR, 1985). É salutar destacar que os encontros com as prostitutas ocorreram apenas uma vez e nesse espaço de tempo precisava saber delas suas intimidades, vida familiar, dinâmica na “batalha”, expectativas de futuro, violência e abusos, etc. Ter conseguido estabelecer com todas elas essa empatia foi fundamental para a realização do trabalho.

Ao concluir a entrevista com Luzia prontamente, após termos estabelecido esse vínculo de confiança, indica uma conhecida que estava na praça. Ângela³⁰ portava uma ‘latão’ de cerveja e parecia cansada, um pouco alcoolizada e com uma aparência desleixada. Embora sem muita vontade de conceder a entrevista aproximou-se de mim, pois o convite partiu de alguém de sua confiança, realizei o mesmo procedimento que fiz com Luzia e ela aceitou alegando *“não consegui nada hoje pelo menos converso um pouquinho, né?”* Outros rearranjos na estrutura da entrevista tive que fazer para poder acompanhar a história de Ângela e não limitar sua fala. A empatia estabelecida permitiu que elas partilhassem vivências de uma realidade difícil, desgostos, abusos e a humilhação de se prostituir.

Em Boa Viagem, igualmente, o acesso às prostitutas foi complicado. Apesar de ser um bairro de classe média alta a violência é latente, ruas desertas, movimento apenas em locais

²⁹ Nome fictício

³⁰ Nome fictício.

específicos e a “batalha” se inicia a partir das 21h. Não obtive êxito com os taxistas que se propuseram a fazer uma ronda comigo para falar com as prostitutas, contei com a ajuda de um parceiro da universidade que se dispôs a me acompanhar a pé abordando as prostitutas. Como já havia feito uma ronda pelo bairro, especificamente a Avenida Domingos Ferreira contabilizando e localizando onde estavam as prostitutas negras, o trabalho foi facilitado. Apesar de ouvir muitas recusas em participar, das nove prostitutas contabilizadas por mim consegui o telefone de duas delas, após uma breve explicação dos objetivos da pesquisa. Precisei ser sucinta para não atrapalhar o horário de trabalho delas. As tentativas de aproximação se sucederam por telefone, uma delas desistiu logo de imediato, pois temia a exposição aos familiares, principalmente o esposo. Com Patrícia,³¹ conversei cinco vezes até tranquilizá-la sobre a garantia do anonimato.

Em meu encontro com Patrícia após mostrar o roteiro da entrevista e os termos de consentimento, me questionou: *“porque tu tem interesse em pesquisar sobre isso? Fiquei pensando nisso o tempo todo do porquê tu querer saber de prostituta e negra logo.”* Confesso que a indagação não me surpreendeu, já havia me preparado caso alguma delas questionasse meu interesse na temática, mas me senti particularmente feliz em poder falar nesse espaço. Expliquei que assim como ela, mulher negra, sofro cotidianamente a opressão racial e de gênero e tinha necessidade em trabalhar essas questões como forma também de autoconhecimento. Apesar de não sofrer com o estigma de ser prostituta em vários espaços já fui e sou tratada como tal, a hipersexualização do meu corpo está constantemente em evidência e por me afligir, a escolha da temática da prostituição feminina negra me proporcionaria uma dimensão dessas opressões e como o racismo é determinante em vários aspectos das nossas vidas. Outra fala de Patrícia me surpreendeu, ela alegou ter sido alertada pelas companheiras de “ponto” que não deveria confiar em mim ou que deveria cobrar pela entrevista, já que eu demonstrei tanto interesse em escutá-la.³² “Patrícia” prontamente respondeu as suas companheiras: *“Não vou cobrar não, eu quero contar minha história. Ninguém sabe o dia de amanhã. Pela primeira vez alguém quer me escutar porque eu vou me negar?”* Pensando na ocupação que essas mulheres exercem onde, geralmente, as relações não têm afetividade e o “programa” é centrado no cliente, em que momento elas são ouvidas?

³¹ Nome fictício.

³² Ao abordar as prostitutas e reconhecer em Patrícia um perfil para minha pesquisa demonstrei muita insegurança por não ter tido ajuda de um intermediário, como ocorreu na Praça Joaquim Nabuco, e minha insistência deve ter gerado essa percepção de necessidade da fala dessas mulheres para pesquisa.

A mesma dinâmica ocorrida no centro, de uma prostituta indicar outra companheira ocorreu também em Boa Viagem. Patrícia alegou ter “*gostado de conversar comigo e iria falar com uma amiga para me ajudar*” solicitou apenas que preferiria realizar um contato prévio para que a amiga não se recusasse em conceder a entrevista, assim como ela fez inicialmente. Ao ligar para Carolina³³ me apresentei e prontamente ela se dispôs a fazer a entrevista, marcamos no mesmo local onde encontrei Patrícia, diferente de todas as outras a conversa foi bem menos tímida e atribuo essa postura a conversa que Patrícia teve com ela previamente.

Por fim meu último contato foi realizado no bairro da Imbiribeira, seguindo o mesmo modelo de abordagem feito em Boa Viagem. Fui diretamente estabelecer o contato com uma prostituta que estava à espera dos clientes, me apresentei e peguei seu contato para marcamos um encontro. Apesar de ter se proposto a realizar a entrevista, desmarcou dois encontros alegando cansaço, por conta da minha insistência resolveu marcar um encontro. Marcou em seu local e em horário de “batalha”. Embora não tenha escolhido como método a observação participante, pude vivenciar algumas tensões de estar nesse espaço. A espera por Gê³⁴ que demorou 1 hora e 30 minutos para chegar e o fato de estar em um local específico onde as mulheres fazem “ponto” facilitou que eu fosse confundida como prostituta. Apesar de não representar o padrão das mulheres que ficam nesse “ponto”³⁵ e não estar vestindo o que elas geralmente usam³⁶ para demarcar que são prostitutas, fui abordada por diversos homens, tanto a pé como em carro.

Entre todas as situações que vivenciei a que mais me marcou foi a exposição à violência constante que essas mulheres sofrem, a incerteza de não saber se voltam de cada “programa”.

Carolina: Olha a partir do momento que você entrou o carro, bateu a porta, você tá na mão do ‘homi’.

Pesquisadora: Em 1 hora que estou esperando ‘Gê’ 6 carros pararam fazendo aceno de que queriam sair comigo, alguns trabalhadores da área transitavam com frequência para saber se eu era nova no ‘ponto’, essa situação de ser vista como prostituta foi extremamente incômoda. O pior momento, nesse curto espaço de tempo, foi a abordagem insistente de um motorista que ficou parado uns dez minutos me encarando e fazendo gestos de que pagaria bem, apesar da minha recusa e da intervenção de uma senhora que fazia ponto dizendo que eu não era prostituta, ele ainda insistia até que decidi ir embora.

³³ Nome fictício.

³⁴ Nome fictício.

³⁵ A faixa etária das mulheres dessa zona varia dos 40 aos 70 anos.

³⁶ Roupas curtas e coloridas, muita maquiagem e os cabelos soltos.

Todas as entrevistas, apesar de alguns contratemplos, foram realizadas com êxito e o contato é mantido com algumas delas até hoje para que possam presenciar o resultado dessa pesquisa.

1.4 Apresentação das prostitutas

Abaixo, são listadas as mulheres entrevistadas, com dados do perfil que foram abordados na parte inicial do roteiro. Essa parte da entrevista é de grande importância, pois permite estabelecer uma relação mais próxima à entrevistada além de ser um momento de conhecimento mútuo possibilitando a troca de informações para ambas as partes. Optei por esses dados para conseguir mapear os traços mais gerais dessas mulheres, posicionamento que facilitou minha adaptação na condução da entrevista.

-----	Luiza	Ângela	Patrícia	Carolina	Gê
Idade	43	32	20	27	44
Estado Civil	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Filhos	3 meninos e 1 menina	1 menina e 1 menino	1 menino	2 meninas e 1 menino	2 meninos e 1 menina
Escolaridade	4º serie do fundamental	8ª serie do fundamental	Ensino médio (supletivo)	Ensino Fundamental II (supletivo)	Ensino Fundamental II (supletivo)
Cor/Raça*	Morena clara/Preta	Morena/Preta	Negra/Indígena	Negra/Preta	Morena/Preta
Valor cobrado/programa	20 a 40 reais	20 a 50 reais	100 a 200 reais	100 a 200 reais	30 a 60 reais
Local/ponto de “batalha”	Bairro de Santo Antonio	Bairro de Santo Antonio	Bairro de Boa Viagem	Bairro de Boa Viagem	Bairro de Imbiribeira

- No questionário foi proposto um espaço onde elas livremente identificavam sua cor e a outra baseada nos dados oferecidos pelo Censo: Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena.

Capítulo 2

Prostituição e a mulher negra: sexualidade sem entraves?

Compreender a prostituição requer um esforço de desconstruir os estigmas e preconceitos que cercam tal temática. Muitas vezes tratadas como imorais as prostitutas são culpabilizadas pela escolha, utilizar o argumento da questão econômica como único fator para a entrada na prostituição é reduzir as possibilidades de interpretação. Os perfis das prostitutas diferenciam tanto quanto as suas explicações para tal escolha, é preciso uma apreensão mais abrangente da temática a fim de romper com discursos padronizados.

A caracterização da prostituição é basicamente a venda de fantasias sexuais, Lagenest (1973) a define como,

Com maiores ou menores formas, maiores ou menos artifícios, trata-se, de fato, de um mundo que se vende em leilão. Que se vende para jogos sexuais. Sem amor. Pois são estes os elementos comuns a todas as prostitutas. (...) E desde que esses três elementos estejam reunidos – “aluguel do corpo”, “jogos sexuais” e “ausência de amor” há prostituição. (LAGENEST, 1973, p. 18)

Embora essa concepção traduza o que é a prostituição os desdobramentos que compõem sua análise exigem uma apropriação mais detalhada da realidade, estabelecer as diferenças entre os tipos de prostituição, as nomenclaturas que envolvem essa prática, tais como, prostituta, garota/o de programa, profissional do sexo e acompanhantes e os motivos que as levaram a optar por tal ocupação devem compor os aspectos analíticos (FONSECA, 1996, FÁBREGAS-MARTÍNEZ, 2000).

É praticamente impossível pensar as relações sociais sem os recortes de raça e de gênero, ao se estudar a prostituição o aspecto que toma relevância é o de gênero. Algumas perspectivas trabalham com o conceito de opressão de regime patriarcal, entendendo a prostituição como a repressão da mulher e outras perspectivas trabalham com a possibilidade de agência dessas mulheres onde reconhecem a prostituição como um trabalho comum, dentro dessa leitura é possível identificar um discurso de empoderamento das mulheres em relação a sua sexualidade.

A lacuna na análise centra justamente em relação ao recorte racial, as produções acadêmicas seguem um padrão de ignorar que as relações são racializadas. É por conta da

própria dinâmica do mito da democracia racial³⁷ que tais questões não ganharão destaque nas análises, mantendo assim uma leitura fragmentada de um fenômeno tão complexo. Estabelecer um diálogo entre a prostituição e a violência racial permite um estudo mais verticalizado das dinâmicas que permeiam essa temática, assumindo que o racismo é determinante na construção da identidade, nas oportunidades e nos índices de violência podemos compreender que a entrada na prostituição não pode ser explicada apenas pela dicotomia questões econômica x empoderamento da mulher.

2.1 Análise histórica da prostituição no Brasil

Para compreender essas questões faz-se necessária uma abordagem que contemple um panorama da prostituição no Brasil. Atualmente a prostituição ocupa destaque nas agendas de políticas públicas que pretende validar o reconhecimento da atividade como profissão. Esse espaço de diálogo conquistado pelas profissionais do sexo se deu a partir de muita luta por visibilidade das suas necessidades e quebra dos estereótipos que permeiam o imaginário em relação a essas mulheres (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005). Embora dentro da prostituição haja uma divisão entre de luxo e de rua, a apropriação do discurso pelo reconhecimento é feito em grande parte pelas prostitutas de rua, organizadas através de associações visam basicamente à garantia de direitos, o combate à violência e o reconhecimento da cidadania. Nessa pesquisa trabalharemos com a prostituição de rua, pois é nesse espaço que se encontram o maior quantitativo de mulheres negras.

Para verificar a relação entre a prostituição de rua no Brasil e o dado racial o recorte histórico endossa a naturalização dos espaços ocupados pelas mulheres negras. De acordo com Carmo (2011, p.74) “um dos traços mais marcantes da prostituição feminina na história do Brasil talvez tenha sido a enorme quantidade de mulheres escravas, livres e pobres, que se dedicavam à prática.” Foi durante a vigência do Brasil quinhentista, onde indígenas e negras foram estupradas e escravizadas, usurpadas da sua humanidade, reduzidas a objeto que a prostituição se inicia. De acordo com Paulo Sérgio do Carmo (2011):

³⁷Teorizado pelo sociólogo Gilberto Freyre traz a perspectiva, a partir da história, que a formação do Brasil se deu de forma harmônica e esse modelo de convivência dificultará a problematização das desigualdades raciais no Brasil, sendo muitas vezes resumidas a questões econômicas. No tópico 2.3 será melhor trabalhado.

Depois das indígenas, logo se somaram às prostitutas brancas portuguesas que, em grupos, desembarcavam ao longo da costa brasileira, de norte a sul. Em seguida, foram as negras, tanto na condição de forras quanto de escravas que se prostituíam. (CARMO, 2011, pg.74)

A lógica do sistema colonial entende que a/o escrava/o possui *status* de objeto, podendo dela/e usufruir da maneira que considera mais apropriada. Partindo dessa premissa, a mulher negra, além de exercer suas atividades na casa grande e na senzala era também explorada como escrava/o sexual. Como afirma Carmo (2001, p. 77) “Haviam negras que, através da prática da prostituição, chegavam a obter bons rendimentos a seus donos. Foi comum também algumas senhoras viverem da prostituição de suas cativas.” Além dos rendimentos garantidos, segundo Freyre (2010) a manutenção da virtude e da pureza da mulher branca foram garantidas pela prostituição da mulher negra, ou “mulata” como o mesmo coloca, sendo essa prostituição um mal necessário. O histórico da presença da mulher negra na prostituição é um cenário naturalizado no discurso, os relatos, representações e a própria associação da mulher negra a uma “hipersexualidade” posiciona essas mulheres nessa ocupação (MUNANGA, 2008).

Com o advento da modernidade e com a Abolição da Escravidão, em 1888, o Estado empreende um projeto de construção da identidade brasileira. A construção dessa identificação nacional tem como recurso estruturante o racismo, o Estado promove a perseguição sistemática da população negra que, recém liberta, passa habitar os morros, além de incentivar políticas imigratórias da população européia na tentativa de empreender a limpeza racial, conhecida como eugenia (SCHWARCZ, 1993). Com o fim da escravidão não houve mudança significativa em relação ao tratamento dado à população negra, a preocupação do Estado destinado aos recém libertas/os era referente aos espaços que os mesmos iriam ocupar.

A situação da mulher negra, pouco se modificou no período pós-abolição, continuou ocupando os mesmos espaços da estrutura colonial. Entre as possibilidades de sustento estavam o trabalho em casas de família ou os trabalhos informais como quituteiras, lavadeiras e, principalmente, como prostitutas. Seguindo a dinâmica das atividades desempenhadas por elas, Carmo (2011, p.178) esclarece: “Com o fim da escravidão, abandonadas por seus senhores, muitas mulheres tiveram que partir para a prostituição como forma de sustento, aumentando o contingente das chamadas ‘mulheres públicas’”.

A prostituição passa a ser um fenômeno que preocupa o Estado, atento ao controle do bem-estar da boa sociedade. A prostituta representava a dimensão do feminino mais repulsiva por subverter os códigos morais e religiosos, era preciso garantir a preservação da família, pureza feminina e a manutenção sexualidade casta (MATTOS, 2009, CARMO, 2011; RAGO, 2014). Havia uma inquietação quanto ao comportamento de caráter “desviante” que as prostitutas possuíam que poderiam influenciar as mulheres de boa família. De acordo com Rago (1995)

A identidade pautada por uma referência médico-policial foi instituída como parâmetro definidor da condição de normalidade da mulher. Esta construção conceitual permitiu a partilha de campos onde alojaram as ‘normais’ e as ‘devassas’, as ‘ninfomaníacas’, as ‘perversas’ em geral, e que acabou por definir seus modos de subjetivação (RAGO, 1995, p.89).

No final do século XIX e início do século XX, período de intensa urbanização das principais capitais brasileiras o Estado passa a perceber a prostituição como um “mal necessário”. Um discurso pertinente que tinha como objetivo o controle da sexualidade, principalmente no que diz respeito à sexualidade feminina que estava “marcada pela polarização entre duas imagens de mulher: a pura mãe de família e a devassa prostituta.” (CARMO, 2011, p. 193). O Estado compreendia que os impulsos masculinos eram perigosos à pureza das mulheres de família, aceitando o exercício da atividade mediante algumas regras (RAGO, 2014).

O saber médico, com a proposta higienista desenvolvida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 1993) em parceria com polícia, passam a serem as instituições competentes de fiscalização da prostituição. De acordo com Rago (1995)

A construção da figura da prostituta, portanto, percorreu caminhos que passavam pelo discurso médico da ciência ‘vitoriana’, tanto quanto pelas práticas policiais que constringiam o submundo e tentavam discipliná-lo, confinando-o em bairros afastados ou realizando inspeções sanitárias nas mulheres (RAGO, 1995, p. 89).

É na década de 1920 o Brasil adota a regulamentação da prostituição, determinando os espaços físicos para a prática, controlando os horários, comportamento e vestimentas, estabelecendo padrões de higiene com visitas regulares de médicos a fim de evitar a propagação das doenças venéreas como a sífilis e a gonorreia, sendo as prostitutas consideradas as principais responsáveis pela disseminação das doenças. Qualquer comportamento transgressor era punido com humilhações e/ou cárcere. É relevante pontuar

que a prostituição escolhida para tal controle e perseguição foi o baixo meretrício³⁸ que para a justiça era a “tradução de tudo o que a sociedade podia ter de mais execrável e degradante” (CARMOS, 2011, p. 275).

Nesse período, todo o debate em torno da questão da prostituição foi pautado na criminalização da atividade, Mazzeiro (1998) traz um levantamento em seu artigo da trajetória da criminalização da prostituição em São Paulo no século XIX e XX, e as medidas da legislação na tentativa de caracterizar tal atividade aos crimes contra a moralidade e aos bons costumes. Aponta a Medicina e a Polícia como instituições centrais designadas a manutenção da prostituição onde pretendiam estabelecer o caráter criminal a atividade,

A medicina foi uma forma de penalizá-la, pois a polícia devia capturar as prostitutas para exames médicos. Tratava-se, então de um controle da sexualidade vista como criminosa pelo discurso da criminologia: declarava-se ser necessário uma Polícia Sanitária para criminalizar a prostituição (MAZZIERO, 1998, p.280).

Apesar de observar que atividade da prostituição para o Estado em si era legal, todo o aparato que envolvia a prostituição era considerado crime, Mazzeiro (1998) alega:

Se a prostituição não se constituía legalmente em crime, apesar de todas as formas de criminalização que o Estado lhe impunha, a exploração do meretrício, pelo direito penal, o era. Os indivíduos que praticaram o proxenetismo foram, portanto, controlados, reprimidos, presos e expulsos (MAZZIEIRO, 1998, p.283)

É relevante destacar que a proposta de controle do Estado não era só destinado à prostituição, mas aos alcoólatras, indigentes e vagabundos (NASCIMENTO; 2003). Havia um projeto legítimo de higienização da população negra pós 1888, a composição racial dos que sofriam com a perseguição do Estado era negra, partindo da ideia de que no Brasil pobreza tem cor (CARNEIRO, 2011) e os dados levantados por Mazzeiro (1998) em relação ao dado social das prostitutas onde “95% das prostitutas, nessa perspectiva, vinham das classes pobres” concluímos ser a prostituição exercida por mulheres negras a mais severamente punida.

Entre as técnicas de controle e humilhação utilizadas pela polícia estavam surras, duchas de água fria, raspagem da cabeça (MAZZIEIRO, 1998; CARMO 2011; RAGO, 2014). Segundo Carmo (2011, p. 274) “as negras recebiam toda a carga negativa de degradação sexual e de sujeira. Era no asseio que a polícia atuava mais energicamente quando ocorriam

³⁸Prostituição popular, de rua.

alguns conflitos, levando presos as ‘mulheres da vida’ e demais participantes.” Carmo (2011, p. 275) citando o memorialista Jacob Penteadó “As mulheres, a maioria negras, recebiam uma ducha de água fria, por vezes uma surra e, quase sempre, saíam de lá com a cabeça raspada.”. O relato do memorialista confirma a cor das mulheres perseguidas e criminalizadas na prostituição.

O Brasil desde 1951 até os dias atuais, ao assinar o Tratado Abolicionista Internacional da ONU, passa a adotar o abolicionismo em relação à prostituição (BARRTETO, 2013). Diferindo do modelo anterior (regulamentarista) os abolicionistas objetivavam,

Não a eliminação da prostituição, que também consideravam necessária, mas a libertação das prostitutas das garras da polícia que exercia sobre elas um poder arbitrário e violento, e a destruição de um sistema que marginalizava e violava o direito de liberdade individual (RAGO, 2013, p. 128).

Esse modelo apresenta algumas lacunas, embora garanta liberdade para as prostitutas e para os clientes, criminaliza todos os demais envolvidos, ou seja, os facilitadores da prostituição tais como cafetões, as casas de shows, boates e cabarés. Conforme esclarece Wijers (2004)

O modelo abolicionista tem como origem a visão da prostituta como uma vítima obrigada a se inserir na prostituição. Tendo inspirações em modelos abolicionistas da escravatura, acreditam que as prostitutas precisam ser libertadas e conscientizadas da opressão a que estão submetidas. Deste modo, elas não são criminalizadas, mas todos os demais envolvidos, como cafetões e donos de casa de prostituição, o são, uma vez que realizam a exploração da prostituição dela (WIJERS, 2004, p.217).

Existem no mundo quatro regimes legais sobre a prostituição: o regulamentarista, o abolicionista, o proibicionista e o laboral. Segundo Wijers (2004) o regime laboral é fruto das próprias reflexões das prostitutas em relação a seu trabalho. Surge nos EUA a partir de uma de Rede conhecida como *Indústria del Sexo* (PISCITELLI, 2005; 2006) onde acadêmica e profissionais do sexo dialogam e produzem conhecimento através de diferentes perspectivas. O Brasil já foi regulamentarista e atualmente é abolicionista, os EUA adotam o modelo proibicionista que visa proibir qualquer atividade da prostituição, são considerados criminosos as prostitutas, os clientes e os facilitadores (cafetões e cafetinas, casas de show, boates, clubes de stripe tease) sendo estes punidos com o cárcere, dos 50 estados norte-americanos o único que não é proibicionista é o estado de Nevada. Segundo Piscitelli (2006, p. 227) em relação ao regulamentarista, abolicionista e o proibicionista “são percebidos como

compartilhando a condenação moral da prostituição, uma vez que procuram, de maneiras diferentes, controlar e suprimir a indústria do sexo.” Sobre o regime laboral, Piscitelli (2006, p. 227) aponta “se diferencia inteiramente, apresentando um conjunto de singularidades. Ele está ligado à organização das/os trabalhadoras/es do sexo e à luta contra exclusão dos mesmos direitos que a sociedade confere a outros trabalhadores”. Embora haja uma discussão em relação aos regimes legais e uma pressão por parte das prostitutas, inseridas nos movimentos sociais e nos espaços acadêmicos, pelo reconhecimento do regime laboral, o Brasil ainda mantém o regime abolicionista.

Por volta da década de 1970, vários grupos ganham visibilidade engajados na luta por reconhecimento e direitos. Os movimentos contra hegemônicos tais como os movimentos negro, feminista, ecológicos, LGBT’s, endossam os grupos de minorias políticas que reivindicam uma agenda que atendessem as necessidades de cada grupo e é nesse panorama que as prostitutas encontram coro para suas demandas (EVANS, 2005). A articulação das prostitutas aqui no Brasil se deu a partir de um episódio ocorrido em 1970 na cidade de São Paulo como esclarece Souza (2013),

A partir de manifestações contra a onda de violência voltada para pessoas que exerciam a prostituição em São Paulo/SP, na região da “Boca do Lixo”. Com a consolidação da Rede Brasileira de Prostitutas, instaura-se, a partir da década de 1990, processo de comunicação com diferentes setores sociais influenciando a adoção de medidas que se convertem no reconhecimento de direitos das pessoas que exercem prostituição (SOUZA, 2013, p.1).

A principal pauta, entre as reivindicações, das prostitutas é pelo reconhecimento da cidadania. De acordo com Piscitelli (2011, p.1) “reivindicam, sobretudo, o direito a exercerem suas ocupações em condições dignas, livres de criminalização, estigma, humilhações, marginalização, discriminação e violência.” A partir desse episódio foram criadas estratégias para combater a invisibilidade das prostitutas, tanto para a sociedade como dentro dos movimentos sociais. Entre essas estratégias, a principal foi a fundação na década de 1990 da Rede Brasileira de Prostitutas criada para repensar a luta por direitos e o reconhecimento da atividade como profissão, numa tentativa de acabar com o estigma da prostituta que é associada à imoralidade sexual e à transmissão de doenças venéreas, e em uma discussão mais ampla empreender o combate ao tráfico e exploração de mulheres.

Um dos principais desdobramentos da Rede Brasileira de Prostitutas foi a organização a nível estadual das associações de prostitutas que iniciaram uma mobilização articulando as

pautas da Rede com as demandas locais. Em Pernambuco no ano de 2002 foi fundada a APPS (Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo) sob o protagonismo de Nancy Feijó que continua à frente da associação até os dias atuais. Embora Nancy não esteja mais se constituindo é a principal articuladora e representante das prostitutas no Estado. Entre os planos de ação³⁹ da Associação estão o combate à violência, palestras informativas sobre doenças e entrega de preservativos, além de um trabalho preventivo e a construção de um reconhecimento positivo da identidade das prostitutas, um projeto de cidadania.

Uma das conquistas mais simbólicas para o movimento de prostitutas foi o reconhecimento da prostituição como ocupação em 2002. Em 2003 como esclarece Barreto (2013),

O deputado Fernando Gabeira apresentou o Projeto de Lei 98/2003 (GABEIRA, 2003), que discute a exigência de pagamento por serviços de natureza sexual e suprime do Código Penal os artigos relacionados à indução ou atração de alguém à prostituição (BARRETO, 2003, p. 82).

Esse Projeto de Lei foi reelaborado recentemente pelo deputado Jean Wyllis que construiu as modificações com a ajuda da militante e prostituta Gabriela Leite. A PL 4211/2012⁴⁰ visa, principalmente, dentro da discussão laboral o reconhecimento da prostituição como profissão e a retirada da mesma do Código Penal fazendo a distinção entre prostituição e exploração sexual, pois o movimento de prostitutas entende que nem todas as mulheres que se prostituem são exploradas ou estão na prostituição por coação, defendendo a liberdade de escolha dessas mulheres.

Essa discussão ganha outra interpretação ao fazer alguns recortes dentro dos perfis das prostitutas. A escolha por trabalhar com mulheres negras, pobres e que se prostituem na rua incita outros debates. Entre as entrevistadas a possibilidade de assinar a carteira de trabalho como prostituta era uma opção inexistente, alegavam que a prostituição era “*algo passageiro*”, “*que eu vou sair daqui*”, “*Deus me livre, colocar pra todo mundo vê que sou puta?*”, “*que nem queria pensar naquilo*”. É necessário fazer um esforço em qualquer estudo para compreender sua complexidade. A prostituição é uma dessas discussões que precisa romper com as explicações monocausais, com os modelos padronizados de prostituta únicos e

³⁹Para mais detalhes sobre o histórico da APPS e os planos de ação acessar: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=15&coluna=6&reportagem=341&num=1>

⁴⁰Mais detalhes sobre a PL 4211/2012 acessar: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C6A0A3A0CABB9DC1D7B73086B8823DEF.node1?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012

com concepções generalizadas para compreender a dimensão em que se configura. Embora reconheça que o processo de luta seja necessário para dar visibilidade à violência sofrida por essas mulheres, precisamos depreender a partir de outras leituras que a prostituição não é polarizada e que nem sempre o movimento é representativo para todas as mulheres.

2.2 Discussão acadêmica sobre prostituição

O debate sobre a sexualidade desperta interesse tanto no espaço acadêmico como nos movimentos sociais, sendo a prostituição um dos temas que mais geram divergências na pauta feminista, “ora a prostituta figura como vítima da exploração sexual, outrora com agente que subverte a ordem sexista” (SOUZA, 2013, p.1). As leituras feitas pelos vários espaços e movimentos divergem quanto a natureza da atividade, hoje no Brasil movimentos sociais que se declaram feministas não chegam a um consenso em relação à prostituição. As produções acadêmicas são reflexos desses debates travados nos movimentos e vice versa, mas tanto na academia quanto nos movimentos sociais o diálogo com as prostitutas ainda é considerado distante (BARRETO, 2013).

No Brasil os debates constitucionais são centrados na discussão sobre a regulamentação da prostituição, embora a maioria dos movimentos concorde com o reconhecimento da atividade enquanto trabalho as discordâncias surgem no que tange ao significado da prostituição. Algumas dissidências feministas alegam ser a prostituição um espaço de liberdade sexual, sob os lemas⁴¹: “O corpo é meu”, “Tirem seu terço do meu ovário”, “Meu corpo, minhas regras”, constroem um discurso horizontal em relação as experiências das mulheres. Em oposição há outras dissidências feministas, a exemplo Marcha Mundial das Mulheres, que interpretam a prostituição como espaço de poder masculino e submissão feminina, sendo a prostituição mais uma seara de dominação patriarcal para exploração da mulher (DINIZ e QUEIROZ, 2008). Embora as pautas que permeiam tal debate sejam uma leitura polarizada, é preciso reconhecer que as discussões sobre a prostituição avançaram muito nos últimos anos.

⁴¹ Lema do Movimento Marcha das Vadias

As discussões feitas partem muitas vezes de mulheres que não reconhecem seus privilégios, dialogam geralmente com representantes de associações e prostitutas envolvidas na militância, é necessário reconhecer que a prostituição é uma atividade complexa que envolve relações de poder e infinitas justificativas para sua entrada, para além da questão de gênero é necessário fazer uma leitura das relações de classe e raça nessa atividade. Os discursos comuns produzidos e reproduzidos acabam por fixar um modelo de prostituta que para enfrentar as opressões, principalmente de gênero, adotam uma postura positiva frente a sua ocupação.

Os primeiros trabalhos realizados surgem concomitantemente aos primeiros movimentos sociais, aqui no Brasil um estudo clássico foi desenvolvido por J. P. Barruel de Lagenest (1973) que faz uma análise sobre inúmeros aspectos que envolvem a prostituição. O autor analisa as causas da entrada das mulheres na prostituição, debate que perdura até os dias atuais e que tem ganhado novos contornos diante das mudanças econômicas e das políticas públicas ocorridas nos últimos anos, caracteriza a moral dessas mulheres e por extensão suas relações pessoais e profissionais, traça um perfil psicológico das prostitutas e entende a prostituição como uma mazela social, cabendo à sociedade reintegrar essa mulher ao convívio comum.

A leitura do autor é permeada de uma carga de preconceitos típicos dos anos da produção do trabalho, onde a explicação plausível e monocausal para a entrada na prostituição se dá devido às questões econômicas, como o Lagenest (1973, p.20) explica “É fora de dúvida que a miséria material é a primeira grande responsável pela prostituição, quanto mais pobre uma região, maior será o número de prostitutas que ali haverá, e mais jovens seus elementos.” Embora esse dado econômico seja relevante nas narrativas das prostitutas de rua, é preciso entender que a motivação para entrada na prostituição não é apenas econômica, pois essas mulheres estão inseridas em uma sociedade onde a violência de gênero e de raça é determinante para as suas escolhas. De acordo com Rago (2014) a percepção de Lagenest (1973), do Estado e da sociedade sobre a prostituta, pode ser assim sintetizada:

A mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade (RAGO, 2014, p118).

Na década de 1980, influenciadas pelo Interacionismo Simbólico⁴², outras publicações trouxeram novas abordagens a respeito da prática da prostituição, para além de um discurso de salvação dessas mulheres, surge uma preocupação com as relações estabelecidas por essas prostitutas em sua prática. Gaspar (1986, p.63) tece uma crítica a essas abordagens alegando que “A maioria dos trabalhos a que tive acesso esmera-se a traçar um perfil da prostituta com o objetivo de desvendar ‘quem são essas mulheres’, tanto do ponto de vista emocional e moral, como religioso.” A autora se debruça na percepção que as prostitutas têm delas mesmas, entendendo que há uma manipulação de elementos que definem o que é ser garota de programa. Percebendo que essa é apenas mais uma dimensão na vida dessas mulheres, e é a dimensão do trabalho delas, reconhece um agenciamento que se afasta do perfil da prostituta aliciada e manipulável. Gaspar (1986) reconhece o poder de escolha das prostitutas de Copacabana que almejam com esse trabalho outras possibilidades profissionais, percebe através dos relatos das suas entrevistadas que a prostituição não é um fim, mas um meio para acesso ao luxo. Diferindo do perfil das entrevistadas nessa pesquisa realizada por mim, onde o objetivo de entrada na prostituição foi a forma rápida de manter o sustento da família.⁴³

A compreensão dessa identidade estigmatizada e a fala dessas mulheres passam a ser contempladas nessas análises. A trajetória de vida e a etnografia são os métodos escolhidos por excelência para compreender a história das prostitutas, rompendo com a discussão dicotômica de analisar a questão através de suas causas e consequências. As produções realizadas se propuseram a desvendar o mundo da prostituição a partir do olhar das prostitutas a fim de compreender como ocorre o processo de construção da identidade. Freitas (1986, p.22) traz à luz uma análise da prostituição de rua, do rendez-vous e da zona de Belo Horizonte, a partir do interacionismo simbólico⁴⁴ se propõe a mostrar como “atores sociais (indivíduos ou grupo de indivíduos) constroem suas identidades e a ordem social a que pertencem na medida em que negociam identidades.” Embora parta do pressuposto da “precariedade moral” ou da teoria do “comportamento desviante” como característica intrínseca a conduta da prostituta, o autor lança um olhar em que as interações contidas nesse mundo possibilitam a manutenção do estigma da prostituta. A perspectiva interacionista desconstrói com os modelos explicativos da prostituição através da moralidade

⁴² A perspectiva interacionista, segundo Fonseca (1996), “representa um avanço considerável em relação a rotulação vitoriana que criava para as prostitutas, uma espécie a parte – contaminada e condenada”.

⁴³ As justificativas e as circunstâncias de entrada na prostituição serão analisadas no capítulo 3.

⁴⁴ Para Freitas (1986, p.11) “o interacionismo simbólico toma a interação, em si mesma, como objeto de análise e como fator de primordial relevância na determinação de padrões de comportamento.”

comprometida, mas ainda assim essa abordagem segundo Fonseca (1996, p.13) “acaba tratando quase exclusivamente de uma só uma dimensão de suas vidas, os ritos e práticas que circundam a relação profissional e sexual”.

Na década de 1990 outras questões foram suscitadas dentro do debate sobre a prostituição. Ainda em consonância com as produções da década anterior, o interesse segue permeando as dinâmicas na prostituição, “os limites simbólicos corporais”, a representação social e a construção da cidadania, turismo sexual e cotidiano (FONSECA, 1996; PASINI, 2000; PISCITELLI, 2005; SILVA e BLANCHENETT, 2005; SILVA; 2007).

A literatura que trata sobre a questão da prostituição no Brasil em sua vasta maioria aborda esse fenômeno a partir de uma perspectiva de construção da identidade, cotidiano mapeamento das zonas, programas assistenciais que trabalham a manutenção da saúde dessas mulheres, o estigma que elas sofrem na sociedade e os padrões de comportamento. É inegável que mudanças ocorreram quanto ao método de abordagem da temática e o rompimento com as explicações monocausais onde as opiniões dessas mulheres aparecem nas obras, contudo as pesquisas ainda se limitam a um perfil padrão de prostituta, ou seja, mulheres sem classificação racial. Assim como Silva (2007), verifiquei que as abordagens feitas sobre o processo de construção da identidade da prostituta é ainda essencializada.

Quando pautado, o dado racial assume um caráter descritivo, não há o aprofundamento do debate, assim demonstra a abordagem de Diniz e Queiroz (2008, p.6) “em nossa pesquisa, constatamos claramente tal imbricamento, visto que as prostitutas, na sua maioria, são de origem pobre, negras e sem qualquer tipo de qualificação profissional”. O dado racial ignorado também nas produções acadêmicas é um reflexo das relações pautadas do mito da democracia racial que apresenta um modelo de sociedade integrado que supõe um racismo superado.

2.3 O mito da democracia racial e a naturalização dos espaços

Discutir as questões raciais no Brasil encontra entraves no modelo de sociedade que é sustentado pelo mito da democracia racial. O mesmo é marcado pela concepção harmônica de uma convivência racial no Brasil, onde o racismo acaba reduzido as piadas cotidianas e em

nada refletem os indicadores das desigualdades que vivenciamos, sendo estes explicados quase que exclusivamente pelo viés econômico.

Antes do mito da democracia racial se cristalizar as estratégias lançadas pela intelectualidade, financiada pelo Estado, objetivavam a eliminação ou a contenção do avanço da miscigenação. Vindo de um histórico onde o empenho das faculdades de medicina (BA e RJ) e de direito (PE e SP) em tentar explicar e sanar os problemas advindos da mestiçagem acabou por caracterizar nossa sociedade como enferma, pois via no mestiço a decadência da raça. O Brasil estava enfermo e eram necessárias ações por parte dos saberes médicos que contivessem o avanço da miscigenação, primeiramente incentivou o “aumento do ‘fluxo branco’” (SHWARCZ, 1993). A chegada dos europeus ao Brasil reforçou o que Saffioti (1987) chama de “ideologia do braqueamento” que será pautado em uma série de comportamentos e mudanças físicas interferindo no reconhecimento da população negra.

Na década de 1930, o sociólogo Gilberto Freyre se tornou uma referência dos estudos sobre a sociedade brasileira com sua obra *Casa Grande e Senzala* ao fazer uma ode à miscigenação. Na tentativa de exportar um modelo de sociedade harmônica, Freyre traz uma nova interpretação sobre a miscigenação, rompendo com os paradigmas e tentando invalidar as percepções negativas do discurso da mistura das raças. Exaltando que será justamente a miscigenação que dará um caráter diferenciado ao Brasil, segundo o autor (2010, p.80) “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça”.

Ao analisar as contribuições e o perfil de cada elemento (o português, o indígena e o negro), Freyre descreve cada um a partir de sua percepção de homem branco da casa grande. O português, para o autor, é um elemento flexível, “plástico” (FREYRE, 2010), o contato com os mouros permitiu aos portugueses destinar melhor trato aos seus escravos que outros colonizadores europeus. Em relação aos indígenas, os caracteriza por sua pouca adaptabilidade ao sistema colonial, ao trabalho escravo, entende os indígenas como pouco propensos ao trabalho e os classificam como preguiçosos. O elemento central na obra de Freyre é o negro e a negra. Sua narrativa será baseada nas relações de violência e estupro estabelecidas entre os senhores de engenho e suas cativas (MUNANGA, 2008).

Freyre (2010) se apropriará de recursos de linguagem para amenizar ou mesmo “adocicar” as relações de violência na colônia. Retrata uma sociedade onde a permissividade é o elemento central, onde o desejo entre senhor e escrava era baseado na reciprocidade.

As passagens mais violentas foram designadas ao tratamento dado as negras cativas, Freyre (2010), tendo vivenciado em sua experiência cotidiana alguns aspectos do sistema colonial fazia uma leitura das relações entre senhor e escravas pautadas em uma boa convivência. Reconhece que na formação da sociedade brasileira o principal elemento foi a mulher negra que, além de oferecer seus dotes culinários, contribuiu com seu sexo. Freyre (2010) destaca

Trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2010, p. 191).

A narrativa da obra *Casa Grande e Senzala* em relação a mulher negra vai ser fundamental na cristalização da percepção da sociedade em relação a mesma. Os discursos construídos relativos à sexualidade da mulher negra brasileira ganham tom de verdade a partir da obra de Freyre, considerada a melhor tradução tanto dentro como fora do Brasil para se compreender nossa sociedade (LEWIS, 2014).

Freyre (2010) endossa um discurso que encobre as verdadeiras faces da violência praticada contra as escravas, tenta atribuir a cada elemento, ignorando repetidas vezes a violência racial e sexual cometidas contra as cativas (MUNANGA, 2008), sua participação no comportamento desregrado sexual. Para o autor,

Passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. [...] É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias (FREYRE, 2010, p. 207)

E segue,

[...] e este foi sempre o ponto de vista da casa-grande, como responsabilizar-se a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem. (FREYRE, 2010, p.244)

A veracidade do mito da democracia racial foi contestada pela primeira vez na década de 50 quando a ONU solicita a realização de um estudo para entender o modelo harmônico da sociedade brasileira. Florestan Fernandes (2008) no seu livro a Integração do Negro na Sociedade de Classes vai expor uma sociedade moderna que ainda permanece com modelos tradicionalistas de exclusão. Reconhece que a manutenção desses padrões tradicionalistas gerou uma sociedade racista onde os “homens de cor” (FERNANDES; 2008) vivenciavam “relações raciais elaboradas sob a égide da escravidão e de dominação senhorial” (FERNANDES, 2008, p.304). Compreende que os homens brancos com seus privilégios nada fizeram para contribuir com ascensão do negro, alegando que “Por paradoxal que pareça, foi a omissão do ‘branco’ – e não a ação – que redundou o *status quo ante*.” (IBID:305) Em relação aos padrões, Souza (1983) reconhece o desdobramentos do mesmo no cotidiano, principalmente na subjetividade do negro e destaca,

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1983, p. 23).

Florestan (2008, p. 305) faz uma leitura em que o branco em sua omissão, que não deixa de ser uma ação de manutenção do status quo, e o negro que “propendia a aceitar passivamente a continuidade dos antigos padrões de acomodação racial.” estavam sob a problemática formação da modernidade que se encontrava o Brasil. Para o autor a superação das desigualdades raciais no Brasil se daria a partir do momento que o negro fosse integrado na sociedade de classe. (SCHWARCZ, 2012) As estratégias utilizadas para tentar acalmar as tensões raciais que surgiram, cotidianamente, na nossa sociedade era o que ele chama de “antigo modelo de absorção gradativa”, ou seja, selecionar os negros que se adaptassem e se mostrassem mais próximos da “raça dominante” (IBID:308,309).

Apesar dessa estratégia de assimilação, para Florestan (2008)

Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna (FLORESTAN, 2008, p 309).

O êxito de Florestan em demonstrar que a democracia racial é um mito e que o mesmo não se sustenta ao analisar no cotidiano as expressões de violência, as formas de representação da população negra e as estatísticas de exclusão, a democracia racial freyreana é tida como a melhor definição da sociedade brasileira. Após essa duas formas de analisar a mestiçagem o Brasil acabou sendo situado, como afirma Schwarcz (2012, p. 116) “de um lado um país profundamente mestiçado (...) e de outro, o local do racismo invisível e de uma hierarquia arraigada na intimidade.” O empenho em positivar a miscigenação acaba por amenizar o processo como a mesma ocorreu.

Outra perspectiva para compreensão dos processos violentos que ocorreram na colonização e a como a miscigenação é fruto de violência racial e sexual (MUNANGA, 2008) vai ser muito bem analisada por Fanon (2008) que compreende esse processo como,

O branco, sendo o senhor, ou simplesmente o macho, pode se dar ao luxo de dormir com muitas mulheres. Isso acontece em todos os países e mais ainda nas colônias. [...] Com efeito, nas colônias, sem que haja casamento ou coabitação entre brancos e negros, o número de mestiços é extraordinário. Isso porque os brancos dormem com suas empregadas negras. [...] Não exageremos. Quando um soldado das tropas conquistadoras dormia com uma jovem malgaxe, não havia de sua parte nenhum respeito a alteridade. Os conflitos raciais não surgiram depois, eles coexistiram. O fato de que alguns colonos brancos argelinos dormem com suas empregadinhas de quatorze anos não prova de modo algum a ausência de conflitos raciais na Argélia (FANON, 2008, p. 57). **(nota de rodapé)**

Enquanto Freyre (2010) traduz as relações entre os senhores de engenho e as escravas como “doces concubinatos” e “amores líricos” (FREYRE, 2010), Fanon (2008) caracteriza tal relação como estupro. É possível entender o privilegio de fala de Freyre a partir da posição que o mesmo ocupa, comparando as interpretações de cada autor em relação as suas experiências.

O desenvolvimento da teoria Fanon (2008) é centrada na análise da estrutura colonial que opera através de estratégias de violência para a manutenção do poder dos colonizados. Compreende os desdobramentos do racismo, um dos principais mecanismos coloniais, como essencial na subjetividade do negro e do branco. Cada com sua fobia garante a manutenção da violência racial. Mas será a identidade do negro, organizada em um esquema de desvalorização, que terá sua humanidade negada.

Segundo Fanon (2008, p.33) é necessário atribuir “uma importância ao fenômeno da linguagem” e segue “Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a

morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. O autor compreende que a colonização vai adoecer os envolvidos, a violência simbólica⁴⁵ (BOURIDÉU, 1975) contida na linguagem do colonizador vai introjetar no negro o desejo pelo mundo do branco. Ao adotar a forma de falar, de vestir, de comportar do colonizador, o colonizado entra em um processo de negação de si passando a rejeitar tudo o que ele foi no passado

De acordo com Fanon (2008, p.60), essa rejeição é explicada a partir da máxima “o negro não pode se satisfazer no seu isolamento. Para ele só existe uma porta de saída, que dá no mundo do branco.” O desejo de identificação com o mundo branco fará do negro um neurótico. Para o autor,

O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo de neurótico obsessivo, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação (FANON, 2008, p. 66).

A mulher negra, a partir dessa assertiva, empreenderá a busca de parte do seu reconhecimento e significação no amor do homem branco garantindo a possibilidade de embranquecer. Segundo Fanon (2008),

Antes de mais anda temos a negra e a mulata. A primeira só tem uma perspectiva e uma preocupação: embranquecer. A segunda não somente quer embranquecer, mas evitar a regressão. Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? (FANON, 2008, p.63)

A relação estabelecida entre um homem branco e a mulher negra é permeada pelos fetiches reproduzidos sob o signo da sua sexualidade. Os interesses nas relações inter-raciais são caracterizados por um forte apelo sexual. Moutinho (2008, p.264) analisa e identifica a partir de alguns romances a representação das mulheres negras em tal literatura segundo a autora “a relação entre homem ‘branco’ e a mulher ‘mestiça’ aparece sempre circunscrito como amasiamento, concubinato e prostituição”. Não que essas representações contemplem todas as relações afetivo-sexual entre homens brancos e mulheres negras, mas o apelo erótico e estético são os marcadores indissociáveis a imagem da mulher negra (MOUTINHO, 2008).

⁴⁵ Segundo Bourdieu (1975, p.13) “Diz expressamente a ruptura com todas as representações espontâneas e as concepções espontaneístas pedagógicas como ação não-violenta, seja imposto para significar uma unidade teórica de todas as ações caracterizadas pelo duplo arbitrário da imposição simbólica.”

Santos (2004) propõe uma análise dos desdobramentos que o racismo causa na subjetividade do negro. Embora faça uma leitura da sociedade brasileira, as dores da violência racista ultrapassam as fronteiras e justifica,

Desta forma, é de se supor que parte da sobrevivência psíquica de muitos negros se vincule à busca de ser o que é aceito fugindo do que é rejeitado; que na procura da compreensão de um possível sofrimento psíquico, opte-se pela identificação com o modelo que traria menos dor. É de se supor que o negro queira ser branco. (SANTOS, 2004, p. 31)

A/O negra/o vai ser impedido de desenvolver suas potencialidades subjetivas, a dor de carregar um corpo, traços e uma cor que é, paulatinamente, associada aos piores predicados⁴⁶ vai gerar no negra/o um complexo de inferioridade e de “dependência do colonizado” (FANON, 2008). Sobre o potencial do racismo na construção da identidade do negro Costa (1983) declara,

O racismo que, através da estigmatização da cor, amputa a dimensão de prazer do corpo negro, também perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer, e do prazer de funcionar em liberdade. O pensamento do negro é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor da pressão racista. (COSTA, 1983,p. 8)

O processo dessa construção da identidade se dá nas diferenças entre o Eu e o Outro, sendo a identidade relacional sustentada pela exclusão, ela é tanto simbólica quanto social. (WOODWARD, 2009). Os níveis de conceitualização da identidade atingem o simbólico, social e psíquico (SILVA, 2007; CARNEIRO, 2010). De acordo com Fanon (2008, p.93) para compreender como esse processo no negro é ser consciente que “para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco”.

Para Woodward (2009, p. 11) “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras.” Analisando o processo de identificação dentro do contexto social brasileiro que traz

⁴⁶ De acordo com Souza (1983, p.28) “O irracional, o feio, o ruim, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro. Cada uma delas expressa através de falas características, portadoras de uma mensagem ideológica que busca afirmar a linearidade “natureza negra” enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações.”

os elementos do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento⁴⁷ e da miscigenação, nossa identidade é marcada pela “falta” (SCHWARCZ, 2012). Sendo a identidade um processo inacabado e vulnerável as mudanças constantes, o reconhecimento da/o negra/o vai estar circunscrito na opressão racial, que ao negar sua humanidade impossibilita a identificação positiva. A violência racista exerce no negro a destruição da identidade e, conseqüentemente, do seu reconhecimento. (COSTA, 1983)

Para garantir a manutenção da inferioridade do negro a hegemonia branca lançará mão de recursos que reduzem o negro. Esse mecanismo de acordo com Hall (1993) intitulado de “*Estereótipo*”⁴⁸ é um dos mecanismos mais eficientes na perpetuação da violência simbólica contra a população negra. Tal prática garante minar a possibilidade da humanidade do negro. Segundo Hall (1993)

Típico desse sistema racializado de representação foi a prática de reduzir a cultura do povo Negro à Natureza, ou “naturalizando” a diferença. A lógica sobre a naturalização é simples. Se a diferença entre negros e brancos são “culturais”, então eles estão abertos a modificação e mudança. Mas se elas são “naturais” – como os donos de escravo acreditam – eles estão além da história, permanente e fixado. Naturalização é portanto uma estratégia representacional designada a fixar a “diferença”, e assim prendê-lo para sempre⁴⁹ (HALL, 1993, p. 245).

O controle dos valores e normas da supremacia branca (hooks, 1995) é garantido através do discurso. Segundo Hall (1993, p.260) “um discurso produz, através de diferentes práticas de representações [...], uma forma de conhecimento racializado do Outro [...] implicando profundamente nas operações de poder [...]”⁵⁰ O racismo é perpetuado e “aprendido” (van Dijk, 2010) por meio das representações.

O discurso que pauta a percepção em relação ao homem negro e a mulher negra será conferido a sua sexualidade, dotados de uma poder sexual genésico (GIACOMINNI, 2006) as representações acerca desses corpos vão corroborar a prática do fetiche, que segundo Hall

⁴⁷Segundo Munanga (2008, p. 14) “apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no seu inconsciente coletivo brasileiro, rondando sempre nas cabeças dos negros e mestiços”.

⁴⁸ Título original: “Stereotyping”

⁴⁹Texto original: “Typical of this racialized regime of representation was the practice of reducing the cultures of Black people to Nature, or naturalizing ‘difference’. The logic behind naturalization is simple. If the differences between Black and White people are ‘cultural’, then they are open to modification and change. But if they are ‘natural’ – as the slave – holders believed – then they are beyond history, permanent and fixed. ‘Naturalization’ is therefore a representational strategy designed to fix ‘difference’, and thus secure it forever” (HALL, 1993, p.245).

⁵⁰ Texto original: “A discourse produces, through different practices of representation [...], a form of racialized knowledge of the Other [...] deeply implicated in the operations of power [...]” (HALL, 1993, p. 260).

(1993, p. 266) “Essa substituição de uma parte pelo todo – de uma coisa – um objeto, um órgão, uma parte do corpo – por um sujeito, é o efeito muito importante na prática representacional”⁵¹.

Especificamente a mulher negra desumanizada em suas representações ou sub-humanizada em seus papéis abarcará com uma violência interseccional, a de gênero e a racial (SAFFIOTI, 2009; CARNEIRO; 2006). Na hierarquização social, as mulheres negras ocupam os piores cargos, recebem os menores salários, possuem baixa escolaridade, estão à frente como chefes do seu lar cuidando das/os filhas/os sozinha, os índices de violência e estupro atingem em maior proporção as mulheres negras e no aspecto afetivo são as que mais vivenciam a solidão (CARNEIRO, 2001; PACHECO, 2012, DINIZ, 2012; DIEESE, 2013). Segundo Gonzáles (1984),

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade (GONZALES, 1984, p. 228).

As questões que atuam na vida da mulher negra são um entrave para a superação das opressões as quais ela está submetida, é necessário realizar um esforço analítico para construir estratégias que sejam capazes de superar as desigualdades sociais, educacionais, econômicas e afetivas.

2. 4 Mulher negra e a “hipersexualização” dos corpos

A discussão em torno das representações da mulher negra tem ganhado fôlego tanto na academia quanto nos movimentos feministas negros (STOLCKE, 2004), reconhecer que a subjetividade está diretamente associada à iconografia que fazem dos corpos das mulheres negras é compreender uma das dimensões do racismo, talvez uma das mais perversas (hooks,1995). Vilipendiada em sua humanidade, a mulher negra se encontra inserida numa

⁵¹ Texto original: “This substitution of a part for the whole, of a thing – an object, an organ, a portion of the body – for a subject, is the effect of a very important representation practice” (HALL, 1993, p. 266).

lógica racista sofrendo igualmente com a opressão de raça e de gênero, é difícil, quase uma impossibilidade encontrar referenciais que positivem sua imagem. Segundo hooks (1995),

O sexismo e o racismo, atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está nesse planeta principalmente pra servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva (hooks, 1995, p. 468).

Essas associações destinadas as mulheres negras acabam por naturalizá-las a alguns espaços na sociedade e será por intermédio dos meios de comunicação de massa contemporâneos que o racismo e sexismo serão alimentos e consumidos. Segundo Wenceslau e Mendonça (2006)

Se partirmos do entendimento de que nos meios de comunicação de massa não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também instituem como agentes que operam, constroem e reconstruem no interior de sua lógica de produção os sistemas de representações, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra (WENCESLAU e MENDONÇA, 2006, p. 1).

A representação, que não é apenas estética, mas moral (GILLIAN e GILLIAN, 1995; HAUDENSCHILD, 2011) da mulher negra reduzida a um corpo sem mente (hooks, 1995) é enredo recorrente em canções, obras literárias, novelas, etc. Joel Zito (2000, p. 78) ao analisar a historiografia televisiva brasileira vai perceber que os espaços designados as mulheres negras são sempre os mesmos, para o autor essa constância nas representações é uma “atualização dos estereótipos criados pelos romance folhetinescos do período escravocrata”

Uma das máximas da democracia racial foi a criação de um símbolo que pudesse, segundo Schwarcz (2012, p. 68) “promover um precário equilíbrio, em que as diferenças conviveriam intensa e ambigualmente”, além de ser o ícone nacional “tipo exportação” de beleza seria a representação da harmonia entre as raças, surge então a mulata (GONZALES, 1984; CORRÊA, 1996; MUNANGA, 2008). Esse ideal de mulher negra que assume sua ‘mulatice’ é representa pelos predicados que enaltecem sua cor, corpo e gingado, a mais perfeita tradução do Brasil que vive em harmonia com suas raças. A ‘mulata’⁵² é composta de

⁵²Munanga (2008, p. 20) explica “O termo mulato, do espanhol mulo, têm nitidamente uma conotação mais pejorativa do que o termo mestiço, pois, no século XVIII, os índios tiveram uma certa valorização do mito do bom selvagem de J.J Rousseau e da aceitação das civilizações incas e maias.”

cheiro, sabores e cores, segundo Gilliam e Gilliam (1995, p. 529) “a objetificação das mulheres negras cria indivíduos destinados a serem ‘cozinhados’ e depois consumidos, - em vez de tratados como cidadãos”.

Sendo a prostituição de rua praticada em sua grande maioria por mulheres pobres e compreendendo que pobreza no Brasil tem cor, é de se imaginar que a prostituição de rua seja, massivamente, negra (MUNANGA, 2008; NASCIMENTO, 2003). Esses papéis preconcebidos às mulheres negras são decisivos na hora de sua escolha, nosso sistema de representação oferece algumas possibilidades para as mulheres negras e pobres, tais como a empregada doméstica, diarista, babá, servente, costureira, quituteira, ambulante e prostituta. As mulheres entrevistadas para essa pesquisa vivenciaram tais experiências profissionais antes de ingressar na prostituição. Para hooks (1995),

As negras tem sido consideradas ‘só corpo sem mente’. A utilização dos corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração dos outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos negros que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação do erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações inculcaram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpos, sem mente” (hooks, 1995, p. 469) .

Sherry Otner (1979) procura analisar como se configura a desvalorização da mulher na sociedade, como o discurso da dominação patriarcal situa a mulher no plano da natureza negando-lhe a capacidade de razão e, conseqüentemente de produção de cultura. Os reflexos dessa interpretação serão refletidos nas atividades exercidas pelas mulheres, de acordo com a autora (1979, p. 116) “é oferecido às mulheres uma menor variação de escolha de atividades e lhe é permitido um acesso direito a uma variação muito mais limitada de instituições sociais.” Partindo dessa análise a prostituição, função que aproxima a mulher natureza, se torna um espaço destinado a ser ocupado pelas mulheres (GIACOMINI, 2006) e propondo o recorte racial na análise para a mulher negra o espaço da prostituição é um espaço mais que naturalizado.

hooks (2000) vai analisar que as discriminações que as mulheres brancas sofrem diferem das de outras mulheres. Quase nunca em suas discussões as feministas brancas pautam outras diferenças e como as mesmas acarretam um processo de discriminação diferenciado. hooks (2000, p. 134-135) entende que as mulheres brancas sofrem

discriminação por conta da dominação sexista e patriarcal, enquanto que as mulheres negras são oprimidas e destaca que o “sexismo como um sistema de dominação é institucionalizado, mas ele nunca determina de maneira absoluta a realidade de todas as mulheres nessa sociedade. Ser oprimido significa à ‘ausência de escolhas’”⁵³

A mulher negra se reconhecerá nas representações divulgadas sobre elas, como afirma Saffioti (1987, p. 29) “negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e homens, passam a acreditar em sua própria ‘inferioridade’”. Pensar nas possibilidades que as mulheres negras e pobres possuem frente a dificuldades econômicas é reconhecer que o racismo e o sexismo é estruturante em nossa sociedade, pois oferecem limitadas escolhas de sobrevivência. Essas escolhas passam também pelo argumento da identificação, analisando quais os papéis historicamente designados as mulheres negras em nossa sociedade. Embora não se negue a agência e poder de escolha que essas mulheres possuem, é primordial, contudo analisar que é uma agência limitada pela opressão interseccional que elas sofrem.

Uma das dimensões da identidade da mulher negra que se prostitui é a prostituição. Enquanto prostitutas negras enfrentam, conseqüentemente, a violência racista e o estigma de ser prostituta. Tal condição, para as mulheres negras e pobres que não tiveram outras opções de sustento, é associada à decadência moral, ou seja, é uma identidade deteriorada (BARRETO, 2013). É importante reconhecer que até mesmo no mercado do sexo os privilégios⁵⁴ existem e a disputa pela ocupação dos espaços está relacionada, diretamente, à leitura racial. A partir do recorte de raça os fatores de entrada e permanência das prostitutas negras superam as questões simplesmente econômicas e, principalmente, desconstruindo essa ocupação como um espaço de empoderamento de sexualidade feminina.

⁵³Texto original: “Sexism as a system of domination is institutionalized, but it has never determined in an absolute way the fate of all women in this society. Being oppressed means the *absence of choices*” (hooks, 2000, p. 134/135).

⁵⁴ De acordo com Nascimento (2003, p. 184) privilégio “se refere não à riqueza de posses ou à posição de classe, mas ao favorecimento que a branquura concede ao indivíduo em situações cotidianas e em momentos decisivos de vida. Esse privilegio pode ser puramente simbólico e ter conseqüências concretas, como na concorrência a um emprego ou mesmo no trato diferenciado que uma professora, mesmo negra, dispensa a um aluno.”

Capítulo 3

Racismo e outras violências: vivências de exclusão e o caminho para a prostituição

As análises sobre a prostituição, em geral, cometem a falha de limitar seus estudos a uma ou duas dimensões da prostituta. Teorizam sobre como as hierarquias de gênero e de classe afetam a vida dessas mulheres e, muitas vezes, acabam omitindo outros elementos que dialogam com essa categoria. A lacuna do dado racial das prostitutas é uma constante em todas as obras consultadas para essa pesquisa. Partimos de uma proposta de análise que contemple, principalmente, a violência racial como central e determinante na vida das mulheres negras e pobres que se prostituem. Destacando que a violência racial é presente em toda a trajetória de vida dessas mulheres, desde a infância até o exercício da ocupação como prostitutas.

Reconhecendo a centralidade da violência racial como estruturante se faz necessária, para uma tentativa de análise mais completa, a compreensão de como o racismo dialoga com a trajetória de vida dessas mulheres e, como o mesmo se apresenta, nas diversas dimensões na vida das mesmas. Desconstruindo os essencialismos, que engessam essas mulheres na única dimensão da prostituição e rompendo com as explicações monocausais para a entrada na ocupação, é salutar destacar que muitas vezes entrar nessa profissão não equivale a uma escolha. De acordo com Mattos (2009)

A profissão da prostituta não é, na maioria das vezes, uma escolha propriamente dita dessas mulheres, mas percebê-las, como diz Bourdieu, como uma ‘escolha pré-escolhida’, na qual as prostitutas são inclinadas a orientarem sua conduta a partir de alternativas previamente definidas (MATTOS, 2009, p. 354).

Embora a ideia de Patrícia Mattos (2009) se diferencie dos trabalhos sobre a prostituição por se propor a fazer uma análise sobre as discriminações sofridas pelas mulheres pobres e ‘putas’⁵⁵, o dado racial não merece destaque, é a insistente negação de uma lógica que transfere-se toda a carga do preconceito de raça para o preconceito de classe (LEWIS, e NASCIMENTO, 2013).

⁵⁵ A autora optou pela inclusão do termo puta para justamente provocar a “interconexão entre estigma social, desigualdade de classe e gênero.” (MATTOS, 2009, p. 351)

De acordo com o conceito de opressão de hooks (2000) entendemos a entrada na prostituição para a mulher negra não como uma escolha, mas como falta de opções (hooks, 2000). O racismo se torna central e determinante na trajetória de vida dessas mulheres que dentro de uma estrutura somada ao abandono, a falta de afeto, às necessidades financeiras e à percepção de um corpo pautado em um discurso que as “hiperssexualizam” acabam por colocar a prostituição como um espaço naturalizado a ser ocupado pelas mesmas.

3.1 Infância, trajetória escolar e identificação

A infância da menina negra e pobre é circunscrita, geralmente, em espaços de muita violência. Na fala das entrevistadas é possível perceber alguns aspectos em comum que as unem dentro desse contexto. No ambiente doméstico, no ambiente escolar e a vida afetiva sexual, iniciada desde muito jovem, as mulheres negras vivenciam, quase sempre, uma completa falta de amor (hooks, 2006). Essa falta de referencia afetiva acompanha um discurso que naturaliza as opressões sofridas pelas mulheres negras e como o processo de reconhecimento se desenvolve sob a marca da negação.

Dentro da família, que se supõe ser um espaço de cuidado, proteção e referência, a experiência dessas mulheres negras é marcada pelo abandono completo. Casos de agressões física e psicológica, conciliação da escola e trabalho, saída de casa muito cedo, início da vida sexual muito jovem são elementos presentes nas narrativas das entrevistadas. Questionadas sobre a lembrança da infância todas foram enfáticas em declarar as dificuldades sofridas.

Luiza (47 anos): Minha infância foi ‘muicho’ boa não. [...] Eu vou falar pra vocês minha infância não foi ‘muicho’ boa não.

Ângela (32 anos): Minha infância foi um pouco sofrida. Assim, minha mãe teve um filho com meu padrasto e meu padrasto não gostava de mim.

Patrícia (20 anos): Minha história de vida foi muito sofrida, entendeu? Porque eu nunca tive minha mãe próxima a mim, porque ela é uma pessoa muito doente. [...] Ela trabalhava negociando as coisas dela, [...] e meu pai por sua vez também. Mas o que o atrapalhava um pouco era o álcool, aí ainda hoje.

Carolina (27 anos): Minha infância foi assim, um pouco complicada, né? [...] Teve uma época que a gente, eu lembro, eu acho que tinha oito anos, a gente morava na casa de uma amiga da minha mãe, entendeu? Que ela primeiro dava o que comer aos filhos dela, e o que sobrava passava pra gente. A gente ia muito, tinha um

restaurante, a gente ia muito pegar comida num coletor para levar pra casa (**pausa de silêncio**). Era complicado.

Gê (44 anos): Assim né, da minha infância eu não tenho muita coisa boa não, tá ‘entendeno’? Assim, a gente vem de uma família muito pobre e muito sofrida. Na verdade minha mãe era ‘lavadera’, tá ‘entendeno’? [...] Por conta do meu pai ser muito ‘rapariguero’, fez a gente sofrer muito, tá ‘entendeno’? E minha mãe foi que criou a gente no maior sacrifício.

Entre os aspectos mais recorrentes na memória dessas mulheres está à presença (ou ausência) sentimental da mãe, seja no aspecto financeiro, seja no aspecto emocional. Na fala das entrevistadas foi possível identificar que a manutenção financeira da casa era feita pelas mães delas, esse é o retrato recorrente na configuração das famílias brasileiras e pobres, de acordo com Reichmann (1995, p. 499), a partir dos dados do PNAD de 1982 a 1990, “Domicílios chefiados por mulheres negras são os mais pobres”.

Embora a ausência afetiva da mãe, por conta do sustento econômico da família, seja um dado real, a lembrança da violência e agressões são as que mais elas citam ao recordar sua infância. Essas agressões vão desde os abusos psicológicos e sexual, castigos físicos e racismo. O processo de socialização e a experiência (BERGER e BERGER, 1975) que elas carregam são designados a partir das relações com outros indivíduos. Na relação entre mãe e filha é possível identificar uma constância nas agressões, as entrevistadas narraram casos de violência física e uma delas menciona, explicitamente, o racismo por parte da mãe. A rejeição é vivenciada geracionalmente, a mãe negra na dinâmica de negar a si nega a própria filha.

Ângela: Minha mãe me batia muito. Meu padrasto incentivava, fazia com que minha mãe desse em mim. Aí eu fui criando raiva dele, raiva dele e saí de casa.

Carolina: Eu não sei o que ela tinha, não sei se é porque eu era mais nova, não sei era porque da minha família das mulheres eu sou a única negra, entendeu?

A única fala que explicita a discriminação racial na infância é a de Carolina, sendo a filha mais nova entre 18 irmãos, confirma a rejeição geracional. Logo após a resposta reflete sobre a discriminação da mãe e conclui que,

Carolina: Ai eu não sei se era por causa disso, (**ser negra**) mas eu acho que não, porque ela era também. Eu acho que ela não gostava muito não.

Provavelmente a experiência dessa mãe passa pelo o que bell hooks (2006, p. 8) descreve como “tenho percebido que às vezes não amo a imagem ali refletida. Eu a inspeciono. Desde que acordo e me vejo no espelho, começo a me analisar, não com a intenção de me afirmar, mas de me criticar”, embora hooks (2006) analise a rejeição da autoimagem da mulher negra, a filha, nesse caso, acaba por ser o reflexo da mãe.

De acordo com Fanon (2006, p. 129) “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco”. E quando essa criança é concebida num espaço onde as relações raciais não são problematizadas? Onde o preterimento à única filha negra é uma lembrança central em sua memória ao recordar da mãe? Para Santos (2004, p. 37) “a máscara do racismo recobre até mesmo as possibilidades e as impossibilidades de amar e de desejar.”. A percepção de afeto, da própria beleza e das possibilidades será limitada por conta dessa primeira experiência fracassada de amor.

Segundo Gomes (2002, p. 44) “existem, em nossa sociedade, espaços sociais nos quais os negros transitam desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificaram as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo. Um deles é a escola.” A escola se torna o primeiro contato com o espaço público, todas as entrevistadas iniciaram os estudos, mas nem todas concluíram até o nível médio. Apenas uma das prostitutas, por sinal a mais nova das entrevistadas, conseguiu concluir o ensino médio através do exame supletivo. De acordo com os dados da pesquisa desenvolvida pelo DIEESE⁵⁶ (1999) “revela que entre as mulheres negras com 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é duas vezes maior que as brancas.” Embora os dados socioeconômicos sejam relevantes para uma análise das hierarquias de opressão que as mulheres negras sofrem, de acordo com Rosemeberg (1999) eles não dão conta de explicar a retenção escolar das crianças caracterizando o que ela chama de “pessimismo racial”.

Nosso sistema educacional passa a ser um dos espaços centrais na manutenção das desigualdades contra a população negra, as representações partem de estereótipos que tendem a desvalorização da criança e negam sua capacidade intelectual (GOMES, 2002; DAMASCENO, 2008; CARNEIRO, 2011; DIAS, 2013; LEWIS e NASCIMENTO, 2013). Segundo Carneiro (2011)

⁵⁶Departamento Intersindical de estatística e estudo socioeconômico.

A autoestima dessas crianças e sua autorrepresentação ficarão seriamente abaladas. A imagem de si mesmas será inferiorizada, e as crianças brancas que presenciaram as cenas provavelmente se sentirão superiores a elas. Estabelece-se, assim, o círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens para outros (CARNEIRO, 2011, p. 76).

E entende que o papel da educação, dos professores e do aparelho educacional,

Tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual (CARNEIRO, 2011, p. 92).

No cotidiano educacional as práticas discriminatórias raciais se manifestam, principalmente, nas piadas e nos chistes. O cabelo e a cor da pele são as características mais violentadas na menina negra. Para Gomes (2002, p.45) “Apelidos expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem).” A violência simbólica (BOURDIEU, 1975) intrínseca em tais manifestações discriminatórias garantem a manutenção das relações hierarquizadas. A escola como espaço de socialização “atua no movimento de negação do negro, faz com que reproduzam no seu convívio escolar ações de afirmação da raça branca” (LEWIS, NASCIMENTO, 2013).

Na fala dessas entrevistadas é possível compreender a dimensão do racismo que elas sofriam, e muitas vezes foi possível identificar o constrangimento ao falar sobre essas questões que carregam uma memória de dor.

Carolina: Na escola teve a época de uma menina que era uma peste. Ela implicava, ‘mai’ só que a época veio soltar piadinha pra mim, e eu tava andando na época com uns meninos que não eram muito bons não. [...] Ela me chamava de negrinha, e não sei o que, a metida à marginal.

Patrícia: Eu era muito pequena, pequena eu ainda sou, eu era bem mais nova e muitas meninas na escola não queriam se juntar comigo por conta que...até que assim na, como é que eu posso falar? Na comunidade, na escola que eu estudei não tinha nem tanto muito isso (**se referindo ao racismo**). Porque eu, isso tem mais eu creio que mais em canto, em escola que tem mais dinheiro, mais condições entendeu? Mas assim sofri bastante. Assim porque eu gostava muito de tá no sol, né? Eu fico mais pretinha, sabe? Gostava muito. [...]

As lembranças de Patrícia sobre o racismo são as mais fortes, ela relata episódios onde até uma música era cantada para ela cada vez que passava por seus colegas de sala.

Patrícia: Ah lembro, lembro de várias, de muitos (**xingamentos**). Me chamavam de negrinha, muitos me chamavam de ai...era tanta coisa. Diziam: Ah eu não vou brincar com ela não, ela é muito chata. Num era chata, eu via que era por conta da minha cor. [...] Fizeram uma vez uma música. [...] Eu num lembro bem a música, mas ela falavam assim de preto, de vela, de preto, de num sei o que macumba, de coisa assim entendesse? [...] Tinha outra música que eu num suportava, entendesse? Que fazia: ‘escuridão já vi pior...’⁵⁷ (**Relata tudo isso visivelmente constrangida e com a voz embargada**).

Indagada anteriormente sobre quais apelidos ela recorda da sua infância naturaliza os xingamentos tais como “macaca e galinha de macumba” alegando que “isso é básico, é razoável se ainda fosse só chamado de macaco”. As recordações dessa violência marcam a história de vida das mulheres. Segundo Santos (2004),

A criança negra, a menina negra, vive constantes situações em que sua beleza é negada, em que é desvalorizada e desumanizada. Essa violência que marca o período de formação da personalidade feminina, marca também todo o processo de identificação desse ser como mulher (SANTOS, 2004, p. 60).

A identificação de Patrícia em relação a sua cor é problemática, após relatar as experiências da violência racial sofrida durante a infância na escola e na comunidade questioneei sobre sua percepção em relação a sua cor. Patrícia é negra e descreve,

Patrícia: Eu amo minha cor e tipo eu vejo por andar com as meninas, porque assim eu não sou tão escura nem tão clara. Tipo porque minha mãe é uma morena, quem nem a tua cor e meu pai já tá entendendo?

Essas experiências de identificação negativa acarretam para a menina negra o reconhecimento incompleto do potencial da sua beleza. De acordo com Fanon (2008) a mulher negra no processo de identificação adota uma postura de negação de si e de seus pares, faz uma análise da obra *Je suis Martiniquaise* de Mayotte Capécia onde a protagonista busca o afeto e o reconhecimento do branco, expondo o desejo da brancura ao processo natural de rejeição da cor da negra. Santos (2004) analisa que,

Vemos em nossa cultura, cotidianamente, a mulher negra ser descaracterizada de modo a sentir-se sem apoio interno e insegura: insegura no tocante a sua beleza, feminilidade, inteligência. Desde pequena, são levadas à construção de uma imagem negativas de si mesmas reforçadas pelos mesmos contos de fadas, nos quais desfilam, em livrinhos coloridos, princesinhas brancas e louras com seus príncipes encantados (SANTOS, 2004, p. 45).

⁵⁷ Ao tentar lembrar da música ela cantou esse trecho que provavelmente é da música Mais uma vez de Legião Urbana.

A transição entre a infância e a adolescência pela saída de casa em busca de autonomia financeira e emocional, as mulheres negras deparam-se com casamentos pouco estruturados, vivenciando um histórico de violências e abandono. A narrativa das entrevistadas revela um processo agressivo de amadurecimento mostrando que as opções de sobrevivência dada a essas mulheres são limitadas pelas opressões que as constituem.

3.2 Adolescência, (des) afetos e abandono

A trajetória de vida das mulheres entrevistadas é marcada por processos de descontinuidade. Vivenciaram desde muito jovem percepções problemáticas em relação ao afeto, desde o carinho materno à busca dos seus parceiros são dimensões permeadas pela frustração, pela falta. (hooks, 2006) As histórias das mesmas refletem as estatísticas que retratam a população negra, tais como, violência doméstica, estupro, abandono, gravidez na adolescência, aborto, escassas oportunidades, baixos salários e entrada na prostituição são dados que perpassam a fala de todas as entrevistadas.

As experiências traumáticas estão presentes na vida de todas essas mulheres, a passagem da infância para a adolescência se deu a partir do início da vida sexual. Relatam as experiências difíceis e as frustrações que tiveram nessa fase da vida, descrevem com muito ressentimento esses momentos,

Luíza: Eu cresci uma pessoa muito vingativa. Que eu sou uma pessoa muito perturbada, entendeu? Aí pronto, aí eu vim pra cá (**prostituição**), arrumei o pai dos meus filhos, não deu certo.

Ângela: Saí de casa com 16 anos, fui morar com o pai do meu filho. Aí assim, ele não é pai do meu filho mesmo, não. Porque eu tive um caso na CELPE com um grandão de lá e engravidei. Só que quando eu engravidei enjoei dele, quando eu disse que tava grávida dele, ele não acreditou.

Patrícia: Engravidei nos meus 16 anos. [...] Eu escondi até praticamente os 6 meses. Escondi bastante com medo da reação do meu pai porque eu sou muito nova, né? E até porque eu não poderia, escondi mais ainda porque eu não podia dizer de quem era, que ele era uma pessoa comprometida. Era conhecido da família.

Carolina: Quando eu tava com 12 anos pra treze foi quando a gente (**ela e a mãe**) pegou uma discussão e tal. Ela, aí eu saí. Quando cheguei em casa só tinha um colchão e uma caixa de papelão com minhas 'roupa dento'. Aí ela: não é assim que você quis, então não vou ficar, não vou mais morar com você não!. E foi embora, ficou só eu na casa, foi até um momento que tomei veneno de rato, tentei três vezes tomar, fiquei hospitalizada na Restauração.

Gê: Quando eu engravidei com 13 anos, eu contei pra minha irmã, né? Porque a 'ota' já tinha casado. [...] Falou com meu pai, tá 'entendeno'? Aí meu pai chegou a me agredir e tudo, maltratou demais, quase perco meu filho. Só que esse rapaz (o ex-marido) alugou um cantinho e a gente foi morar.

Apesar de encarado com otimismo a união afetiva, o modelo de relacionamento que essas mulheres vivenciaram foi construído em uma possibilidade de autonomia e independência, o desejo de sair de casa fugindo das agressões domésticas foi a principal motivação para a escolha dos seus parceiros. Um dado a ser destacado é a diferença de idade entre as entrevistadas e seus parceiros, enquanto a média de faixa etária que elas ficam grávida é de 13 anos, a média dos companheiros é de 30 anos. A diferença de idade e a condição de vulnerabilidade em que essas jovens se encontram ao sair de casa são aproveitadas por esses homens. Quando elas descrevem a rotina afetiva com seus parceiros é possível identificar o desequilíbrio nas relações. A autonomia financeira dos seus companheiros era, frequentemente, utilizada nas ameaças de abandono, a dependência que elas tinham dele as obrigavam a aceitar as agressões, ciúmes, ausência, humilhações e traições.

Luíza: Casei com esse pai dos meus filhos e nem deu certo. Ele batia 'nimim', batia muito, aí peguei e furei ele, quase que mato ele 'tombem'. Desesperada peguei meu filho e fui morar num quartinho sozinha e criei meus filhos 'tudinho' sozinha.

Ângela: Parei os estudos, parei tudo porque ele morria de ciúmes de mim. Me deixava trancada dentro de casa. Não podia trabalhar. Ele quando saía, ele pegava de duas horas da tarde, ele trabalhava na empresa globo de ônibus. Aí ele me deixava trancada dentro de casa de chave e tudo.

Carolina: A gente brigava muito, como todo mundo briga. Só que tinha um negócio com ele, que eu era muito, eu não aceitava traição, entendeu?

Gê: Morei seis anos com ele, mas num deu muito certo não, aí me separei. Foi questão de traição. [...] E 'ota' coisa, não e eu assim... Se pelo menos, traísse, tá 'entendeno'? E tivesse 'seno' um bom marido, mas ele não tava. (...) Ele era um bom pai, mas assim ele tava 'começano' a deixar falta coisa 'pros' meus 'filho', tá 'entendeno'?

De todas as entrevistadas a única que não vivenciou uma convivência com o pai do seu filho após a gravidez foi Patrícia, revelando no decorrer da entrevista já ter passado por dois abortos, tendo apenas 20 anos. O pai do seu filho já tinha a engravidado antes, a primeira gestação foi aos 14 anos. Patrícia, Luíza e Ângela representam os dados estatísticos desenvolvidos pela pesquisa publicada na Revista Ciência e Saúde Coletiva (2012) onde

concluem que o perfil das mulheres que são mais vulneráveis ao aborto de risco são as pobres e negras. Por não haver uma política pública em relação ao aborto e o debate, tanto a nível social como político, centrar no plano da moralidade, o número de pesquisas é escasso e os dados limitados.

Luíza: Porque quando eu me separei do pai dos meus filhos eu conheci outra pessoa, entendeu? Fiquei louca apaixonada, fui morar com ele. [...] Me tratava tão bem mulher, aí eu peguei uma gravidez dele. [...] Mulher eu já ia ter meu bebê, só sei que meu bebê morreu dentro ‘deu’. [...] Deu uma crise nervosa ‘nimim’.[...] Dizem que eu comecei a me socar e dá murro na minha barriga, me morder, fiquei louca de verdade, aí matei meu bebê.

Ângela: Depois que o homem que eu amei foi embora conheci outro, o gerente daqui, mas ele disse na minha cara: tu é doente por Pedro⁵⁸, e me culpa por eu ter perdido um filho dele.

Patrícia: Eu nun nego não que já fiz isso, porque isso (referindo-se ao aborto), esse pecado eu to carregando até hoje nas costas e eu sei que vou pagar. Pago por ele até hoje aqui na terra, aqui. Ninguém paga depois que morre não. Eu creio que a gente paga aqui já e até, se eu passo por isso (pela prostituição) eu creio que é por conta, um pedaço.

O fracasso dos relacionamentos afetivos e, conseqüentemente, o abandono emocional e financeiro levaram essas mulheres a assumirem o comando das suas famílias. Nenhuma das entrevistadas obteve ajuda por parte dos companheiros, seja para a criação ou para ajuda nas despesas com as crianças. Esse quadro de acordo com Carneiro (2011, p. 128) é “o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil.” e segue,

Nessa declaração constata-se que a conjugação do racismo e do sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p.128).

A fala de Sueli Carneiro (2011) expõe que as exclusões sofridas pelas mulheres negras, não apenas ocorrem pela questão de gênero, mas principalmente pelo fator racial. (CARNEIRO, 2001; NASCIMENTO, 2003) Segundo reconhece Saffioti (1987, p. 52) “basta examinar as estatísticas para se verificar que os negros estão nas ocupações menos prestigiadas e mais mal remuneradas, que apresentam graus baixos de escolaridade, que não participam do poder político”. Embora algumas mudanças ocorreram desde a década de 1980

⁵⁸ Nome fictício.

a exclusão em relação à população a negra, especialmente a mulher negra ainda é uma realidade. A feminização da pobreza (CARNEIRO, 2011) precisa ser mais discutida e é um dado a ser incluído das pesquisas. Nascimento (2003, p. 117) observa que “no Brasil, a distinção entre gênero não pode ser compreendida de modo adequado sem considerar-se a questão racial. Na hierarquia de renda, o primeiro fator determinante é raça, depois gênero.”

Sem maiores possibilidades a procura por emprego passou a ser o objetivo dessas mulheres após o abandono por parte dos seus parceiros, estes vão alegar falta de condições financeiras e a dificuldade de encontrar um emprego impossibilitando-os na ajuda com as despesas com os filhos/as. No caso de Gê, o descaso por parte do companheiro foi tamanho que não mantém nenhum tipo de contato com o mesmo, é assim:

Gê: ele (o pai dos filhos) para não dá as despesas dos meus filhos, ele saiu do emprego, foi pra não dá. Ele saiu do emprego, preferiu ficar desempregado como quem dizia assim: eu me viro sozinho. Eu sofri muito pra criar meus filhos.

Ao empreender a busca por emprego vão se deparar com uma série de dificuldades, somando ao fato de não possuírem o ensino médio completo irão se deparar com as barreiras estruturais do racismo. Nos relatos é possível pontuar: as baixas ofertas salariais, as negações e as violências racistas.

Patrícia: Uma vez eu fui entregar o currículo e fui numa loja japonesa e tinha uma amiga branca minha e eu negra perto dela e fomos nós duas entregar o currículo. A dona da loja, ela olhou pra minha amiga, ela aceitou meu currículo e eu vi que ela aceitou porque ela tinha que aceitar, mas diretamente eu aposto que quando eu virei as costas ela jogou. E, principalmente, porque na loja dela também, feito de muitos, trabalhavam muitas meninas e é muito difícil trabalhar um negro numa loja japonesa, chinesa, sei lá. [...] Ela olhou pra minha amiga e a gente tava da mesma forma. A roupa, tudo até conversar, mas ela preferiu ela, entendeu? E eu senti. Eu senti que ela não me aceitou porque eu era negra, porque se eu num fosse ela também teria rido pra mim, ela teria falado comigo, ela teria ligado pra mim.

Carolina: Eu tava trabalhando de vendedora no Shopping, aí saí. Passei um ano e dois meses lá, ‘mai’ minha supervisora era ‘uó’. [...] Ganhava um salário, um salário não dava nem ‘pá’ pagar meu aluguel. Aí não dava não.

Gê: Logo que eu me separei eu já tinha arrumado um emprego pra trabalhar na casa de uma pessoa. Aí saí do emprego e fiquei desempregada um mês ‘mai’ ou ‘meno’. Aí uma colega arrumou um emprego pra mim em Boa Viagem. [...] Eles foram pra São Paulo e eu fui com eles, eu num me adaptei não. Quando chegou lá ela mudou muito, ela não ficou aquela pessoa que ela era aqui não. [...] Ela começou a falar grosso comigo, tá ‘enendeno’? Mudou no tratamento e no pagamento que ela tinha pra comigo.

O discurso dessas mulheres é facilmente identificado na observação de Nascimento (2003, p. 119) “Oitenta por cento das mulheres negras empregadas estão concentradas em ocupações manuais; mais da metade são empregadas domésticas e as demais são autônomas oferecendo serviços domésticos (lavar, passar, cozinhar)”. Essas mulheres estão inscritas num grupo de trabalhadoras que nunca tiveram a possibilidade de carteira assinada, exercendo funções remuneradas, mas sem nenhum amparo legal. De acordo com os dados DIEESE (1999)

Há uma população maior entre negros (44,7%) como assalariados sem carteira assinada, autônomo para o público, empregados domésticos e trabalhadores familiares – geralmente considerados como posições desprotegidas e/ou precárias – que a verificada entre não-negros (36,8%). Esta maior vulnerabilidade atinge, em primeiro lugar, as mulheres negras (55,2%), seguidas pelas mulheres não-negras. (42,6%). (DIEESE, 199, p. 81)

Após o enfrentando das adversidades e priorizando o sustento dos filhos essas mulheres reconhecem na prostituição um espaço real de ganho financeiro. Recorreram a outras formas de trabalho (FONSECA, 1996), empregadas domésticas/diaristas (Ângela, Patrícia, Carolina, Gê), vendedoras (Luíza, Ângela, Carolina, Gê), babás (Carolina), costureira (Gê) ajudante de restaurante (Carolina), o fracasso em todas essas possibilidades foi o dado em comum. A prostituição, para algumas mulheres, se configura como a possibilidade de ganho rápido, mas quando uma mulher negra e pobre assume essa condição é a manutenção dos espaços destinados a elas.

Luíza: Porque eu sozinha pra criar filho e tudo porque quando eu me separei do pai dos meus filhos eu tive que vim batalhar pra sustentar meu filho, entendeu? Eu num queria isso. Aí era difícil pra mim, pagar apartamento, sustentar três filhos. A minha filha eu também dava as coisas, mas minha mãe ajudava com minha filha, mas os três machos ‘era’ comigo.

Ângela: Fugi, fui que eu não aguentava mais (**os maltrato do marido**). Aí minha mãe disse: o menino fica aqui, mas a menina vai pra casa do pai. Aí eu disse: vai não. Aí eu comecei a perambular pela rua, três, quatro dias dormindo na rua, na praça do Diário. [...] Aí um senhor, que até hoje ele vem aqui e me dá dinheiro, disse: tome 7 reais minha filha (**o programa valia isso na época**) e vá pra casa. Tenho casa não moço. [...] Ele me botou numa casa a eu disse: e agora vou me sustentar de que? Deixei minha filha com a senhora do lado e fui. Aí comecei a fazer programa.

Patrícia: Comecei trabalhando com cafetões e por uma amiga do interior ela me chamou e disse: porque você não tá em Recife? [...] Ela me trouxe numa casa e me levou e a gente pagava a uma mulher pra morar na casa dela. [...] Já trabalhei em casas fechadas, mas hoje tô na rua.

Carolina: Na época que a gente se separou ele cismou que não ia dá (pensão), na época foi coisa dele. Eu disse que ia botar na justiça. Ele cismou e disse que não ia dá. Aí eu fiquei ‘pá’ pagar aluguel, ‘pá’ sustentar sozinha, que ele disse que só ia dá

se eu voltasse ‘pá’ ele. Aí eu não quis. [...] Se eu não tivesse ficado numa época tão apertada, se tivesse separado e tivesse mantido os compromissos da casa, eu acho que não tinha ‘vino’, ‘mai’ quando eu vi o armário vazio, o aluguel, tudo ‘venceno’. [...] Eu precisa de dinheiro rápido, porque se eu arrumasse outro emprego ia demorar um mês ‘pá’ receber. [...] O que é que vou fazer? Peguei um carro e vim fazer programa na avenida.

Gê: Quando eu me separei, que assim a questão foi traição. Eu não aceitei. Aí eu disse que não queria mais viver com ele. Aí eu disse pra ele: você vai sair de casa! Aí ele falou: Não! Quem tem que sair é você. Aí arrumei minhas coisas e fui embora. [...] Eu pensava que assim que eu ia sair daquele emprego, que eu ia conseguir ‘oto’ fácil, aí eu não consegui. Andei, andei e o dinheiro acabou, tentei segurar meu fundo de garantia, mas acabou tudo. Aí foi quando veio na minha mente, eu ‘pagano’ aluguel, o que veio na minha mente foi o quê? Foi a prostituição.

Apesar de todos os aspectos que caracterizam a prostituição, como o estigma Freitas (1986) e os riscos de estar na rua sujeita a todos os tipo de violência, nas narrativas dessas mulheres ao refletirem sobre as possibilidades que elas poderiam buscar para suprir suas primeiras necessidades a prostituição é uma realidade. Segundo Gaspar (1985, p. 80), assim como tantas outras obras que tratam da prostituição explicam a entrada na mesma pelo viés econômico, “diante de sua própria situação de penúria e também da de sua família, é necessário que ela se sacrifique por ela e pelos seus. A prostituição surge como um recurso quase legítimo para a falta de dinheiro.” Embora o argumento seja centrado nas dificuldades financeiras é necessário articular como a violência racial determina a escolha das mulheres negras para a prostituição.

3.3 Mulher negra pobre e prostituta: escolha ou *opressão*?

Historicamente a postura investigativa da prostituição vai da condenatória à percepção do empoderamento da mulher em relação ao seu corpo. Ambas as interpretações classificam as questões econômicas como fator principal para a inserção dessas mulheres nessa ocupação. Essas leituras são problemáticas a partir do momento que permanecem com a explicação monocausal para o ingresso na prostituição, pois, acabam naturalizando e generalizando um campo que não é tão simples de ser analisado.

Embora o patriarcado sobre as mulheres, de uma maneira geral, seja violento e todas as desigualdades que o sexismo produz destitui essa mulher de valor, o racismo traz um elemento mais preocupante que é a negação da humanidade da mulher negra (FANON, 2008;

HALL, 1997). De acordo com Saffioti (1987, p. 54) “sempre que um ser humano é usado como instrumento para a obtenção de uma meta, anula-se sua humanidade.” E são essas mulheres negras que sem uma estrutura familiar que as permitissem um reconhecimento positivo de si mesmas, o acesso à educação e o desenvolvimento das suas potencialidades que sofrem parte das discriminações em nossa sociedade (BERGER e BERGER, 1975; GOMES; 2002 LEWIS e NASCIMENTO; 2013). Para Gonzales (1980, p. 231) “é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca”.

Dentro de uma hierarquia de gênero e raça, as mulheres negras ocupam as piores posições. Nos índices de escolaridade e acesso ao trabalho ocupam as posições menos privilegiadas (CARNEIRO, 2011). E esses dados são reflexos de um mecanismo de manutenção do racismo, que posiciona a mulher negra em espaços fixos. Segundo Reichmann (1995, p. 501) o racismo se utiliza de “mecanismos sociais informais – incluindo a persistência de imagens negativas de negras na mídia, em papéis subordinados e criminoso – que reforçam a exclusão de negros das oportunidades sociais e educacionais.” A mulher negra nos meios de comunicação de massa (ZITO, 2000) é representada como: empregada doméstica, babá, servente, prostituta, dançarina, etc. Por mais que se reconheça a importância desses espaços a discussão aqui pautada é na limitação dos mesmos. Na fala das entrevistadas é possível identificar que esses espaços são reais na hora de realizar suas escolhas, todas elas relataram, antes de ter entrado na prostituição, que tentaram outros meios de sobrevivência.

Ângela: Passei um ano no CAPS me tratando, depois arrumei um emprego em casa de família. Fui ser empregada doméstica.

Patrícia: Eu fui trabalhar em casa de família. Também já trabalhei muito com minha mãe, fiz muita coisa. Tudo o que você imaginar eu já vendi, pipoca, picolé, já vendi arranjos.

Gê: Trabalhei como empregada doméstica. [...] Trabalhei no setor da padaria do Pão Açúcar. Depois fui trabalhar na Casa Lotérica.

As escolhas que as entrevistadas realizaram não são pautadas em um único fator como a baixa escolarização, ou falta de experiência em trabalhos formais ou mesmo o abandono financeiro dos seus parceiros, mas é da própria hierarquia que designa esses espaços para as mulheres negras. Fonseca (1996) reconhece que as possibilidades para mulheres pobres e com baixa escolaridade são limitadas, nesse contexto intersecciona-se com a pertença racial como mais um fator excludente e de opressão e as opções se restringem ainda mais. Para algumas

entrevistadas a prostituição foi a primeira opção, diante das necessidades emergenciais, como “aluguel, filhos doentes e comida”, viram nesse recurso a maneira mais rápida de ganhar dinheiro.

Lúiza: Eu descansei da minha filha com 13 anos, uns 14 por diante eu comecei. Minha colega começou a me apresentar os coroas, mandava eu sair e eu saía.

Carolina: Eu tinha vergonha, mas cheguei e falei assim: olha é porque eu ‘tô’ desempregada e ‘tô’ precisando trabalhar, tenho meus filhos e minha filha tá doente. [...] Eu nunca pensei em vir pra cá antes, foi o único modo de ganhar dinheiro rápido! Porque eu não tinha onde eu arrumar, não tinha como tirar empréstimo, não tinha nada. Aí eu vim.

Carolina quando questionada sobre esse momento de dificuldade e se havia outras escolhas, foi enfática ao dizer “*naquela hora não, não tinha como arrumar, ou eu pagava o aluguel, o ‘homi’ já tava ‘quereno’*. [...] *Aquela pressão, ‘precisano’ de comida, ‘precisano’ de remédio, eu já nervosa, ‘chorano’*.” Cecarrelli (2008, p.9) faz uma leitura da prostituição “uma escolha como qualquer outra” e ignora como as hierarquias de opressão, tanto sexista como racista, interferem na decisão dessas mulheres. Contrariamente a realidade apreendida nessa pesquisa, o autor argumenta que atribuir a “entrada e a permanência nessa prática unicamente a questões financeiras é um argumento redutor, além de misógino, pois nega o direito da mulher de escolher livremente como quer viver sua sexualidade.” Para as mulheres negras e pobres o conceito de vivência plena da sexualidade⁵⁹ é questionável em nossa conjuntura. Ainda desconstruindo a leitura anterior os depoimentos das entrevistadas contradizem a escolha da prostituição como espaço de liberdade para a sexualidade.

Ângela: Aqui a gente vive uma tensão. É aquela tensão assim porque é uma pessoa que você não gosta, começa por aí. Meu caso é assim, porque eu sempre botei na minha cabeça eu nunca consegui ser uma profissional do sexo. [...] Eu penso assim sempre digo isso a todo mundo, eu não consigo. Mesmo há 12 anos eu não consigo me relacionar com um homem direito dentro de um quarto.

Carolina: Eu olho assim, meu Deus do céu, que eu olhava e via, antigamente as mulheres que quando passavam. Coragem, nunca discriminei, meu Deus tanto trabalho e essas mulheres e tal, mas foi quando eu me separei né? Que eu fiquei em depressão, perdi meu emprego.

Gê: ‘Mai’ vida fácil né não! Porque você entra num carro, você não sabe com quem tá ‘saino’. Você pode até tá com um, uma pessoa que queira lhe fazer mal.

⁵⁹ A questão da sexualidade será melhor trabalhada no capítulo 4.

No trabalho de Fonseca (1996) ao descrever o perfil das prostitutas é possível perceber que o público escolhido pela antropóloga difere muito do perfil das mulheres trabalhadas nessa pesquisa. As abordagens da década de 1980 aos dias atuais sobre prostituição tentaram de alguma maneira desconstruir o estereótipo da prostituta sofrida, pobre e sem alternativa, mas acabaram por ignorar um marcador central presente nas relações sociais que é o racismo. Na perspectiva dessas obras que ignoram o dado racial para analisar a prostituição, a justificativa de entrada, os motivos para permanência e até mesmo a possibilidade de sair são resumidas as questões econômicas ou a contração de matrimônio. (GASPAR, 1985; FREITAS, 1985) Gaspar (1985) identifica que

Algumas mulheres também deixam a zona durante o período de ligações afetivas estáveis, quando o homem dispõe de renda suficiente para manter o casal e pretende que a mulher abandone a prostituição.” (GASPAR, 1985, p. 74)

Já Fonseca (1996, p. 20) ao questionar suas entrevistadas sobre a entrada na prostituição conclui que “certas delas podem ter começado por causa da necessidade econômica, mas tal fato foi raramente incorporado nas suas narrativas”. Essas leituras em relação a prostituição expõem como a inexistência da interlocução com as questões raciais caracterizam a produção acadêmica de uma maneira em geral. Analisar um espaço que historicamente foi destinado às mulheres negras, no imaginário da prostituição são elas que aparecem e estatisticamente é a cor negra que vemos se prostituição nas ruas, é compreender mais um desdobramento do mito da democracia racial.

A rua foi local de escolha das entrevistadas para exercerem a prostituição, apenas uma (Patrícia) já trabalhou em casa fechada, conhecidas como boates, e outra (Luíza) foi ao exterior. Elas alegam que na rua tem mais flexibilidade e autonomia para administrar os horários e os clientes, embora reconheça que a segurança dos clubes facilita no trabalho.

Patrícia: É mais garantida, porque lá tem câmera pelo menos do lado de fora e coisa e tal pra mostrar a placa do carro, coisa e tal e vai saber com quem foi. E aqui não, aqui você tá entrando com um completamente desconhecido, também lá é também desconhecido, mas nem tanto.

A experiência no exterior de Luíza, apesar dos ganhos financeiros que eram “*ótimos*” foi marcado por fugas, exploração e deportação. Descreve que sua função principalmente foi fazer “*massagem*”, com o apoio do seu cafetão sugeriu a criação de um espaço onde poderia aumentar seu lucro e atrair mais clientes. Para isso organizou “*o quarto com a cama, botei as*

massagens, botei tudo lá. Frio (inverno) eu pegava mais massagem, na época do frio. Aí pronto minha filha, eu ganhei muito dinheiro”. A casa de massagem foi uma estratégia de Luíza evitar fazer programa, em seus depoimentos as recordações do abuso sexual cometido pelo padrasto a prejudicava no exercício da prostituição, declara que *“às vezes eu participava do programa, mas eu às vezes eu dizia que não, quero não por causa desse negócio que aconteceu (estupro). Aí não participava”*. A apresentação das suas características, seja para os serviços sexuais ou a massagem, consistia em: *“Mikaela, brazilianerin, mulatin, good service”*. O perfil de Luíza se enquadra no que Piscitelli (1996) observa nas referências estrangeiras em relação à mulher negra brasileira,

Têm nítidas preferências: As garotas muito jovens, mulatas ou negras. Esse estilo de gosto não se limitaria aos europeus que chegam ao Brasil, os ‘exportadores’ de meninas para o exterior afirmam que as meninas ‘mais morenas’ conseguem receber melhores salários no ‘Velho Continente’. As poucas alusões à ‘cor’ dos turistas são realizadas contrastando sua ‘brancura’ com a negritude das meninas. (PISCITELLI, 1996, p. 17)

Luíza ao ser questionada se havia grande procura pelos serviços oferecidos por ela declara que sim e alega que o fator da grande procura é *“porque nós somos quentes”*. Entre seus clientes um que acabou se tornando seu parceiro fixo que se referia a ela como *“brazilianerin temperamental’, dizendo que é muito quente”* ela me explica. E faz uma leitura das diferenças raciais a partir de sua experiência,

Luíza: Fazia sucesso, entendeu? As morenas, tinha africanas, daquelas também e elas ‘fazia’ mais sucesso ainda, acho assim que a gente ‘somos’ pessoas mais, sei lá, como eles diz quente. Sei lá, somos mais populares, a gente dá atenção, a gente ‘somos’ mais desenroladas. O pessoal de lá não é que nem a gente.

Uma das estratégias da ideologia racial ou do racismo é a negação da cor e, conseqüentemente, a negação do racismo sofrido. Em relação às mulheres negras é frequente positivar o racismo que vem mascarado sob a forma de elogio. As simbologias que exaltam o exotismo da nossa beleza, a “pele da cor do pecado” e o corpo “hipersexualizado” acabam por não revelar a dimensão da violência racista contida em tais manifestações. O conceito de fetichismo se enquadra nessa perspectiva que a substituição do todo por uma parte, a mulher negra nessa dinâmica é reduzida a sua sexualidade (HALL, 1997; FANON; 2008; DAMASCENO, 2008).

Segundo Saffiotti (1987)

Aparentemente, a afirmação de que a mulata é o modelo ideal de sensualidade soa como elogio. Rigorosamente, entretanto, a atribuição de uma sensualidade específica à mulata constitui instrumento de manipulação usado pelo branco, que situa esta mulher na posição de satisfazer os seus desejos. Se, todavia, a mulata tomar consciência da instrumentalização de que é objeto, buscará, sempre que lhe for possível, ‘aproveitar-se’ do mito (SAFFIOTTI, 1987, p. 54).

Embora seja problemático o uso da palavra “mulato” pela autora, a percepção da objetificação dos corpos das mulheres negras no contexto da violência é marcada pela perversidade recorrente no cotidiano da população negra. Questionada se já havia sofrido racismo Luíza declara “*Rapaz eu nunca sofri não. Eu nunca sofri não. Assim já disseram que eu era morena bonita, que eu era novinha, [...] que parecia uma índia.*” E segue,

Luíza: Como é que fala, é a gente era escravo, então hoje em dia, antigamente era diferente, né? Hoje em dia eu acho que mudou mais, parou esse negócio de racismo. E a gente, eu acho que se tem racismo é porque a gente, a cor da gente atrai porque foi do racismo. Eu num sei explicar direito. Assim a gente foi escravo, hoje em dia a gente num é mais escravo então a gente faz parte de uma história, de uma cultura, né? [...] Então a gente evoluiu, então hoje em dia a gente chama atenção, a negra é bonita, tem os cabelos enrolados, tem o cabelo liso quando estira, tem um corpão, que cor linda e a cor da gente é linda mesmo. A gente num precisa tá ‘botano’ nada pra se bronzear, já veio da natureza. Então se os brancos discrimina a gente é porque eles num têm história e a gente tem história da gente, né?

A violência racista implica na negação de uma discussão mais aprofundada das manifestações da discriminação. É prática cotidiana aceitar o racismo que a população negra sofre, silenciando sua dor. A narrativa das entrevistadas expõe uma das dimensões do racismo que vilipendiam sua humanidade.

Capítulo 4

“Nós ‘morenas’ somos mais quentes, mais quentes, sei lá”:

o processo de reconhecimento das prostitutas negras e a falácia do discurso racista

A violência racial imputada à mulher negra perpassa, principalmente, pelo seu corpo. Uma sexualidade estereotipada é para Hall (1993) e Carneiro (2003) um elemento chave no exercício da violência simbólica. De acordo com Hall (1993, p. 257) “estereótipos reduzem as pessoas a algumas, características simples e essenciais, que são representadas como fixada na Natureza” e conclui que “estereotipar como uma prática significativa é central para a representação da diferença.⁶⁰” A representação da mulher negra estigmatizada prejudica a identificação positiva desse grupo (CARNEIRO, 2003), o mecanismo do estereótipo e da redução impede o reconhecimento da violência exercida sobre elas.

A sexualidade da prostituta é tratada como um espaço de permissividade, de acordo com Lagenest (1973, p. 11) “as prostitutas são vistas de três maneiras: como coitadinhas, como vagabundas, como desavergonhadas”. Apesar da obra desse autor ser considerada, atualmente, fora dos padrões de explicativos da prostituição, o imaginário sobre a moral das prostitutas coaduna com esse modelo explicativo. No senso comum a moralidade decaída proposta por Lagenest (1973) acompanha a percepção do “cinismo, do despudor, da preguiça, do egoísmo, da insensatez, da maldade”. Lida a partir da personificação de uma sexualidade sem entraves (CECARRELI, 2008), a prostituta assim como a mulher negra representa a possibilidade de uma sexualidade imoderada.

Ao propor um recorte racial na análise da prostituição algumas questões são indispensáveis, tais como: a articulação das representações da sexualidade da mulher negra, dada como inata e genésica (GIACOMINI; 1996, CORRÊA; 1996) e como esse mesmo discurso legitima a violência física e psicológica no cotidiano da mulher negra na condição de prostituta que convive com as discriminações na “batalha”. Assim como existe uma percepção da prostituição como um espaço de permissividade e liberdade sexual, as representações da mulher negra adquirem essa dimensão sobre sua sexualidade. Há, portanto, uma naturalização do discurso sobre a vivência plena da sexualidade nesses dois espaços, que é desconstruído a

⁶⁰ Texto original: “Stereotyping reduces people to a few , simple, essential characteristics , which are represented as fixed by Nature. [...] Stereotyping as a signifying practice is central to the representation of racial difference” (HALL, 1993, p. 257).

partir da compreensão da violência racial e de gênero que caracterizam a vida das prostitutas negras.

4.1 Violência no cotidiano da prostituição

Um dos traços característicos que une todas as entrevistadas foi o fracasso no campo afetivo (PACHECO, 2012) todas conheceram seus parceiros muito jovens, engravidaram e se separaram por conta das traições, agressões e abandono. O ingresso na prostituição ocorreu nesse contexto de abandono dos seus parceiros, no depoimento delas é possível identificar a desconstrução dessa pretensa liberdade de escolha e a desmistificação da prostituição como um espaço de vivência da sexualidade sem entraves,

Ângela: “A vida é sofrida que é uma coisa que a gente pede todo dia para sair, eu num suporto essa vida, eu [...], todos dias se eu não beber⁶¹ eu num consigo entrar num quarto um homem mais, foram três anos essa vida, três anos, três anos.”

Carolina: “Graças a Deus a primeira semana eu fui acompanhada, ‘mai’ vou dizer menina viu: eu não falava, eu tremia, eu de preta tava branca, eu não conseguia fazer nada direito, porque é muito. ‘Oia’ a primeira semana você pede ‘pá’ morrer. As coisas que ele quer fazer, assim tão matemático, tão assim. Chega assim bota você e faz aquilo, não entendeu? Nossa na primeira semana, Ave Maria, eu chorava todo dia quando chegava, depois saía, chegava em casa, meus Deus senhor.”

Para Gaspar (1985, p. 105) os ganhos obtidos com a prostituição superam os dramas vivenciados pelas prostitutas, a suposta facilidade em ganhar dinheiro “obscurece todas as desvantagens da atividade, colocando-as em segundo plano.” Contrariando tal suposição ao serem questionadas se é possível se acostumar com tal dinâmica, se no dia a dia há aceitação da prostituição as mesmas respondem:

Ângela: Não. Comecei a chorar, a me desesperar, aquela agonia. Aquela coisa ruim e passei um bom tempo ainda que nunca me acostumei, nunca me acostumei na zona. Até hoje pra eu tá de cara assim, sem tomar um whisky, uma cerveja, eu num faço. Não faço, não faço. Não tem jeito eu não saio. São 12 anos e eu não me acostumo.

Carolina: Impossível! Isso aqui num é vida pra ninguém. Se alguém diz que se acostuma tá mentindo, porque isso aqui não é vida pra ninguém.

⁶¹No momento da entrevista Ângela carregava um latão de cerveja, estava visivelmente embriagada e chorou no momento dessa fala. Sua dor e indignação foi exposta ao relatar seu cotidiano.

Embora reconheçam as dificuldades da atividade, acabam por assumir os riscos aos quais estão expostas. O estigma da prostituição é associado de acordo com Moreira e Monteiro (2012, p. 4) a uma “imagem depreciativa da prostituta, na qual ela perde o referencial de mulher, mãe, filha, cidadã, favorecendo, assim práticas discriminatórias no seu cotidiano, expressas por violência simbólica, agressões físicas e até assassinatos.” A exposição à violência ocorre, potencialmente, para todas as mulheres que estão na prostituição (BARRETO, 2013), mas vale destacar que os dados da desigualdade e exclusão que mantém essas mulheres nesses espaços de riscos recaem em maior proporção sobre as mulheres negras. As dimensões da violência vão desde a psicológica, física e racial, em grande parte cometidas pelos clientes que não reconhecem a humanidade dessas mulheres. De acordo com Guimarães e Merchan-Hamán (2005)

A violência praticada por alguns clientes aparece, em todos os grupos, como um fator de tensão permanente também oriundo do estigma. Essa violência se manifesta nas formas de ameaça, com arma, agressão verbal, física e/ou moral. (GUIMARÃES e MERCHAN-HÁMANN e GUIMARÃES, 2005, p.534)

Todas as entrevistadas relataram experiências de extrema violência (SANTOS, 2009). Contudo as razões motivacionais para permanecer na prostituição, principalmente o sustento da família, encorajam essas mulheres a superar as adversidades que a rua pode proporcionar. Entre os casos de violência a ameaça armada é bem característica, Ângela relata sua experiência,

Ângela: Um homem me levou para o quarto, à tirou duas pistolas e botou assim **(fala apontando para a cabeça)**. [...] Aí ele disse assim: tira a roupa aí morena. Aí eu: o que o senhor quer comigo? Tira a roupa. [...] Quanto tirei ele disse: vira de costas. Aí pronto, eu disse: morri agora! Foi só o que veio na minha cabeça. ‘Cabou-se. [...] Ele disse: pode se vestir, tu passasse de morrer agora, tem uma menina parecidíssima com você que me roubou, ela tem uma tatuagem nas costas. Se você tivesse ia morrer agora.

Patrícia: Me levou ‘prum’ canto, ‘prum’ lugar fechado e depois quando ele, quando ele me levou nesse bar era um canto de festa, cachorro latindo, pitbul, rotvale, num sei. E quando eu entrei no escritório dele tinha uma arma em cima, embaixo de um monte de papel. Ele disse: Ó se você num me fizer isso vai levar isso na cara **(tiro)**. Então assim, passou um filme tão rápido que eu nunca vi um filme passar como passou naquele dia.

A exposição a essa violência é comprovada através dos dados da pesquisa realizada entre 2001 e 2011 pelo IPEA⁶², onde é possível identificar que a violência de gênero e racial é determinante nas altas taxas de homicídios. De acordo com a pesquisa

“No Brasil, 61% dos óbitos foram as mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção do Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%)” (IPEA).

No cotidiano da prostituição, de acordo com Guimarães e Merchan-Hamán (2005) “essa violência se manifesta nas formas de ameaça com arma, agressão física, moral e/ou verbal.” Apesar do corpo ser central na atividade, a autonomia do mesmo é negado dentro de uma lógica patriarcal onde essas mulheres estão para servir aos clientes. O estupro é frequente na prostituição, entendido aqui também quando o cliente após o programa se recusa a pagar. Embora elas não identifiquem tal agressão como violação, é possível perceber através das narrativas que tais atos são cometidos contra elas. De acordo com o Dossiê das Mulheres (2010) as mulheres negras têm mais chances de sofrer de violência. Ilustra tal situação a fala de Carolina, embora o cliente tenha pagado o combinado pelo programa a dinâmica foi completamente fora do que haviam acordado.

Carolina: Uma vez eu saí com esse ‘homi’, [...] superducado, fino, ‘pareceno’ uma pessoa normal, ‘mai’ era doido. Quando chegou no quarto, ele mandou eu tomar banho, quando eu saí do banheiro, tinha uma arma desse tamanho em cima da mesa. Ele ia ‘dizeno’ que ia transar comigo e depois ia me matar e jogar meu corpo num rio. (...) Quanto eu mais chorava, mais o ‘homi’ transava. [...] Depois que o ‘homi’ gozou, ele sai de cima de mim, eu fiquei lá na cama, assim né: é agora, morri! Aí ele deixou o dinheiro do programa e perguntou se eu num queria voltar com ele. [...] Ele disse que é o fetiche dele.

Segundo Barreto (2013, p. 22/23) “A naturalização da violência à qual podem sofrer constitui, por si só, uma grave violação de direitos e demonstra o grau de inferiorização com o qual estas mulheres são tratadas.” Sendo as prostitutas desumanizadas que carregam intrinsecamente em seus corpos a conotação de objeto sexual, a justificativa para tal violência é endossada através da escolha dela ser prostituta, tendo que arcar com os riscos da ocupação. Para Diniz (2008) e Monteiro e Moreira (2012) a violência parte da variável do estigma da prostituição, assim como em outras bibliografias a violência é percebida a partir do fato

⁶² Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

isolado de ser prostituta, conseqüentemente mulher, embora reconhecendo que todas as mulheres sofrem agressões, a escolha de não fazer o recorte racial acaba por manter uma percepção homogênea da violência sofrida pelas distintas mulheres.

A compreensão da violência para elas também é diferente, quando questionada se já havia sido agredida Carolina responde “*me agredir não, mas já botou uma arma na minha cabeça já*”. A mesma interpretação ocorre na fala de Gê “*Graças a Deus assim comigo não aconteceu não. Mas tem mulheres com história muito triste pra contar, tá ‘entendeno’?*”. No próprio mecanismo de sobrevivência elas classificam como violência apenas quando a agressão é física, as ameaças e assédio não se configuram como violência. Os depoimentos contradizem suas experiências de não violência,

Carolina: Já teve um ‘homi’ que assim, duas vezes que aconteceu. Uma que eu tive que pular do carro na Imbiribeira. Ele pegou a Imbiribeira com tudo, e eu mandando ele parar e ele: ‘parar um carai, cala a boca’. Oxe eu soltei o cinto sem ele ver e pulei. Fiquei uns quinze dias arrebentadinha. Porque se eu num pulasse eu ia saber. [...] Ou me machuca ou talvez eu morra.

Gê: Foi um sábado, era cedo, eu ‘chegano’. Na época não tinha aquela faculdade ali não. Aí o cara pegou e marcou o programa comigo. Aí passou direto da entrada também, foi em frente e eu disse: ‘oxe menino’. Ele disse: ‘vou pegar o retorno.’ Tem um caminho né? Aí ele chegou ali na frente, deu ré ali pra aqueles mato comigo, aí botou a arma na minha cabeça, tá ‘entendeno’? Ai disse: ‘agora eu nem vou pagar a você e você vai fazer o que eu quero e pronto! Se você não fizer vai morrer.’

Barreto (2013) reconhece que a violência em relação às prostitutas opera a partir de uma “dupla desqualificação em relação à mesma pessoa”, por ser mulher e prostituta. Analiso essa desqualificação a partir de uma perspectiva interseccional onde as identidades vão transitar pelos espaços que elas ocupam e quais papéis ela representará.

4. 2 O duplo fetiche: mulher negra e prostituta

O corpo da mulher negra personificará às representações legitimadas tanto pelo discurso racista quanto sexista, nessa perspectiva Gillian e Gillian (1995) percebem que,

Para milhões de mulheres no Brasil, as vidas incorporarão mais de uma representação na trajetória dos anos: desde serem mulatas sexualizadas e assim

objetivadas na juventude, a nutridoras, zeladoras e negras desfeminizadas quando tiverem mais idade (GILLIAN e GILLIAN, p. 529).

. Embora tratada no capítulo anterior, à questão da sexualidade da mulher negra trabalhada nesse capítulo é uma tentativa de análise somada a percepção do fetiche que a própria prostituição condiciona. Na fala das entrevistadas um elemento identificador e diferencial na prostituição é a questão da idade, as mais jovens são as mais valorizadas no mercado do sexo, as prostitutas mais velhas vão corroborar essa afirmação e vê a juventude como principal fator de sucesso, segundo Guimarães e Merchán – Haman (2005, p.537) “A idade da prostituta é considerada, por elas, como um dado do perfil que exerce grande influência, no âmbito da concorrência pelo cliente, especialmente no momento de negociarem as condições do programa.” Luíza em sua fala confirma esse dado “*quando a pessoa é nova que entra na zona ela faz muito programa, porque a maioria dos homens todas querem ela, por quê? Porque ela é nova*”, embora seja perceptível no desenvolvimento da entrevista e no relato das experiências que a questão racial é central na prostituição, a idade é um elemento fundamental na valorização dessas mulheres, cabe lembrar que a faixa etária das entrevistadas varia dos 20 aos 47 anos.

Apesar de perceberem a idade como elemento importante no mercado do sexo a valorização, para elas, encontra-se em seu desempenho, reproduzem um discurso que positivam suas características físicas, principalmente, as raciais. Questionadas acerca da sua prática relacionando a cor com o desejo dos clientes e como elas se percebem, todas responderam,

Luiza: Na minha opinião, a mulher negra, ela é mais avoroçada, entendeu? Ela é mais quente sabe e eu acho mesmo, entendeu? Ela é mais avoroçada, mais quente, ela é mais mulher.

Ângela: Eu gosto das minhas pernas, bem galega, bem bronzeada. Se tem uma parte do corpo que eu também gosto muito é as minhas pernas ainda. Chama muita atenção a cor com o pelo douradinho.

Patrícia: Muitos já falaram pra mim que num é pelo meu corpo e sim pela minha cor que saem comigo, porque me acham muito bonita. Não só pela minha cor e sim porque tenho a pele muito limpa. Já escutei muito isso. Muito limpa, muito macia, lisa, eu já escutei muito isso e eles assim dizem que é muito quente.

Carolina: A mulher negra, vô...porque a mulher bronzeada quando quer tirar onda ela pode, ela endoia, vô. Ela sabe como tirar onda, porque até, porque quando quer, se você cismar, se você quiser chamar a atenção, chama.

Gê: Eu me acho uma mulher quente! Porque tem tudo, eu acho assim, que tem tudo, visse. Assim e ‘ota’ coisa, não é por opinião minha, é porque os ‘homi’ comentam,

muitos homens chegam a comentar que preferem mais as mulheres ‘morena’ tá ‘entendeno’? Do que as mulheres ‘branca’.

Piscitelli (1996) aponta que o consumo do discurso de uma hipersexualidade inata é um marcador na prática da prostituição. De acordo com a autora (1996)

Nessa perspectiva da ‘sensualidade tropical’, apresentada nas notas, as brasileiras bem sucedidas são aquelas que, assumindo e explorando a associação íntima entre ‘cor’ e ‘feminilidade nativa’ que elas supostamente encarnam, ingressam na prostituição exterior (PISCITELLI, 1996, p. 33).

Entre os aspectos que caracterizam a prostituição aqui no Nordeste existe a possibilidade para as mulheres negras de conseguir a oportunidade de maiores ganhos no exterior (MOUTINHO, 2003). A concepção de que elas “são por natureza ‘bonitas, exóticas’ e sexualmente ‘ativíssimas’” (BLANCHETTE e SILVA, 2005) iniciam convites para ir à Europa. De todas as entrevistadas apenas Luiza (47 anos) esteve na Europa e Patrícia (20 anos) já recebeu convites. Diferente da interpretação que se possa ter em relação a essas oportunidades as prostitutas entrevistadas por mim reconhecem que a prioridade são os filhos e a família, valorizando seus familiares em detrimento as suas aspirações pessoais. Patrícia, que recebeu o convite para trabalhar na Alemanha de um dos seus clientes, relata:

Patrícia: O ano passado ele foi embora nem me deu adeus, nem me disse nada porque ele tava gostando de mim. Mas ele queria me levar pra Alemanha, mas eu disse a ele que num podia ir porque eu tinha coisas que me prendiam aqui. Tipo como sou muito família, tem pessoas que dependiam de mim aqui. E eu não queria deixar. Ele é muito legal.

A percepção da sexualidade dos “gringos” e “nativos” (BLANCHETTE e SILVA; 2005) também é partilhada por elas mesmas, apesar de nem todas terem ido ao exterior já tiveram contato com estrangeiros em seu cotidiano. As descrições feitas pelas mesmas sobre as diferenças no desempenho dos clientes estrangeiros e locais é a reprodução do discurso comum, como endossam também a percepção da diferença entre elas e as mulheres brancas.

De acordo com Woodward (2000) a identidade é relacional, e sua diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. Na estrutura social racista e sexista é designado à mulher negra o perfil da hipersexualidade, através dos discursos dos meios de comunicação de massa e as falas dos seus clientes, as mulheres negras que se prostituem assumem os papéis a elas destinados. Sobre as diferenças entre os “gringos”

e os “nativos” (BLANCHETTE, SILVA, 2005) e sobre as mulheres brancas e negras as entrevistadas alegam,

Luíza: As mulheres dele (**as estrangeiras**) são fria porque pra um homem preferir, conhecer uma mulher hoje no outro dia ele, desculpa. Já tá ali nos pés dela, louca por ela, por causa do carinho é porque ‘a mulher brasileira’ são quente mesmo num tem pra onde não ‘fia’. Principalmente as ‘mulher’ negra mesmo. Tem jeito não. [...] ‘Fia’, olhe! Os estrangeiros são melhores pra, pra pagar. Mais dócil, assim mais carinhoso com a mulher porque eu acho eles ali no frio precisava de uma mulher quente e eu acho que é por causa disso.

Ângela: Eles (**os estrangeiros**) são mais frios. Eles são mais frios, eles num, aí até na coisa (**sexo**) é diferente.

Carolina: Eu digo às meninas que quando a gente saiu com um baiano, embora são poucos que a gente sai com baiano. A gente diz que a gente deveria cobrar o dobro. Porque eles são muito apimentados. E que a gente deveria ficar com baiano só se fosse pra fazer romance, porque se for pra ganhar dinheiro não dá. Para ganhar dinheiro tem que ser com um ‘japa’, aquela coisa pequena, coisa rápida (**risos**).

Patrícia: Eu acho o ‘negão’ mais quente, eles são sei lá, principalmente o baiano, o público baiano e carioca eles são uns ‘homi’ muito quente, são safado, são de pegar a mulher de jeito, ‘homi’ pega de jeito, sabe fazer a mulher ‘rilaxar’.

Gê: São frios, assim. É uma coisa tão, sei lá, morgado. Nem sei te explicar direito, visse. Coisa muito estranha (**risos**).

Podemos observar que há uma homogeneização dos discursos que marcam as diferenças entre os gringos e os nativos (BLANCHETTE, SILVA, 2005). Apesar das entrevistadas se apropriarem das falas que as “hipersexualizam”, onde “a ‘cor’ está associada às concepções sobre a *feminilidade nativa*” (PISCITELLI, 1996, p. 26), elas atribuem seu diferencial na prostituição ao seu carisma. Seguindo essa lógica, Piscitelli (1996, p. 27) descreve as principais falas que fazem referência às mulheres brasileiras, negras e que se prostituem, “Alegria, sensualidade, juventude, afetuosidade, submissão, docilidade, enorme disposição para o sexo e uma certa passividade caracterizam as “morenas brasileiras”, delineando uma feminilidade particular e intrigante.

Carolina: A forma como eu trato eu acho, num é nem tanto o corpo, porque o corpo é mais na primeira vez, na primeira vez influencia muito, mas da segunda por diante eles gostam de um bom papo, gostam de conversar sobre trabalho, sobre tudo.

Ângela: No meu caso é diferente, muitos homens sai comigo e eles mesmo dizem a mim: eu num tô saindo contigo num é pela cama (**sexo**), é pela pessoa que tu és. Conversando comigo tu se mostra uma pessoa muito família, muito delicada, mas na cama mesmo eu sou uma merda.

Patrícia: Eu acho que é meu jeito de tratar, porque tem menina que quando o carro para: quanto é? Cem reais se quiser e vira as costas, entendeu? Super ignorante. ‘É assim, assim’ eu digo. Quando para eu sou assim ‘oi meu amor’, as vezes o carro tá passando ‘vem cá, vamos brincar’, ‘oh meu amor’.

Gê: Muitas assim não ‘quer’ escutar, é o que também faz você conquistar o ‘criste’. Muitas não ‘quer’ saber não. Só quer fazer o programa, só quer pensar no dinheiro. Mas só que a gente aqui, a gente tem que ver que a gente precisa, então a gente tem que saber tratar as pessoas bem, tá ‘entendeno’?

A descrição das relações estabelecidas entre as prostitutas e os clientes nos trabalhos que tratam essa questão deixa explícito um nível de relação mercantilizada sem nenhum afeto, segundo Lúcia (1986, p.19) que vivenciou a prostituição para sua pesquisa descreve o programa em si realizado por ela, “porque o negócio estava tão mecânico que era só deitar, abrir as pernas e eles entram”. Essa postura difere das prostitutas negras que veem a possibilidade daquele cliente sempre retornar a fim de garantir uma estabilidade na renda, a construção histórica da mulher negra cuidadosa e zeladora vai ser vivenciada também em sua prática com os clientes, evitam apenas os que as depreciam de início. Em geral elas não recusam nenhum tipo de cliente.

Carolina: é que tem muitas meninas que não tem filho, não paga aluguel, aí E são mais novas, tem menina de dezenove, dezoito anos, né. Eu ‘tô’ com vinte e sete, vou fazer vinte e oito em janeiro, tem uma que não quer, não gosta de sair com ‘homi’ gordo, com ‘homi’ velho, só quer sair com ‘boyzinho’.

Para as mulheres negras que participaram dessa pesquisa a escolha, a agência, desde seus clientes até os dias de trabalho é bem limitada. As necessidades financeiras e o sustento da família impossibilitam que essas mulheres tentem outras alternativas de vida que possam suprir suas necessidades emergenciais.

4.3 Racismo na prostituição

“São todas iguais” é uma expressão que acaba por generalizar a prostituta, o senso comum e as produções bibliográficas mais reconhecidas na temática acabam “tomando a prostituição como objeto natural invariante, trans-histórico, imaginam que o mesmo fenômeno poderia ser observado em todas as épocas e sociedades” (FONSECA, 1996, p. 9). Os estudos dos aspectos micro⁶³ da prostituição é uma postura recente. As questões da entrada

⁶³ Tais como: cotidiano, a diversidade sexual no mercado do sexo, as variações da prostituição de luxo, outras configurações da prostituição, desejos e expectativas das prostitutas, prostituição como empoderamento da sexualidade.

e permanência, a forma como as prostitutas encaram sua ocupação, o recorte de gênero e raça e as outras identidades que as prostitutas possuem têm trazido dados mais amplos para a discussão.

Embora essas pesquisas venham contribuir com o esforço de compreender a prostituição, o imaginário acerca da mesma ainda carrega conotações generalizadas. Os conceitos trabalhados por Lagenest (1973) ainda são amplamente utilizados para definir a moral da prostituta. De acordo com esse autor (1973, p. 38-39) “um traço dominante de toda prostituta: a preguiça”. Segue com a ideia de moral decaída ao alegar que as prostitutas “vivem facilmente na desordem e na sujeira. Raramente lavam suas roupas. (...) Elas se sentem, e são, de fato, incapazes de um trabalho regular que exigiria de sua parte uma verdadeira força de vontade”. Além desses aspectos a referência que elas levam uma “vida fácil” acaba por legitimar parte das violências sofridas, tanto simbólica quanto física.

As discriminações que as prostitutas sofrem a partir desses estereótipos elaborados pelo senso comum acabam sendo ressignificados entre elas. Compreender que há hierarquia na própria prostituição conduz para um debate de que esse espaço não é tão homogêneo quanto parece. A escolha por coletar as entrevistas com prostitutas de rua foi por esse espaço refletir os dados da exclusão e discriminação racial.⁶⁴ São nas ruas, a depender do bairro⁶⁵, que estão localizados o maior contingente de mulheres negras que se prostituem, quanto mais popular o bairro, maior é o número de prostitutas negras. Segundo Lagenest (1973, p. 20) “quanto mais pobre uma região, maior será o número de prostitutas que ali haverá, e mais jovens seus elementos.”, o detalhamento dessa pesquisa revela outros dados, quanto mais pobre o bairro, mais velhas são as mulheres. A distribuição por idade das prostitutas por bairro segue a lógica do público que o frequenta.

A violência racial entre as prostitutas é cotidiana, na fala das entrevistadas é possível identificar os níveis dessa violência. Ser mulher negra, prostituta, pobre e sozinha é encarar no cotidiano vários níveis de discriminações. A percepção dessas violências é sentida na leitura que as entrevistadas fazem dos processos de exclusão por elas sofrido, sendo refletido na sua dinâmica, nos valores cobrados e nas possibilidades a elas ofertadas.

⁶⁴Abordei no capítulo metodológico a busca por prostitutas negras em diferentes manifestações do mercado do sexo.

⁶⁵Exceção do bairro de Boa Viagem, zona sul do Recife, que atende um público diferenciado e até mesmo na distribuição das meninas pela Avenida Conselheiro Aguiar é possível mapear pela cor.

De acordo com a fala das entrevistadas no mercado do sexo há uma maior valorização em relação às mulheres brancas, ou seja, o espaço da prostituição é mais um domínio da estratificação racial. Embora o grande contingente de mulheres que se prostituem na rua sejam negras, ainda assim, elas são preteridas. Frequentemente escutam, por parte dos seus clientes que raramente ficam com prostitutas negras

Carolina: ele nunca tinha ficado com mulher ‘morena’. Ele nunca tinha ficado, que ele dizia que não tinha discriminação, ‘mai’ era o foco dele, ‘mai’ gosta de branquinha, de ‘galega’ (...) Ele disse que se soubesse tinha ficado antes.

Nesse processo de afirmar sua identidade e o caráter da hipersexualidade a ela atribuído através do discurso racista, Carolina afirma rindo “*eu também tirei onda, eu disse que ia barbarizar na cama, pá ele vê*”.

Reconhecendo a existência de mais mulheres negras nas zonas dos bairros populares Ângela faz uma leitura sobre o porquê desse dado,

Ângela: eu acho que sim porque mulher branca tem, num é que tenha mais sorte. Mas, é que eu num consigo, eu num entendo, mas os homens procuram mais. As mulheres brancas aqui raramente ‘sobra’ aqui.⁶⁶

Além das oportunidades afetivas, que são mais fáceis para as mulheres brancas, a mesma entrevistada vai analisar outras questões, Ângela percebe a dimensão do valor e da violência racial nessas relações, na comparação com as prostitutas brancas. Questionada sobre se a mulher negra sofre preconceito na sociedade, ela esclarece:

Ângela: Sofre! Com certeza (**Bem enfática**). Eu acho assim sabe que as mulheres brancas hoje em dia têm mais ‘valores’ que a mulher negra. Pelo o que eu vejo ali no dia a dia da gente, sabe? Eu consigo avaliar isso porque é muito homem nojento, imundo que olha pra cor da gente assim às vezes, tem muito homem que chega junto de mim e diz assim: ‘tu é bronzada de praia ou tu é ‘morena’?’. Eu digo: ‘você é cego? Num tá enxergando não?’ É cada palhaçada que a gente sofre, vive que é que a mulher branca não vive.”

A percepção das preferências dos clientes por prostitutas brancas responde a uma lógica racista onde o ideal de beleza é branco (SOUZA, 1986; SANTOS, 2004, FANON, 2008) embora elas não compreendam a dimensão da violência racial com a qual elas lidam são capazes de identificar essas exclusões.

⁶⁶O ‘sobra’ aqui é uma referência às mulheres que são pedidas em casamento, mulheres que encontram um parceiro fixo que as tiram da prostituição.

Gê: Tem gosto pra tudo, tem ‘homi’ aqui ‘mermo’ que não sai com uma mulher gorda mesmo que seja um pouquinho cheia, ele não gostam. Mulher de cor, eu teimo, mas tem ‘homi’ aqui, nunca saí com eles, mas que eu já sei que não gosta da pele morena, não gosta de sair com mulher morena de jeito nenhum.

O público em Boa Viagem responde a um padrão mais elitizado, ou seja, o perfil dos clientes é de classe média branca. Os valores cobrados pelas prostitutas variam de 150 a 300 reais e as que trabalham em casas noturnas de 500 reais em diante. A partir desse dado é possível traçar um perfil racial entre as prostitutas, a grande maioria são mulheres brancas, loiras, cabelos longos e lisos e corpos malhados, portam maquiagem e roupas bem chamativas, em dados quantitativos mulheres negras são minoria, em algumas partes específicas na própria Avenida é que elas se concentram, não há uma mistura. As meninas se dividem por “afinidade”, mas é perceptível notar que essa “afinidade” é pautada na identificação racial. Na fala de Carolina fica explícita essa demarcação

Carolina: Rapaz no meu ponto, no um ponto é ponto com mais morena visse, só tem. Porque só tem, assim, aquela loirinha que é Taci, que é a única de cabelo loiro e é mais clara, mas assim você quer branca, branca ‘mermo’ não. Mas as meninas na frente do Comprar legal⁶⁷, é tudo branquinha. Tem loira, tem branquinha do cabelo liso”.

Patrícia e Carolina dividem o mesmo ponto⁶⁸ e as mesmas, pela questão da proximidade e convivência, identificam que há mais mulheres negras que brancas. Em relação às discriminações por elas sofridas ambas pontuam um grupo específico que evita sair com as prostitutas negras, são os asiáticos. Entretanto Carolina pontua algo mais generalizado que ocorre no cotidiano “*rapaz tem ‘homi’ que cisma, tem cisma que só quer sair com mulher ‘mai’ branca*”.

Carolina: Rapaz, assim, preconceito não. Tinha assim normal, que tipo tinha um japonês, ele não gosta de mulher negra. (...) Ele não sai com mulher negra, se passa no ponto ele diz: ‘Hoje só tem chocolate, não dá pra mim’

Patrícia: Como eu falei, tipo gente japonesa, chineses curtem mais mulheres assim **(brancas e loiras)**.

⁶⁷ Nome fictício

⁶⁸ Local onde elas esperam os clientes. Esse ponto específico que as entrevistadas ficam em comparação com o Compre legal citado anteriormente é mais ermo, é um local de pouca visibilidade e, conseqüentemente, mais inseguro.

Entre todas as falas o caso de Ângela foi o mais explícito quanto à violência racial, embora tenha contestado ao cliente, teve que realizar o programa mesmo após a discriminação. Ao ser questionada como ocorreu o episódio descreve,

Ângela: Jááá.(quando questionada se já sofreu racismo na prostituição) Eu saí com um homem uma vez, ele tava muito bêbado em Maceió. Aí ele disse assim: esses cabelinhos todo de galego, mas é preta né? É macaca! **(Ela revida)** Macaca é você, me respeite para ser respeitado. Aí ele me botou dentro do carro, puxou um revólver e disse assim: vou te comer só porque tu é macaca.

Assim como Ângela, as mulheres negras são questionadas a partir da sua humanidade. Enquanto as mulheres brancas são discriminadas e deslegitimadas pelo sexismo, as negras nem reconhecidas como seres humanos são (FANON, 2008). Exercer uma ocupação, que na narrativa das mulheres dessa pesquisa é um meio degradante, e estar exposta a tais humilhações racistas contribui para endossar um contra discurso do empoderamento da mulher prostituta.

4.4 Dimensão estética: corpo, cabelo e identificação

Dentro do debate sobre identidade, no espectro dessa discussão o corpo também é uma construção. O corpo de acordo com Hall (1993) é “modelado e remodelado pela intersecção de uma série de práticas discursivas e disciplinares”. O corpo da mulher negra é um espaço de negação constante, violado historicamente “representa uma jaula de prisão em que a imagem na sociedade as constrange” (GILLIAM e GILLIAM, 1995, p.533).

Os meios de comunicação de massa contemporâneos acabam reforçando padrões europeus ocidentalizados como a estética ideal de beleza. Na contramão desse processo a percepção da beleza da mulher negra é construída sob o perverso discurso da “mulata tipo exportação” (GONZALÉS, 1980; REICHMANN, 1985; CORRÊA, 1996; GIACOMINI, 2006). De acordo com Reichmann (1985, p. 496) “a opinião pública brasileira raramente critica os mecanismos sociais que reforçam a discriminação contra as mulheres negras. Um bom exemplo disto é a vigorosa defesa da promoção das ‘mulatas’ como produto comercial

brasileiro”. O corpo e o cabelo acabam por se tornar, dentro desse processo, um espaço de disputa onde a rejeição é uma constante.

A primeira percepção dessa negação foi a forma como as entrevistadas se identificaram, ao serem questionadas sobre sua cor apenas duas, por sinal as mais jovens, se declararam negras, as outras três utilizaram os eufemismos correntes para identificar sua cor.

Luíza: Minha cor é morena, né? Sou morena ‘crara’, sei lá?

Ângela: Sou morena!

Patrícia: Eu sou negra.

Carolina: Eu sou negra.

Gê: Eu sou morena.

Quando questionadas qual categoria preencheriam a partir da classificação do censo, as entrevistadas entraram em contradição, seja em relação à declaração livre ou a declaração fechada do censo.

Luíza: Eu acho que eu sou parda. Assim, porque eu levei muito sol, mas minha cor chega é bem ‘coisada’ que eu ‘tô’ até de aquela cor encardida. Nem branco e nem muito preto.

Ângela: Coloca aí que eu sou indígena, sei lá.

Patrícia: Ah, eu sou indígena (risos).

Carolina: Eu sou preta.

Gê: Eu sei qual é, eu marcaria preta, marcaria preta (marcou após muita dúvida e um certo constrangimento).

A elaboração da resposta de Luíza é o que a antropóloga Schwarcz (2012) como processo de identificação fluído. De acordo com a autora a população negra se apropria dos eufemismos com o intuito de negar sua cor e pontua,

‘Queimada de praia, queimada de sol, tostada...’ são definições que sinalizam como no Brasil, muitas vezes, não se *é* alguma coisa, mas se *está*. Ou seja, por aqui a aspiração geral é de que raça não é situação definitiva; por isso o termo cor (mais fluído em seu uso) se generaliza (SCHWARCZ, 2012, p. 104).

E conclui que “a identificação racial é quase uma questão relacional no Brasil: varia de indivíduo pra indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador.”

(SCHWARCZ, 2012, p. 104). Sendo as identidades um campo de disputa dentro de uma sociedade fortemente estruturada pela hierarquia racial, o processo de “tornar-se negro” (SOUZA, 1983) é um caminho mais difícil e o mais penoso.

De acordo com Woodward (2009, p. 9) “a identidade é marcada por meio de símbolos”, partindo dessa percepção entendemos que entre os símbolos marcadores na construção da identidade da mulher negra são centrais o cabelo e o corpo. Todas as entrevistadas passaram por algum processo químico ou estão em transição para colocar um apply capilar, demonstram insatisfação com o volume e o crespo dos seus cabelos. Para hooks (2005) que entende essa insatisfação, e conseqüentemente a mudança, como uma “estratégia de sobrevivência”

A realidade é que o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é inculcada nas pessoas negras, especialmente nas mulheres negras, de que não somos aceitas como somos porque não somos belas (hooks, 2005, s/p).

Questionadas sobre qual processo químico que realizaram responderam,

Luíza: Aliso o cabelo, boto ‘imprante’. [...] Eu gosto, eu gosto às vezes cacheado, mas agora eu tô alisando pra mudar o visual da mulher. [...] Gosto de cabelo cacheado, mas aí depois apareceu essa moda de cabelo liso, aí eu fui testar, mas era mais bonito cacheado.

Ângela: Aliso o cabelo, agora assim de 3 em 3 meses, mas só aliso a raiz. Porque eu gosto do meu cabelo enrolado, eu num gosto de cabelo estirado de jeito nenhum.

Patrícia: Já alisei, já alisei. Ah hoje em dia tudo, tem loja, tem mega, em tudo, mas eu já alisei. Mulher quer sempre mudar, a gente sempre quer mudar e eu sempre quis ter. Como não tinha condições quando era menor, quando eu cresci...é eu quis usar⁶⁹.

Carolina: Coloquei henna e quebrou⁷⁰, menina quebrou, que ficou uma coisa horrível. [...] Rapaz, eu aliso ele, ‘mai’ tô deixando ele ‘coisar’, porque tô ‘quereno’ dar permanente nele.

Gê: Sempre alisei meu cabelo. [...] ‘Mai’ não era muito volumoso, muito cheio, tá ‘entendeno’? Mas era bem bonito, tá ‘entendeno’? [...] Depois eu comecei, foi quando eu comecei, aí eu resolvi escovar ele, a dá escova lisa e ficar liso. Aí a menina pegava e botava produto, né? Pra alisar. [...] Mas eu prefiro meu cabelo cacheado ‘mermo’, com certeza.

⁶⁹Se refere ao mega hair. Tratamento capilar para aumentar o tamanho ou volume do cabelo. Patrícia relatou que por passar vários processos químicos seus cabelos estavam crescendo fracos e optou pelo mega hair para esconder seu cabelo original.

⁷⁰Carolina utilizou a henna que é um tratamento barato para alisar os cabelos e acabou passando pelo mesmo processo que Paloma, usa traças rastafare para “dá um tempo para ele respirar, fortalecer”. Pois pretende colocar um “mega cacheado”.

É possível perceber na narrativa das entrevistadas que há uma imposição estética muito forte nas suas concepções em relação ao cabelo, embora reconheçam a predileção pelo cabelo cacheado, natural, elas recorrem a métodos de alisamento pois estão inseridas num modelo estético que não coaduna com o delas. De acordo com Nilma Gomes (2012, p. 47) “a rejeição do cabelo pode levar a uma sensação de inferioridade e de baixa autoestima contra a qual faz-se necessária a construção de outras estratégias”. Patrícia reconhece a beleza dos cabelos cacheados e crespos, questionada sobre as referências feitas em relação aos cabelos naturais como feios e sujos, sobre esses aspectos em relação ao cabelo dela a mesma alega,

Patrícia: Eu achava em mim, nos outros não entendeu? Eu nunca achei meu cabelo feio, mas é que quando eu alisava ele, como era muito cacheado, ele sempre ficava volumoso então eu tive de passar de dar não apenas uma escova e usar chapinha, eu tive que botar química pra ele poder descer.

Munanga (2012, p. 74) analisa o processo da construção negritude que se dá no Brasil dentro do modelo perverso do embranquecimento e percebe que “A mulher negra continua a usar a peruca e alisar o cabelo para se parecer com a branca, que é o ponto de referencia de beleza humana”. No Brasil a perpetuação dos modelos estéticos estão presentes em várias dimensões, da esfera privada a pública as mulheres negras convivem com representações que as violentam cotidianamente. Sueli Carneiro (2003, p.125) reconhece que essas representações vilipendiam a dignidade da mulher negra e alega que “A naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação da identidade racial e o valor social desse grupo”.

Para entender como essas representações estavam presentes na vida das mulheres entrevistadas, questionei sobre padrões de beleza de atrizes globais. Entendendo que devemos “tratar a comunicação como um nexo de empoderamento” (CARNEIRO, 2003, p. 215), foi possível traçar o perfil estético que elas admiravam e tentavam seguir como referência. As mulheres padrão por elas escolhidas revelam como o racismo é constitutivo das percepções sobre elas mesmas,

Luíza: Quem eu acho mais bonita, mais sexy é Claudinha Leite e gosto da minha, é Ivete Sangalo. A primeira é Ivete Sangalo e depois Claudinha Leite.

Ângela: Isis Valverde. E nem é ela, eu acho Cléo Pires. Num é que ela seja bonita, mas é que ela tem uma sensualidade muito forte. [...] Cléo eu acho bonito o cabelo e Isis eu acho o olho.

Patrícia: Eu acho Cris Viana. Aquela morena é show de bola. Eu num tô dizendo porque ela é negra, porque eu admiro muito as pessoas brancas, mas num sei eu acho ela muito perfeita, muito linda.

Carolina: Taís Araújo e a que tá ‘fazendo’ a novela Império...é a Cris Viana. Menino, a ‘negona’ tem um corpo, que eu digo: “meu Deus o corpo dessa mulher!” Ela é alta, tem um porte. Menina, ela fecha, ela fecha. E também Taís Araújo, ela tem um sorriso e uma face, acho ela muito, eu acho uma negra babado.

Gê: A que eu acho mais bonita, eu vou dizer visse. Eu admiro Taís Araújo, visse. Eu acho ela uma negra bonita, aquela ‘nega’ visse, eu admiro muito ela. Muito mesmo.

Ressaltando que as características que conduziram as escolhas das entrevistadas para destacar as atrizes que são o padrão de beleza pra elas variaram entre: o cabelo liso das mulheres brancas, da atriz com a pele negra mais clara, o rosto e da atriz com os traços mais negroides, o destaque ficou para o físico, para o corpo.

Luíza: Gosto do cabelo de Claudinha. É muito lindo.

Carolina: Ai menina eu acho assim, o corpão da Cris. Eu acho o corpão e a altura dela, um ‘pernã’, ave Maria que ela tem. Taís Araújo tem um rosto muito bonito, uma face bonita. Uma negra muito bonita.

Analisando como esses padrões estéticos interferem na percepção que elas têm sobre si mesmas, o reconhecimento da beleza só ocorreu em uma das falas. Para a mulher negra que tem sua beleza e seus atributos pautados na sexualidade os processos de mudança estética são mais frequentes, a busca pelo padrão de beleza ideal branco acaba por minar o reconhecimento positivo dessas mulheres.

Luíza: Me acho bonita não fia, tô doida pra fazer uma cirurgia na minha barriga.⁷¹

Ângela: De rosto eu era muito bonita, mas eu engordei. Minha autoestima tá lá embaixo.

Patrícia: Eu me acho uma mulher sensual, bonito em mim só as minhas pernas e bunda.

Carolina: Ai eu me acho, mas não me achava não. Assim eu não me achava, sei lá. Eu achava todo mundo era mais um pouco de que eu. [...] Comecei a me achar melhor mesmo depois daqui (**da prostituição**).

De acordo com hooks (1995) “especialmente para as mulheres negras, já que são nossos corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e

⁷¹Luíza sofreu violência obstétrica e carrega uma cicatriz em formato de ‘x’ em toda barriga.

mutilados em uma ideologia que aliena” a sexualidade se torna a única possibilidade positiva de reconhecimento para a mulher negra, todos os símbolos do seu corpo passam por uma experiência de negação. Os meios de comunicação de massa acabaram por eleger a figura da “mulata” como expoente positivo da mulher negra, sendo ela também a “rejeição da negra preta” (CORRÊA, 1996). Para Hall (1993, p. 266) analisando como ocorre o processo de naturalização das características do corpo negro que se apropria da redução, do fetiche, como estratégia de manutenção da violência racial, alega que “essa naturalização da diferença foi significada acima de tudo, pela sua sexualidade. Ela foi reduzida ao seu corpo e o mesmo, conseqüentemente, foi reduzido aos seus órgãos sexuais”.⁷²

As experiências relatadas acima são vivências pelas mulheres negras independente da profissão que exerçam, mas na condição de prostituta essas experiências atuam potencialmente na percepção feita de si mesmas. Reduzidas a sua sexualidade, tanto pela quanto pela ocupação, as prostitutas negras nas hierarquias das opressões são a tradução do que há de mais inumano.

4.5 Afeto, filhos e expectativa de futuro

Para hooks (2006, p. 1) “muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor”. Uma das dimensões, pouco trabalhada, na vida da mulher negra é a afetividade. Os desdobramentos da violência racial já foram identificados em vários aspectos, tais como: educação, trabalho, saúde, violência, religiosidade, estética e sexualidade, mas em relação ao afeto é pouco discutida. A solidão da mulher negra não é pauta de discussão, afinal a construção do estereótipo da mulher negra é entendida em uma única dimensão, seu corpo. . Como confirma Pacheco

A mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável (PACHECO, 2012, p; 25).

⁷² Texto original: “This naturalization of difference was signified, above all, by her sexuality. She was reduced to her body and her body in turn was reduced to her sexual organs.” (HALL, 1993, p. 266)

As pesquisas sobre prostituição que tentaram romper com a percepção essencializada da prostituta trabalharam com outros papéis exercidos por elas. Para além de desmistificar seu comportamento enquanto prostitutas buscaram visibilizar essas mulheres como: filhas, mães, parceiras e trabalhadoras. Uma das questões centrais na narrativa dessas mulheres era sua relação conjugal, como um espaço de realização, que apesar de conviver com os conflitos que atingem todos os casais, davam a elas uma referência de afeto. Identifiquei nessas pesquisas que as entrevistadas possuíam cônjuges fixos e para diferenciá-los dos clientes se apropriavam de estratégias como marcador de valorizar esse parceiro. Em relação ao perfil das prostitutas, Fonseca (1996) pontua: “entre as entrevistadas havia mais casadas do que solteiras. Cerca da metade delas mencionou um companheiro fixo com quem coabita em um arranjo doméstico, em geral, monogâmico e que elas denominam marido” (FONSECA, 1996, p. 23). Em relação às estratégias utilizadas com os clientes, para diferenciá-los das suas relações amorosas, estão, principalmente, a proibição do beijo e a obrigatoriedade do uso de camisinha (FONSECA, 1996; PASINI, 2000).

Embora tais estratégias sejam identificadas nas falas das prostitutas entrevistadas para essa pesquisa é preciso atribuir o caráter fluido que o “programa” possui, o padrão comportamental é negociável com todos os clientes. De todas as entrevistadas apenas uma possui companheiro fixo, contudo na fala dela é possível verificar que nessa relação ela ocupa a condição de amante, além de mão de obra para o trabalho com a venda de espetinho, onde seu parceiro se aproveita da sua condição psicológica instável e o fato dela não ser alfabetizada.

Luíza: Tenho esse meu companheiro, né? Tem 63 anos. [...] Mas eu gosto dele, é bacana. Agora só fica saindo ‘das’ mulher daqui que ele fica me traindo. Aí fica enchendo minha cabeça, aí eu não aguento, aí pronto. Aí eu começo a brigar com ele que ele não faça isso comigo não. Que eu trabalho aqui com ele e pego de 5 horas e saio daqui de meia noite. [...] Depois ele sai de 5 horas da manhã e vai lá pra outra casa, aí só quer, ele só chega, só chega de 3 horas da tarde pra eu fazer espetinho, arrumar a carroça e trabalha com ele e às vezes ele nem tinha nada comigo. Quer dizer ele tem eu só pra trabalho.

Embora apenas Luíza tenha relatado a presença de um companheiro fixo em sua vida, todas passaram por desafios que foram decisivos para sua entrada na prostituição, para descrença em relacionamentos com outros homens ou mesmo para a sanidade mental. Luiza demonstra em sua fala um desequilíbrio emocional muito forte, utiliza remédios controlados para conter seus excessos de fúria que desconta, geralmente em seu parceiro, Luiza comenta que “*de vez em quando eu tô tão atacada, ele tá mordido. Eu não tenho paciência não. Tenho*

não, por isso que eu não vivo mais. [...] Eu sou tão nervosa. [...] rasgo minhas roupas, fico doidinha, 'mai' tem dia que eu tô bem”.

O abandono dos seus parceiros, o aborto, a impossibilidade de encontrar alguém que as aceitem e o estigma da prostituição, que as desmerecem perante outras mulheres acabam por frustrar as expectativas de futuro afetivo para essas mulheres. O próprio cotidiano da prostituição e as histórias de vida contada pelos clientes geram nelas uma frustração em relacionamentos afetivos, afirmam não querer alguém apenas para diversão, anseiam um companheiro que as aceitem e com quem possam partilhar uma vida assumindo a ela e seus filhos. Elas reconhecem que não são merecedoras de afeto e amor, e encaram a prostituição como o castigo pela mulher menos valorizada que elas consideram ser.

Luíza: Ninguém me ajudava, ninguém nunca foi, eu fui criada sozinha no mundo. Nunca ninguém sentou de dizer assim, passar a mão na minha cabeça, me dá um beijo, me dá um abraço, me dá amor, me dá um carinho, não. Eu tive o que? Eu tive um ‘estrupe’, eu fui ser mulher da vida, eu tive um filho, o marido foi bom depois começou a me espancar, aí eu comecei com violência, então eu acho que eu cresci com violência.

Ângela: Assim eu tive uma época que eu era muito ruim, mas eu vivia num mundo só. Eu vivia naquele mundo sozinha, aí foi quando eu comecei a beber. Comecei a beber porque eu não via carinho de ninguém, onde eu procurava carinho não tinha. (...) Talvez seja meu gênio ruim, esse meu gênio ruim que faça com que eu não seja feliz.

O dado racial é um ponto relevante em relação aos seus parceiros. Os companheiros com quem elas tiveram algo mais duradouro, pai dos filhos, são brancos e os parceiros para relações furtivas eram negros. De acordo com Fanon (2008, p. 60) o desejo do negro pelo branco nos aprisiona num mundo fóbico onde rejeitamos todos que são semelhantes a nós, e alega “para ele só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco”. Em relação a esse processo de negação e rejeição Santos (2004) identifica que,

Quando portamos a máscara do racismo, o negro é o branco (não fisicamente, mas pelo porte dos valores e de todas as formas de identificações). Isso nos remete ao mais cruel de todos os conflitos: quando o negro se torna incapaz de amar a outro negro e vive a dor de não poder amar sequer a si próprio (SANTOS, 2004, p. 34).

Quando questionadas sobre os tipos de relacionamento que tinham com cada parceiro, levando em consideração a cor, ressaltavam,

Patrícia: Eu não tenho preconceito com nada, nem com doença, nem com cor, com nada. Graças a Deus. Assim se for pra dá certo mesmo, eu já vi que minha cor não

dá. É com minha cor num dá, num rola. Assim, mas pra ficar já bastante, mas se for pra namorar, coisa e tal eu num sei porque num rola, rola. [...]

Carolina: Eu gosto de toda cor, assim eu gosto muito de ‘homi’ negro, muito de ‘homi’ negro, entendeu? Negro, ‘mai’ é engraçado que quando eu vou ter alguma coisa, um relacionamento, um negocinho, não sei porque eu só tenho com branco.

Quando questionadas sobre as possibilidades sexuais com esses homens negros, reproduzem a percepção racista que fetichiza esse homem. Na cristalização do estereótipo que reduz o negro ao seu sexo, ou seja, seguindo a mesma lógica estruturante da caracterização da mulher negra. Fanon (2004, p 138) percebe que o discurso desumaniza o homem negro que é percebido como tendo “uma potência sexual alucinante. É este o termo: e preciso que a potência seja alucinante”.

Patrícia: Pra mim tem diferença sim. Fisicamente sim. Eles são mais quentes. Eles sabem fazer sim. [...] Num é que é pra namorar, porque eu num dou certo, entendeu?

Carolina: Pra namorar, assim esse negócio, eu não sei o que é isso, ‘mai’ eu gosto muito de um ‘negão’. Um ficante, tenho um cliente que ele é moreno, é legal, entendeu?

Gê: Eu gosto mais da pele morena, da pessoa com a pele morena. ‘Infrui’ muito no carisma, não só no sexo, como no carisma, sabe? Esse coroa que eu tenho um caso com ele, ele é claro da cor, tá ‘entedeno’? ‘Mai’ eu gosto mais da pele morena, não vou mentir.

Cabe reforçar que as mulheres negras são igualmente fetichizadas pelos homens negros. No “mercado afetivo” (MOUTINHO, 2004; PACHECO, 2012) são preteridas tanto pelos homens brancos quanto pelos negros. Sousa (1983) percebe nas produções que quando homens negros ascendem socialmente escolhem as mulheres brancas para relacionamentos estáveis. Até que ponto um dito popular racista e sexista como “branca pra casar, mulata pra trepar e negra pra trabalhar” cristaliza as relações? Para as prostitutas negras a possibilidade encontrar um parceiro que as assumam como companheira sendo compreensivo quanto a sua trajetória de vida é extremamente difícil.

Outra dimensão que reside o afeto dessas mulheres é na maternidade, como forma de compensar a falta de amor em relação às suas mães na infância e na vida adulta, lidando com as constantes rejeições, castigos, violência psicológica e falta de cuidado, superam essa falta oferecendo aos seus filhos tudo o que elas não tiveram, tanto no plano afetivo quanto econômico. Lagenest (1973) destaca a maternidade como a dimensão mais significativa das prostitutas, referência recorrente de afeto pelos filhos assumem todos os riscos da ocupação.

Pois essas mulheres, rejeitadas por tudo e por todos, descobrem em si tesouros de ternura e uma capacidade infinita de devotamento por seu filho. (...) Na vida diária elas falam facilmente de seu filho, o amam e o mimam; confiam-no a um parente ou a uma governanta, vigiando para que seja bem educado; desejam dar-lhe uma existência feliz e uma vida diferente da sua (LAGENEST, 1973, p. 43).

Para Diniz e Queiroz (2008)

A construção da identidade subjetiva da prostituta está sistematicamente relacionada à ideia de que são péssimas mães, tem seus filhos (as) e os (as) abandonam, não tem vínculos com a família, gostam da vida que levam, não conseguem ser fiéis aos seus maridos, não são confiáveis, etc. No entanto, essas afirmações não se sustentam, pois percebemos em nossa pesquisa que, na verdade, algumas mulheres estão na prostituição justamente pelo amor aos filhos (DINIZ e QUEIROZ, 2008, p. 7).

Os filhos acabam sendo o referencial emocional dessas mulheres, onde por eles fazem tudo e suportam os perigos da exposição de estar na rua. No campo da pesquisa realizada por Fonseca (1996, p. 19), a frase mais ouvida foi “estou aqui para sustentar meus filhos (netos)”. Frase igualmente ouvida com frequência das mulheres que entrevistei.

Luiza: Que eu disse que viajei pra Suíça, mas meu filho viciou em drogas, ‘ficaram’ errado, foram preso, aí eu tive que gastar todo dinheiro com eles.

Ângela: Voltei (**pra prostituição**) por causa da minha filha, então é muita revolta que eu sinto sabe, no coração. Mas além de ter a revolta tem aquela coisa hoje em dia que tenho uma coisa que eu não tinha antigamente, é o amor dela. [...] Minha companheira que eu num tinha, aí quer dizer quando eu vejo tudo isso passa, parece aquela coisa que eu vivia tão bem na minha vida e não tinha amor, hoje em dia eu tenho.[...] Eu faço zona nem que seja por 10 ‘mi réis’, mas minha filha nunca vai entrar numa vida dessas. Porque eu sei o que é essa vida e graças a Deus que eu ainda tenho lucro na minha vida (**fala chorando**).

Patrícia: Ele só tem ‘eu’. Eu sou a mãe e o pai dele. Eu penso em poder sustentar meu filho porque a maior herança que a gente pode dá ao filho é o ensino, é educação.

Carolina: ‘Oia’ uma coisa que não deixo é meus filhos, ‘oia’ falta nada não. Tudo o que eles quer comer, tudo que uma criança precisa, graças a Deus, eu tenho. ‘Mermo’ eu me ‘ferrano’ não deixo faltar não. [...] Eu olho assim e digo: ‘meu Deus, graças a Deus, meus filhos não passa pela metade do que eu passei’. Tem comida, tem o quarto deles organizadinho, do jeito que eles quer. Tem tudo, tem carinho, porque eu dô viu? Eu digo ó. Se depender de carinho e de amor, agora eu sou, se ‘coisar’ fica de castigo.

Gê: Aconteceu um fato na minha vida, eu olhei pra um lado e pro ‘oto’, tá ‘entendeno’? E eu tinha que fazer alguma coisa pelo meu filho, tá ‘entendeno’? O meu filho mais velho foi preso, ele já tava com dezoito anos na época, e na época eu tava trabalhando no supermercado. Fui me prostituir.

Entre as entrevistadas Carolina é a única que faz referência a mãe na fase adulta, todas as outras limitaram suas lembranças na infância ou na adolescência. Carolina, rejeitada e abandonada aos 12 anos, é a única filha dos 18 irmãos que cuida da mãe doente e declara,

Carolina: ‘Oia’ de toda minha vida a época que eu ficava, que me sentia um lixo ‘mermo’ foi na época que minha mãe saiu de casa (...) aí eu fiquei com muita raiva dela. (...) Quando comecei a trabalhar (na prostituição) levava pra passear, pegava táxi. Aí levei ela pra passear no shopping tal, aí mudou meu relacionamento com ela, entendeu? Mudou, eu digo ‘eu ainda vou ter dinheiro pra poder mostrar a ela que...’ Aí ela mudou o relacionamento comigo. Apesar que eu amo minha mãe, entendeu? Amo minha mãe.

Por fim rompendo com a tentativa de desconstruir a falácia do orgulho de ser prostituta e com as possibilidades de saída dessa ocupação, os depoimentos trazem uma perspectiva diferenciada dessa tônica. Todas foram enfáticas ao identificar a prostituição tanto como algo passageiro, quanto “não ser vida pra ninguém”. Desde Luíza (47 anos) a Patrícia (20 anos) alegam ser apenas uma fase e que irão sair aos poucos da prostituição, o dado geracional demonstra que Luiza ainda permanece na “batalha” e, provavelmente será a mesma realidade que Patrícia irá enfrentar. Além da possibilidade do ganho rápido, a estrutura racista da nossa sociedade entende que esse é um dos espaços determinados a mulher negra e pobre. Quando questionadas sobre seu futuro colocaram,

Ângela: Assim eu sempre gostei de vender roupa, sabe eu gosto. Sempre gostei, sempre gostei, roupa, perfume, de tudo, pode perguntar as meninas, já vendi de tudo aqui. Mas teve esse problema todinho da bebida, que eu tive que ir pro CAPS. Depois comecei a me organizar quando comecei a trabalhar em casa de família, sabe? [...] Em relação ao meu futuro eu num espero nada, só que minha filha cresça bem.

Patrícia: Porque eu já tentei sair de vez e de vez não dá. De vez você não sai. [...] Eu espero que, espero que num futuro próximo eu saia, eu saia e conquiste uma família, porque o que eu quero realmente é uma família.

Carolina: Eu espero sair o mais rápido daqui e conseguir montar meu negócio, minha casa. Meu futuro é esse, montar meu 'restaurantzinho', fazer o que eu gosto. Tá com minha casa tranquila, com minhas filhas,. A primeira coisa que eu fizer, conseguir comprar eu boto no nome delas, dos três, entendeu? (...) Um marido bom de novo, um relacionamento gostoso que queira tá perto, mas é porque sei lá, agora eu não quero pensar em procurar ninguém porque meus filhos ‘tá’ pequeno. (...) Eu não consigo pensar quando eu vejo as coisas aí, eu não confio.

Gê: Eu não vou mentir não, minha vontade é botar pra frente meu negocio de costura. Porque é uma coisa que eu sei fazer, eu gosto de fazer, tá ‘entendeno’? Não vou mentir não. É isso. E tem ‘ota’ coisa que eu gosto muito de fazer, é cozinhar. [...] Quero trabalhar pra mim mesma. Um negócio pra mim.

A conclusão de Gaspar (1986) em relação as expectativas das prostitutas por ela entrevistadas as caracterizam como mulheres sem muitos planos de futuro, de acordo com a autora (1986, p. 98) “a preocupação com a administração do dinheiro não implica a existência de um projeto definido de ascensão a longo prazo” e segue “porque o fim da carreira tende a ser percebido como um evento distante”. A leitura da autora não contempla a realidade das mulheres entrevistadas para essa pesquisa, os planos de sair da prostituição são reais e constantes na fala delas, assim como o planejamento financeiro que possa garantir a elas um período tranquilo para poder buscar outras formas de sustento. O que separa as mulheres negras e brancas que se prostituem são os privilégios que as últimas possuem, por mais que seja uma dificuldade sair da prostituição as oportunidades de trabalhar em outros locais são reais, além de maior poder de escolha que as mulheres brancas possuem.

Considerações Finais

A presente pesquisa problematizou a violência de gênero e, principalmente, a violência racial na trajetória de vida das prostitutas negras. Partindo de uma postura desconstrucionista de algumas generalizações em relação ao universo da prostituição que elidem as opressões sofridas pelas mulheres negras e pobres. A dificuldade de iniciar uma pesquisa sem bibliografias sobre a temática dimensionou a invisibilidade das questões raciais nas produções acadêmicas sobre prostituição e ao apreender a trajetória de vida das mulheres entrevistadas pude constatar que suas escolhas respondem ao modelo excludente imposto pelo racismo e sexismo. Diante dos percalços, a situação de abandono e a pressão das dificuldades financeira enfrentadas pelas mulheres negras e pobres a prostituição não é uma escolha, é um destino.

Estudar a prostituição, temática ainda considerada tabu, é um desafio, pois ainda é possível encontrar literatura que ignora outras dimensões da vida dessas mulheres reduzindo-as apenas à prostituta. As análises sobre a justificativa para a entrada na prostituição ainda mantêm o modelo do debate incitado pelos movimentos sociais que ora analisa pela perspectiva econômica, seja para o sustento ou complemento da renda, ora pelo discurso da autonomia da mulher em relação ao seu corpo percebendo na prostituição o espaço onde ela vivencia a liberdade sexual. Por uma perspectiva a prostituta se submete ao patriarcado em outra ela o transgride (PISCITELLI, 2006). Embora reconheça que esses modelos representem algumas realidades as generalizações e das dicotomias são problemáticas por não contemplar as justificativas de outras mulheres. A falha das explicações gerais parte muitas vezes de análises centradas em modelos universais, no caso aqui da prostituta, a mulher branca. Não pretendo negar as discriminações sofridas pelas mulheres brancas prostitutas, a violência do cotidiano das ruas, as questões que pautam suas escolhas e as dificuldades enfrentadas são uma realidade existente, mas meu esforço nessa pesquisa centrou em um grupo destituído de privilégios, tanto simbólico como raciais.

Historicamente foi a mulher negra questionada quanto a sua capacidade intelectual, sexualidade, estética e ao seu caráter, as representações insistem em demarcar nossos corpos pela desumanização (HALL, 1993; FANON, 2008). O período colonial com a escravidão da população negra foi central para esse processo de desumanização, os abusos sexuais e raciais serão ignorados através da falácia de que vivemos em uma democracia racial (FERNANDES,

2008) que supõe acima de tudo uma sociedade harmônica quanto a sua convivência racial. A realidade das mulheres negras e pobres desconstrói a suposta harmonia defendida pelo mito, basta analisar os índices de violência, estupro, aborto de risco, baixa remuneração, alta retenção escolar e criminalidade que afetam a vida dessas mulheres. As prostitutas entrevistadas para essa pesquisa vivenciam ou vivenciaram todos os aspectos acima mencionados, são trajetórias de vida marcada pela exclusão e pela falta de oportunidade. Utilizamos o conceito de opressão de bell hooks (2000) que reconhece os privilégios das mulheres brancas em relação as mulheres negras, argumenta que a opressão sofrida pelas negras está diretamente relacionada com a falta de escolhas. A entrada na prostituição foi o meio mais rápido para suas necessidades emergenciais após o abandono por parte de seus parceiros. Todas as mulheres antes da prostituição tiveram outras experiências profissionais, foram babás, diaristas, empregadas domésticas e vendedoras, mas no momento de extrema dificuldade a prostituição se configura como o caminho mais rápido de garantir o sustento. O que é possível perceber na trajetória de vida delas é a naturalização dos espaços que essas mulheres negras e pobres estão condicionadas a ocupar.

A subjetividade é elemento central nessa discussão, o processo do reconhecimento permite a compreensão das escolhas feitas por elas, nesse sentido é relevante pontuar o poder das representações divulgado nos meios de comunicação de massa contemporâneos que reforçam os estereótipos das mulheres negras, sendo eles: empregadas domésticas, babás, diaristas, ambulantes, prostitutas, etc. Embora reconhecendo a importância de cada profissão, a crítica se centra no caráter imutável dessas representações e na influência que as mesmas possuem na construção da identidade. (WOODWARD, 2009).

Para compreender como o racismo é determinante em nossa subjetividade Fanon (2008) analisa como o racismo colonial é capaz de adoecer tanto o branco como o negro. Verifica que no processo de reconhecimento dentro de um sistema que nega a humanidade do negro a linguagem é o mecanismo que garante a manutenção dos valores e normas do mundo branco. Segundo Fanon o negro que não se identifica com seus pares e sua cultura, vivencia uma constante negação, nega suas origens, seus traços, seu corpo, sua capacidade intelectual e seu poder de se posicionar frente ao racismo. Sendo o mundo branco o único desejo do homem negro, considerando esse ser sua saída, sua identidade será marcada pela falta. Em relação à mulher negra o mesmo processo ocorre, buscando embranquecer assumirá as características do ideal de beleza que é branco. Seu corpo, cabelo e até a escolha dos seus parceiros afetivos será pautado nessa vontade de pertencimento ao mundo branco.

As experiências dessas mulheres no ambiente familiar, no espaço escolar, nos trabalhos realizados e na vida afetiva são fortemente marcadas pelo racismo. A memória da figura materna é lembrada com muita dor, as agressões, o silenciamento frente às violações, a ausência de afeto e a rejeição racial são as primeiras lembranças para o reconhecimento de si. A trajetória escolar se torna um dos primeiros espaços de socialização, algumas delas já trabalhavam para ajudar a família, convivem com os chistes e a rejeição. O sistema educacional como um todo tem uma dívida com a população negra, a dificuldade em reconhecer e trabalhar as diferenças é problemática quando há uma postura de naturalizar os preconceitos (ROSEMBERG, 1999). O resumo da vida afetiva das mulheres se une pelo fato de que todas foram abandonadas, além do perfil dos seus companheiros com grande diferença de idade, as traições e a violência doméstica caracterizam as experiências afetivas delas. Sem o apoio financeiro e afetivo, após o abandono dos seus parceiros essas mulheres que já tiveram outras experiências de trabalho sabem que a espera de um mês e o baixo salário não alcançam suas necessidades, a decisão pela prostituição se torna a única escolha. O consumo do discurso que “hipersexualizam” as mulheres negras e ingressar na prostituição, que é supostamente o espaço da liberdade sexual, significa para elas poder ganhar dinheiro com o que elas têm de melhor, sua sexualidade.

O conceito de autonomia e agência se tornam questionáveis ao propor um recorte racial das relações. No âmbito da prostituição são ainda mais problemáticos esses conceitos para a mulher negra, na dinâmica do cotidiano revelada pelas entrevistadas é possível identificar situações de extrema violência. O mercado do sexo, assim como qualquer outro espaço, não é democrático, as hierarquias vão desde a distribuição das zonas de prostituição, os valores cobrados, o perfil das mulheres, a demarcação dos pontos⁷³ e os tipos de prostituição. O cotidiano na prostituição é marcado pela violência racial, identificados por elas apenas os xingamentos, o racismo também se manifesta no preterimento em relação às prostitutas brancas, na fala dos clientes ao declarar ter fetiche com mulher negra alegando serem elas mais “quentes” e, principalmente, no quantitativo de mulheres negras na prostituição de rua. É possível visualizar explicitamente as hierarquias no mercado do sexo ao acessar sites de acompanhantes⁷⁴ e frequentar as boates que trabalham com a prostituição de luxo.

⁷³ Local onde as mulheres esperam seus clientes.

⁷⁴ Denominação para as mulheres que oferecem além de serviços sexuais outros tipos de serviço, tais como, modelo, aparições, acompanham homens de negócio em reuniões, etc.

Apesar de reconhecermos a centralidade do recorte da violência racial no estudo da prostituição apenas ele não apreende realidade de todas as mulheres negras, é necessário interseccionar a violência racial com outras opressões para entender as dinâmicas e estratégias de outras mulheres, tais como, as mulheres trans negras, mulheres com diversas condições sexuais e mulheres com experiências religiosas diferentes.

Esperamos ter contribuído com os estudos de raça e prostituição, problematizando como a opressão racial se configura no mercado do sexo, onde os aspectos como entrada, cotidiano, permanência e expectativa de saída adquirem outra dimensão para a mulher negra. Apreender a trajetória de vida das prostitutas negras revelou que é necessário um esforço por parte dos movimentos feministas, sociais e dos acadêmicos em ampliar seus discursos sobre a prostituição, enquanto as análises partirem da realidade de sujeitos privilegiados racialmente a manutenção das desigualdades estará garantida.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M.M. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade.** Cad. Pesq. CDHIS, ano 20, n 36/37, p.83-88, 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/a-construcao-das-hierarquias-sociais-classe-raca-genero-e-etnicidade> Acesso em: 12 de jul. 2014

ANDERSON, Benedict: **Comunidades Imaginadas.** São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Joel Zito. Identidade racial e estereótipos sobre o negro na TV brasileira. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara.:** Ensaios sobre o racismo no Brasil.. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 77-96.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição: Gênero e trabalho.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

BERGER, Peter L., BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI M.M., MARTINS, J. S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-199

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução:** Elementos para uma teoria do sistema de ensino.. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S.a, 1975. Tradução de Reynaldo Bairão.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a luxúria e o pudor: A história do sexo no Brasil.** São Paulo: Octavo, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n3, p.544-552, jul.1995.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Consciência em debate coordenadora Vera Lúcia Barreto.

CECARELLI, P. R. **Prostituição: Corpo como mercadoria**. *Mente & Cérebro Sexo*, v. 4 (edição especial), 2008. P. 1-10.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 7, n. 6, p.35-50, jun.1996.

DIAS, Lucimar Rosa; BARRETO, Maria Aparecida Silva. Educação infantil e relações raciais: conquistas e desafios. UFMT. Publicado em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/>,

DIEESE. Mapa do negro por mercado de trabalho no Brasil – Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre e no Distrito Federal. São Paulo, junho 1999.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p.1671-1681, jul.2012.

DINIZ, Maria Ilidiana; QUEIROZ, Fernanda Marques de. Relação entre gênero, sexualidade e prostituição. **Divers@ Rev. Eletrônica Interdisc**, Curitiba, v. 1, n. 0, p.2-16, jun. 2008.

_____ Os determinantes que invisibilizam a violência contra a mulher no contexto da prostituição. In: FAZENDO O GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis:Ufsc,2008.p.1-8.

FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel. Traçando a batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In: FABREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato. **Na Batalha: Sexualidade, Identidade e Poder no universo da prostituição**. Porto Alegre: Dacasa, 2000. p. 15-30.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo.2008.

FINE, Michele. Working the Hyphens:Reinventing Self and Other in Qualitative Research. In COLLINS, Peter and Coleman, Simon. **Locating the Field: Space, Place and Context in Anthropology**. Paperback, 2007.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.7-33, ago. 1996.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, Bordéis: Negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira**. Global editora. Edição 48ª. Recife, 2010.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulata profissionais: Raça, gênero e ocupação. In: WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Estudos Feministas**. Florianópolis:Ufsc,2006.p.85-101.

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a subjetividade da mulata. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.525-543, nov. 1995.

GOMES, Nilma Lino. Trajetória escolares, corpo negro e cabelo crespo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p.40-51, set. 2002.

_____. Corpo e Cabelo coo símbolo de identidade negra. 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/> > Acesso em: 25 de maio de 2015.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 4, n. 4, p.223-244, jun. 1984.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializado fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p.525-544, dez. 2005.

HALL, Stuart. 2003. '**The Spectacle of the Other**'. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage/The Open University.

Haraway, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HARDING, Sandra. **Existe un método feminista?** PDF de Sandra Hardin. Feminismo e Metodologia. Bauru-SP, EDUSC, 1988. (Original Is there a feminist method? In Sandra Harding (Ed.) *Feminism and Methodology*, Bloomington/Indianapolis. Indiana University Press. 1987.

HAUDENSCHILD, André Rocha Leite. "**O dengo que a nega tem**": **Representações de gênero e raça na obra de Dorival Caymmi**. In: XI CONLAB, 11., 2011, Salvador. Anais. . Salvador: Edufba, 2011. p. 1 - 15.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. In WERNERCK Jurema et all. (ORGs.) *O livro da saúde das mulheres: nossos passos vêm de longe*. Trad. Maisa Medonça, Marilena Agostina e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Pallas, p. 188-198.

_____ **Black Women: Shaping Feminist Theory**. In: JAMES, Joy; SHARPLY, T. Denean. *The Black Feminist Reader*. Ny: Publishers, 2000. p. 131-145.

_____ **Intelectuais Negras**. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 3, n. 2, p.464-478, jul.1995.

_____. **Alisando o nosso cabelo.** Trad. Lia Maria dos Santos. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artista de Cuba, Habana, jan.-fev. 2005.

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça.** 4ª Ed. Brasília, 39p., 2011.

LACAZE, Marguerite. **Se você está dizendo: filosofia feminista e anti-racismo.** In: LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas. **Racismo em mente.** São Paulo: Madras, 2005. Cap. 13. p. 290-308. Tradução: Fábio Assunção Lombardi Resende.

LAGENEST, J.p. Barruel de. **Mulheres em leilão: um estudo da prostituição no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1973.

LEWIS, Liana. **Raça e uma nova forma de analisar o imaginário da nossa comunidade nação: da miscigenação freyreana ao dualismo fanoniano.** Revista das Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.1-10, abr. 2014.

LEWIS, Liana; NASCIMENTO, Emanuele Cristina Santos do. **Crianças e negociações raciais a partir da telenovela Fina Estampa.** Estudos de Sociologia, Recife, v. 2, n. 19, p.1-22, jun. 2013.

LÚCIA, Amara. **A difícil vida fácil: A prostituta e sua condição.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTOS, Patrícia. **Putá, pobre e mulher: Ou a vida em tripla falta.** In: MARTINS, Paulo Henrique; MEDEIROS, Rogério de Souza. **América latina e Brasil em perspectiva.** Recife: Universitária da UFPE, 2009. p. 351-363.

_____. **A dor e o estigma da puta pobre.** In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: Quem é e como vive?*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 173-201.

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920.** Rev. bras. Hist.[online]. 1998, vol.18, n.35, pp. 247-285.

MOREIRA, Isabel Cristina Cavalcante Carvalho; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades.** Revista Latino-am. Enfermagem, São Paulo, v. 5, n. 20, p.1-7, out. 2012.

MOUTINHO, Laura. **Razão, cor e desejo: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul.** São Paulo: Unesp, 2004. 452 p.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** Selo Negro, São Paulo, 2003.

ORTNER, Sherry B. **“Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?”.** In Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere (Coords), *A mulher, a cultura e a sociedade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979 p.95-120 [25 p.]

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra: Afetividade e solidão**. Salvador: Edufba, 2013.

PASINI, Elisiane. **Limites simbólicos corporais na prostituição feminina**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 1, n. 14, p.181-200, out. 2000.

PISCITELLI, Adriana. **Estigma e trabalho sexual: comentários a partir de leituras sobre o turismo sexual**.

_____ **Gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, Campinas, v.25, p 7-23, dez.2005.

_____ **"Sexo tropical": Comentários sobre gênero e "raça" em alguns textos da mídia brasileira..** Cadernos Pagu, Campinas, v. 7, n. 6, p.9-34, abr. 1996.

PUNCH, Maurice. Politics and ethics in qualitative research. In: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. **The Landscape of qualitative research**. Thousand Oaks/Londn/New Dheli: Sage Publications. 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. **Táticas do sexo, estratégias de vida e subjetividades: mulheres e agência no mercado do sexo e no circuito do turismo internacional em Fortaleza/Ceará**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Ppgs, Ufpe, Recife, 2013.

REICHMANN, Rebecca. **Mulher negra: Um retrato.** In: WOLFF, Cristina Scheibe; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Estudos Feministas. Florianópolis: Ufsc, 1995. p. 496-505.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e Processo de Exclusão.** IN Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas / Autores Associados: São Paulo, Nº 107, Julho de 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres.** Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLASCO – Brasil – junho 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Mulher negra, homem branco.: Um breve estudo do feminino negro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **A mulher negra brasileira.** Revista África e Africanidades, Guarulhos, v. 5, n. 2, p.1-5, maio 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870-1930.** 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claroenigma, 2012.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. **"Nossa Senhora do Help": Sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana.** Cadernos Pagu, Campinas, v. 25, n. 1, p.249-280, dez. 2005.

SILVA, Rogério Araújo da. **Prostituição feminina em Goiânia.** Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 8, n. 1, p.83-96, jun. 2005.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Fabiana Rodrigues de. **A autodeterminação de prostitutas e a busca por ser mais.** In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais.** Salvador:Uneb,2013.p.1-9.

STOLCKE, Verena **¿Es el sexo para el género lo que la raza para la etiicidad... y la naturaleza para la sociedad?** Política y Cultura, núm. 14, 2000, pp. 25-60 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco Distrito Federal, México

_____. **La mujer es puro cuento: la cultura del género.** In **Revista Estudos Feministas.** 2004, vol.2, no 2, pp 77-105.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza (Org.) **Dossiê Mulher 2010** / Organizadores Paulo Augusto Souza Teixeira, Andréia Soares Pinto, Orlinda Cláudia R. Moraes – Rio de Janeiro: Riosegurança, 2010.

TERRAGNI, Laura. **“A pesquisa de gênero”.** In: MELUCCI, Alberto. (Org.). Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultural. São Paulo: Vozes, 2005. p. 141- 163.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Organização: Judith Hoffnagel e Karina Falcone.

WENCESLAU, W. S.; MENDONÇA, M.L.M. **Mulher negra e representatividade na mídia: um estudo de caso das revistas Raça e Marie Claire de junho de 2004 a junho 2005..** In: CONPEEX, 2., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos. Goiânia: UFG, 2006. p. 1 – 3

WIJERS, M. **Delinquente, vítima, mal social ou mulher trabalhadora: perspectivas legais sobre a prostituição.** In: OSBORNE, R. (Ed.). *Trabalhadoras do Sexo: direitos, migração e tráfico no século XXI*. 2004. pp 209-221

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo. Vozes, 2009. p. 8 - 86

Anexos

Anexo 1

Roteiro de entrevista semiestruturada:

1- Perfil

- Nome (pode ser real, de batalha ou outro)
- Idade
- Estado Civil (e há quanto tempo)
- Filhos (quantos e idade)
- Naturalidade e cidade em que reside
- Com quem mora
- Escolaridade
- Ocupação (principal e secundária)
- Renda mensal aproximada
- Religião (se possui e qual)
- Cor
- Pelo senso como você se identifica: Branca (), Preta (), Parda (), Amarela (), Indígena ().

2- História de vida/Pessoal

- História de vida (infância, juventude e vida adulta, casamento (s), já perdeu filho (a)?)
- Estuda?
- Porque parou de estudar? Pensa em voltar?
- Como é tua relação com a comunidade onde você se prostitui?
- Já sofreu discriminação? Por ser mulher ou prostituta?
- Já sofreu racismo? Como foi que você se sentiu? O que foi dito ou o que foi feito? Quem falou ou fez?
- O que é racismo pra você?

- Você acha que existe racismo contra você?
- Você reage ou já reagiu se sofresse preconceito ou discriminação/racismo?
- Você se considera uma pessoa preconceituosa ou racista?
- Você já teve relacionamento com pessoas da mesma cor que você?
- Quanto à questão estética você alisa ou já alisou o cabelo? Por quê?
- Quem são as mulheres que você acha mais bonita? Que seria um padrão de beleza?
- O que você acha bonito nelas?
- O que você mudaria em você?
- Você se acha uma mulher bonita (gostosa/atraente)? Por quê?
- Como você avalia sua auto-estima? É uma mulher feliz e satisfeita com a aparência e com a profissão?
- Qual é a parte do teu corpo que você mais gosta? Por quê? E a que menos gosta? Por quê?
- Gosta de ir à praia ou ficar bronzeada? O bronzeado ajuda com os clientes? O que eles dizem?
- O que é que tu tens ou faz que as outras meninas não tem ou não fazem?
- A cor atrai?
- Como você completaria essa frase – Minha cor é ...

3- Prostituição

- Falar um pouco da rotina.
- Quando começou a se prostituir? Porque? Conhece alguém que exerça a atividade?
- Se tu não fosse prostituta, qual outra coisa tu poderia fazer hoje? E qual outra coisa tu gostaria de fazer?
- Porque escolheu a prostituição? (principal causa)
- O que é que falam pra você sobre ser prostituta?
- Já sofreu alguma violência? Quantas vezes? No trabalho, em casa? Quer contar alguma?
- Tu acha que a sociedade valoriza as prostitutas?
- Já trabalhou em outros lugares? Quais? Pretende voltar? Ganhava quanto?
- Quem sabe que você é prostituta?
- Quem são seus clientes? (discrição física e psicológica)

- Quantos clientes em média tu consegues por dia?
- Quanto você cobra por programa?
- Existe mais prostitutas negras ou brancas? Qual a preferência dos clientes?
- Tu achas que existe preferência por mulheres negras na prostituição? Por quê?
- Algum cliente teu faz referência a tua cor em relação ao desempenho na cama?
- Quais os fetiches que os clientes têm? Por exemplo, eles gostam da marca do bronze?
- Existe alguma diferença entre a negra e branca na hora do sexo, para você?
- O que você faz nos seus programas? O que é que os clientes procuram ou pedem para fazer?
- Te chamam de algum apelido? Ou algum nome carinhoso?
- Entre teus clientes, já ficou com algum estrangeiro (gringo)? Cobra mais caro? Quem são os melhores, os brasileiros ou os de fora? O que eles pedem pra fazer?
- Porque tu achas que os gringos gostam tanto das brasileiras?
- Você concorda com essa frase: “ A mulher negra é a mulher Cor do Pecado?” Por quê?

4- Cotidiano

- Conhece a APPS?
- Já teve problemas com a polícia? Como eles tratam vocês?
- Qual o maior medo que tu tens na profissão? Já aconteceu?
- Como você se protege?
- Já sofreu ameaça de morte?
- Em relação a saúde, se protege? Algum cliente já pediu para não usar? Por quê?
- Faz exame periódico? Vai ao posto?
- Trabalha todos os dias? Dá pra sustentar a família?
- O que é que tu gostarias que acontecesse com as prostitutas?

Possibilidade de avaliação:

Anexo II

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa. Pode decidir sem pressa se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte a responsável do estudo, Alyne Isabelle Ferreira Nunes, qualquer dúvida que você tiver. Após esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. Se tiver dúvidas você pode entrar em contato com Alyne Isabelle Ferreira Nunes pelo telefone e email informado.

Esclarecimentos sobre a pesquisa:

1. Universidade Federal de Pernambuco
2. Título do projeto: Prostituição Feminina Negra: Identidade e Racismo.
3. Orientadora: Prof^a Liana Lewis
4. Telefone: (81) xxxxxxxx
5. Email: alynenunes@yahoo.com.br

- A proposta da pesquisa é trabalhar a questão racial, especificamente o racismo, como dado estruturante na construção da identidade. Associado a sexualidade como marcador na construção da subjetividade dessas mulheres negras que se prostituem. Através das entrevistas, que serão gravadas, coletarei as falas dessas mulheres negras para trabalhar os conceitos chaves da pesquisa: racismo, sexualidade, prostituição, subjetividade e identidade. Garanto total anonimato, caso as entrevistadas solicitem, divulgando apenas os relatos pontuais das entrevistas sobre os tópicos (pontuados acima) que serão analisados na dissertação. Garanto igualmente o retorno dos dados da pesquisa e antemão deixo o convite para participar da defesa desse trabalho que ocorrerá em 2015.

Assinatura de consentimento

Anexo III

Termo de consentimento livre e esclarecido (para a pesquisadora)

Eu, _____, RG
ou CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar
como sujeito da pesquisa “Prostituição Feminina Negra: Identidade e Racismo”. Fui
suficientemente informada a respeito das informações que li, ou que foram lidas para mim,
descrevendo o estudo e discuti com Alyne Isabelle Ferreira Nunes sobre a minha decisão em
participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os
procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de
confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo em participar desse estudo e
poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem
penalidade ou prejuízo. Declaro ainda que recebi uma cópia deste termo de consentimento
livre e esclarecido.

Local e data: _____

Assinatura da entrevistada: _____